



Revista do
INSTITUTO
HISTÓRICO *e*
GEOGRÁFICO

NÚMERO 145

DO RIO GRANDE DO SUL

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE
DO SUL

145

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul / Instituto
Histórico e Geográfico RS - v.1, (jan/mar. 1921) - Porto Alegre: IHGRGS,
1921 -

ISSN 1678-3484
Periodicidade anual
256 p.

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul.
I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Fundado em 19 de novembro de 1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Priscila Pereira Pinto

Ilustração: aquarela de Hermann Rudolph Wendroth – A sede das musas em Rio Grande do Sul, Cais do Rio Grande, década de 1850.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317. CEP: 90010-271. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil

Horário: 9h às 12h e das 13h às 18h

Telefone / Fax: (0xx51) 3224.3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2010-2012

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

1º Vice-Presidente: Beatriz Vasconcelos Franzen (†)

2º Vice-Presidente: Véra Lucia Maciel Barroso

Tesoureiro-Geral: Sérgio Alves Teixeira

Tesoureiro: Heinrich Hasenack

Secretário-Geral: Celso Jaloto Ávila Junior

Secretário: Blau Fabrício de Souza

Coordenador do Patrimônio Cultural: Günter Weimer

Coordenador de Comunicação: Fábio Kuhn

Conselho Fiscal:

Antonio Carlos Hohlfeldt, Flávio Loureiro Chaves, Luiz Antônio Alves

Membros Efetivos:

Antonio Carlos Hohlfeldt, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Coralio Bragança Pardo Cabeda, Earle Diniz Macarthy Moreira, Euripedes Falcão Vieira, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Fernando O'Donnell, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Luis Alberto Cibils, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Núncia Santoro de Constantino, Raphael Copstein, René Ernaini Gertz, Sérgio Alves Teixeira, Telmo Lauro Müller, Vera Lucia Maciel Barroso

Membros Correspondentes:

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Antônio Gonçalves Meira, Antônio Tavares Pinão, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, Cláudio Moreira Bento, Consuelo Ponde de Sena, Davis Ribeiro de Sena, Enélio Lima Petrovich, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Hélio Leôncio Martins, Jali Meirinho, Jonas de Moraes Correia Neto, Jorge D'Escagnolle Taunay, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Luiz Antônio Alves, Luiz Lavanère, Marcos Noronha da Costa, Mário Gardelin, Olímpio Costa Júnior, Pedro Jacinto de Mallet Joubin, Ramon de Castro Esteves, Setembrino A. Pereda, Túlio Vargas, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Walter Fernando Piazza, Walter Rela

Membros Honorários:

Altino Berthier Brasil, Francisco Pereira Rodrigues, Paulo Brossard de Souza Pinto

Membro Licenciado:

Cláudio Francisco Accurso

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Comissão Editorial:

Fábio Kuhn (presidente), Fausto José Leitão Domingues, Véra Lúcia Maciel Barroso

Secretária:

Bibliotecária Márcia Piva Radtke

Estagiária de Biblioteconomia:

Ana Oliveira da Cunha

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Governador: Tarso Genro

CORAG

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas

Dados Técnicos: Maria Helena Gargioni

Editoração: Tiago Kras



Imprensa Oficial do Estado
do Rio Grande do Sul

APRESENTAÇÃO

A Revista constitui a mais relevante publicação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Como diversos estudos historiográficos já comprovaram, a RIHGRGS foi durante muito tempo a mais importante referência para os estudos históricos e geográficos regionais, muitos anos antes do advento dos primeiros cursos universitários de História e Geografia estabelecidos no Rio Grande do Sul.

Neste número 145, a Revista mantém as suas tradicionais seções, publicando uma série de artigos, além de um ensaio e do discurso de posse de um dos novos membros, Fausto Domingues. Publicamos também a continuação da correspondência ativa do governador José Marcelino de Figueiredo, já iniciada na edição anterior.

Por fim, gostaríamos de agradecer ao apoio fundamental da CORAG (Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas), na pessoa do seu Diretor-Presidente, Dr. Homero Alves Paim, cuja disponibilidade viabilizou a publicação de mais este número da Revista.

Esperamos que todos tenham uma boa leitura.

Fábio Kühn
Coordenador de Comunicação

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 7** **Canal de navegação Laguna a Porto Alegre: uma integração inconclusa**
Alcides Goularti Filho e Luiz Cláudio de Freitas
- 27** **Medicina e literatura**
Blau Souza
- 31** **A sombra do Conde de Lippe no Brasil: os artigos de guerra**
Coralio Bragança Pardo Cabeda
- 43** **O perfil da mulher porto-alegrense: o público e o privado entre 1774 e 1887**
Cristina Spengler Azambuja
- 57** **O Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental durante o governo de Dom Diogo de Souza (1809-1814)**
Fábio Kühn
- 67** **Os historiadores, o IHGRGS e a preservação do mais antigo templo sul-rio-grandense**
Francisco das Neves Alves
- 81** **Afonso Guerreiro Lima: prazer de ensinar**
Gervásio Rodrigo Neves
- 87** **Saturnino de Brito: o planejamento e a ideologia**
Günter Weimer
- 99** **Carlos Humberto Pederneiras Corrêa**
Jali Meirinho
- 103** **Proyectos monarquicos en el Rio de la Plata 1808-1816**
Walter Rela

129 A guerra fria e a política brasileira

Moacyr Flores

145 América do Sul desenvolvimento nacional e geoestratégica global

Eurípides Falcão Vieira

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

215 Posse no Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul

Fausto José Leitão Domingues

DOCUMENTAÇÃO

**223 Cartas do governador José Marcelino de Figueiredo para o
Vice-Rei, Marquês do Lavradio (1774)**

NOTICIÁRIO

249 Oficina de restauro Livro e Arte

251 Oficina de noções de leitura e transcrição paleográfica

253 V Jornada de estudos genealógicos: Genealogia Luso-Brasileira

**255 II Encontro de IHG'S do Estado do Rio Grande Do Sul, Lajeado no
dia 8 de junho de 2011**

**257 Evento comemorativo ao sesquicentenário de nascimento do Padre
Roberto Landell de Moura**

259 Posse de membros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

261 Jornada de estudos: Cristãos-Novos e Inquisição na América Meridional

263 Os cinquenta anos da Legalidade

**265 Colóquio sobre conhecimentos e formação moral em livros
didáticos no Brasil - 1850 -1950.**

CANAL DE NAVEGAÇÃO LAGUNA A PORTO ALEGRE: UMA INTEGRAÇÃO INCONCLUSA¹

Alcides Goularti Filho²

Luiz Cláudio de Freitas³

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever e analisar o projeto e a construção inconclusa do canal de navegação entre Laguna e Porto Alegre. O projeto foi executado em parte, tanto no Rio Grande do Sul com em Santa Catarina. Além da reflexão final, o texto está dividido em quatro tópicos. Inicialmente discutiremos as vias de comunicação e os meios de transportes no Brasil agrário, cujo padrão de acumulação baseada no capital agrário mercantil exportador condicionava o sistema de transportes para atender as demandas dos complexos regionais. Em seguida, será apresentado os primeiros estudos realizados para construir o canal ligando as duas províncias. Num terceiro momento, detalharemos o projeto elaborado por Eduardo José de Moraes em 1879 que realizou um amplo e detalhado estudo para a construção do canal. No quarto item analisaremos a construção do trecho catarinense: entre Laguna e Jaguaruna e entre Araranguá e o Rio Mampituba.

1. Vias de comunicação e transportes no Brasil agrário

Com os advenços da Primeira Revolução Industrial, juntamente com as ferrovias, os rios passaram a ser mais utilizados como vias de comunicação para acelerar as trocas mercantis e os barcos a vela aos poucos foram sendo substituídos pelos barcos a vapor. No último quartel do século XVIII, na Europa, foram feitas várias tentativas de adaptar nos barcos um sistema mais veloz e eficiente para navegar no sentido contrário ao corrente das águas. O norte-americano Robert Fulton, em 1803, fez navegar no Rio Sena, em Paris, um pequeno barco adaptado com uma máquina a vapor. Sem muito apoio para novos inventos, Fulton voltou para os EUA e, em 1807, lançou nas águas do Rio Hudson o barco a vapor Clermont, que fez o percurso entre Nova York e Albany, de 130 milhas em 30 horas (ACQUARONE, 1955). A partir desse invento, foram sendo aperfeiçoadas outras embarcações e, em 1811, também nos EUA, foi formada a primeira companhia de navegação a vapor junto ao Rio Mississippi (MOARES, 1882). Na Europa, os rios Tamisa, Sena, Danúbio, Reno, Volga e Elba passaram a ser ainda mais explorados comercialmente com a presença de companhias de navegação fluvial a vapor. (BRAUDEL, 1996)

Foi nos EUA que a navegação fluvial se desenvolveu com mais intensidade a partir de grande companhias, integrando o país de norte a sul e toda planície central, principalmente, pelo Rio Mississippi. Ao todo eram 47.360 km de vias navegáveis, sendo que o sistema Mississippi (Arkansas, Tennessee, Ohio e Missouri) chegava a 16.600 km (FINGUERMANN, 1981). Para termos uma idéia do rápido desenvolvimento deste setor nos EUA, em 1824, já haviam construído 5.630 km de canais de navegação (MORAES, 1894). A conquista da Louisiana e a marcha para o oeste, dizimando índios, demarcando terra e povoando, foram feitas com armas, ferramentas e imigrantes, transportados por cavalos, carroças e navios a vapor.

¹Pesquisa financiada com recursos do CNPq e FAPESC

²Doutor em Economia pela Unicamp e professor do Curso de Economia da Unesc.

³Economista pela Unesc.

No Brasil, durante a colonização, as monções, juntamente com as entradas e as bandeiras, alargaram as fronteiras territoriais por meio de canoas que desciam os rios paulistas, que integravam com os do Paraná e do Mato Grosso. Grandes expedições formadas por vicentistas aventureiros desciam os caudalosos rios à procura de pedras preciosas e índios (HOLANDA, 1994). Este movimento das monções foi responsável pela “descoberta” dos grandes rios navegáveis no centro-sul da colônia. O desenvolvimento dos meios de transportes acompanhava o movimento de povoamento do litoral para o interior, espalhando-se para os diversos núcleos afastados do mar e desintegrados entre si (PRADO JR, 1996).

A navegação fluvial e marítima a vapor e a ferrovia formavam a base do sistema de transportes no Brasil da segunda metade do século XIX e início dos XX. Com a expansão do complexo cafeeiro houve uma pressão sobre a estrutura dos transportes, exigindo modificações e mais investimentos. Através de concessões, subvenções e garantias de juros o Estado estimulava investimentos na navegação e na ferrovia, sendo que muitas vezes o próprio Estado teve que intervir diretamente em alguns projetos.

Apesar de uma ampla bacia hidrográfica com longos trechos navegáveis, a navegação fluvial a vapor brasileira desenvolveu-se muito pouco, principalmente quando comparamos com a dos EUA. Até o final do Império não existia um sistema de transporte no interior que fosse integrado, combinando as diversas vias de comunicação. No interior havia os velhos caminhos, moldados pelos bandeirantes e tropeiros. As estradas de ferro, construídas durante o Segundo Reinado e Primeira República, funcionavam de forma desarticulada sem uma lógica integradora. Ambas deveriam combinar com a navegação fluvial se integrando com os portos. Porém, como os meios de transportes estão subordinados a produção, quando há possibilidade de acumulação eles são modernizados e as barreiras são transpostas. Primeiro a possibilidade de acumulação é gestada, ampliando fluxo mercantil, para em seguida construir as ferrovias, pavimentar as estradas, abrir os canais, melhorar os portos ou formar companhias de navegação.

Durante a Primeira República houve uma expansão dos transportes promovida pela ampliação do complexo cafeeiro e pela consolidação das economias regionais agro-mercantis. Os portos foram melhorados (Pará, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e Rio Grande), a frota mercante foi ampliada (Lloyd Brasileiro, Navegação Costeira e CCN), e a malha ferroviária foi estendida. Na navegação fluvial surgiram algumas iniciativas para construir canais que possibilitassem a comunicação entre regiões que apresentavam uma maior circulação de mercadorias.

A navegação fluvial era um sistema de transporte que concorria com as estradas de ferro onde havia um sistema conjugado. Como podemos observar na ferrovia Paulista em relação ao rio Mogi Guaçu, na *I* ao Piracicaba e ao Tiête, na *Rede Sul Mineira* ao Rio Grande, na *Estrada de Ferro Santa Catarina* ao Itajaí-Açu. Segundo Matos (1995), em função das dificuldades de adaptar a rede fluvial a condições de circulação mais eficaz, houve um abandono paulatino da nascente navegação fluvial brasileira. Permanecendo apenas nas regiões onde as dificuldades eram maiores para implantação de outra via, como na Amazônia e nas grandes bacias hidrográficas.

Os anos de 1930 inauguraram um novo período na economia brasileira com o alargamento das funções do Estado que passou a promover a industrialização nacional. A infra-estrutura da economia passou por grandes modificações e os investimentos no setor dos transportes concentraram-se mais nas rodovias, em detrimento das outras modalidades, principalmente da ferrovia e da navegação fluvial.

2. Os primeiros estudos para a construção do canal de navegação

O primeiro estudo realizado para averiguar a possibilidade de fazer uma ligação por meio de um canal de navegação entre as diversas lagoas no sul de Santa Catarina e no norte do Rio Grande do Sul foi executado por Francisco Inácio Xavier em 1753. A pedido do governador da capitania de Santa Catarina, Xavier percorreu aproximadamente trezentos quilômetros partindo de Laguna até o Rio Mampituba fazendo o levantamento topo-hidrográfico de toda região próxima ao litoral com o objetivo de construir um canal. O estudo foi entregue ao governador que nada fez para executar a obra ficando o mesmo abandonado por mais de cem anos (HOBOLD, 1994).

O projeto de navegação lacustre e fluvial entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi retomado somente em 1856 pelo Presidente de Província do Rio Grande do Sul Jerônimo Francisco Coelho, que era natural de Laguna. Nas diversas obras que Coelho tinha intenção de realizar na navegação no Rio Grande do Sul, estava previsto a canalização e desobstrução das lagoas do município de Santo Antônio. Coelho designou uma comissão de militares e engenheiros para realizar os estudos de canalização dos rios e das lagoas. A intenção era ligar Porto Alegre “até quase a proximidade da cidade de Desterro”, passando por Torres e Laguna (RIO GRANDE DO SUL, p.51, 1856). O relatório final foi entregue no dia 10 de novembro de 1856 e era assinado pelo Major José Maria Pereira de Campos, chefe da comissão, cuja parecer final versava o seguinte:

A possibilidade de se estender a navegação das lagoas da costa da serra, até as águas do Rio Mampituba, e outras lagoas existentes no território da província de Santa Catarina, e de que trataremos, se acham perfeitamente reconhecida, e na nossa opinião não em grande número serão as dificuldades que se oferecerão para os trabalhos da sua execução (MORAES, p. 12, 1879)

Com este estudo, os rios e as lagoas do norte do Rio Grande do Sul e no sul de Santa Catarina foram reconhecidos e mapeados. No ano seguinte, em 1857, uma comissão chefiada pelo Tenente Coronel Ricardo José Gomes Jardim realizou um estudo em Torres com o objetivo de analisar a possibilidade de abrir uma barra para entrar navios de cabotagem. Uma das conclusões do relatório apontava para a uma “futura canalização” das lagoas existentes na região entre as duas províncias (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, 1883).

Em 1861, o Tenente da Armada José Nolasco Pereira da Cunha, apresentou ao governo gaúcho outro relatório sobre os “diversos trabalhos preparatórios de canalização do Rio Mampituba”. Neste relatório, Cunha também apresentou estudos sobre os tributários do Mampituba e sobre as lagoas do Sombrio e do Caverá (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, 1883).

Outro estudo mais específico sobre as lagoas no sul de Santa Catarina foi realizado pelo engenheiro Charles Pompêo Demoly, que era membro da comissão de 1856 chefiada por Campos. Os estudos de Demoly começaram em 1863, quando foi autorizado pela Diretoria de Obras Públicas e Navegação do governo imperial (BRASIL, 1863). Em 1865, Demoly publicou o seu relatório “*Rapport sur l'exploration des principales rivières et lagoas existantes dans la partie du minicipe de la Lagune située au S. du Rio Tubarão*”, onde apresentou uma descrição detalhada sobre a região lagunar do sul de Santa Catarina e descreveu as possibilidades de canalizá-las para formar um ca-

nal de navegação (MORAES, 1887). Porém, o mapa mais detalhado das lagoas e dos rios de todo litoral sul-catarinense e norte-rio-grandense foi elaborado pelo Capitão de Fragata Ernest Mouchez, no ano de 1863. Mouchez mapeou todo litoral brasileiro confeccionado uma série completa de cartas que serviram de base de estudos para elaborar outros mapas durante todo século XIX e início do XX (MOUCHEZ, 1890).

O interesse pela construção de um canal de navegação na região por parte do governo de Santa Catarina manifestou-se somente em 1867, quando naquele ano, o presidente da província, Adolpho de Barros C. A. Lacerda, designou o juiz comissário de Laguna, o engenheiro Rodolpho Von Brause, a explorar as lagoas que se estendia até Torres “no intuito de verificar a possibilidade de ligar uma as outras por meio de canais navegáveis” (SANTA CATARINA, p. 24, 1867). Brause, encaminhou ao presidente da província um estudo sucinto de uma possível comunicação entre a cidade de Laguna e o Rio Mampituba, inclusive com várias medições e apontando para a existência de carvão de “excelente qualidade” entre o Rio Urussanga e o Rio dos Porcos (SANTA CATARINA, p. 69, 1908). No entanto, o governo provincial catarinense não dispunha de recursos para realizar uma obra desta envergadura, mas reconhecia sua importância para fixar os futuros “imigrantes que vierem estabelecer-se no vale do Araranguá e do Tubarão, onde já se estão medindo e demarcando terras devolutas” (SANTA CATARINA, p. 27, 1868).

Dentro do governo provincial catarinense, no início da década de 1870, houve uma controvérsia sobre a importância da construção do canal. Segundo o então 2º Vice-Presidente da Província, Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão, seria mais vantajoso construir uma ferrovia ligando Desterro a Porto Alegre do que um canal de navegação. Já o presidente da província Francisco Ferreira Corrêa, neste mesmo ano expediu a Lei 636 de 28 de maio, que concedia privilégio para quem oferecesse condições para abrir um canal de navegação entre Laguna e Araranguá. É bom lembrar que nesta época já estava sendo debatido o projeto da Estrada de Ferro D. Pedro I ligando Desterro (Florianópolis) a Porto Alegre. Galvão contestava os estudos realizados por Demoly e Brause, afirmando que ambos apresentavam problemas.

A canalização das lagoas entre esta província e a do Rio Grande do Sul, é, no entender de muitos, de grande vantagem e supre a estrada de ferro. Eu, porém diversifico de opinião, pois não há estudos sérios e conscienciosos sobre este fato, que por isso torna-se problemático. Nenhum trabalho de balizamento existe, nem se sabe que despesa seria preciso para realizá-lo. Mil questões de grave importância pulam, e, sem as resolver, seria rematada loucura intentar a empresa. (SANTA CATARINA, p. 16, 1870)

Com base na Lei 636/1870, chegou-se até organizar a Companhia Fluvial Lagunense por empresário particular, mas que por falta de recursos acabou caducando a concessão. E por parte do Rio Grande, após a saída de Jerônimo Coelho da presidência da província, não houve mais interesse pelo projeto.

3. O projeto de Eduardo José de Moraes

O maior estudo realizado para a construção do canal de navegação Laguna-Porto Alegre foi o executado pelo Tenente Coronel do Corpo de Engenheiro Eduardo José de Moraes em 1879. Moraes já havia participado da elaboração de vários estudos sobre navegação fluvial, ferrovias e estradas de rodagem no Brasil. Em Santa Catarina, Moraes já conhecia Santa Catarina, pois tinha sido diretor da Estrada Dona Francisca entre Mafra e Joinville.

O projeto do canal elaborado por Moraes, se baseava nos relatórios feitos isoladamente pelas províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Por parte do Rio Grande do Sul, Moraes se baseia no relatório entregue ao presidente da província no ano 1856, elaborado pela comissão formada pelo engenheiro Major Jose Maria Pereira de Campos e pelo 1º Tenente Jerônimo Francisco Coelho Junior. Quanto a parte do território de Santa Catarina, Moraes se deteve no ofício entregue ao presidente da província no ano de 1868, elaborado pelo Engenheiro Rodolfo von Brause. (MORAES, 1879). Foi a partir da sistematização desses dois estudos que Moraes propôs a construção de um canal de junção entre Laguna a Porto Alegre.

Na região sul de Santa Catarina a cidade de Laguna era o centro mais povoado e dispunha de uma pequena enseada que permitia a entrada de navios de baixo calado. Essa característica persistia ainda no final do século XIX, e Laguna configurava-se como o ponto de contato mais importantes do centro do país com o sul-catarinense e norte-gaúcho. No extremo sul catarinense, além de Laguna, também se destacam as vilas de Tubarão e Araranguá. Foi nesses territórios que o governo imperial começou a fazer os trabalhos de demarcação das terras para fixar os imigrantes, que mais tarde formaram os vários núcleos coloniais como Azambuja, Criciúma, Nova Veneza, Urussanga e outros. Essa região está situada entre a Serra Geral e o oceano atlântico, sendo cortada por vários rios, como o Tubarão, Urussanga e Araranguá e Mampituba, além de contar com uma série de lagoas, com destaque para o complexo lagunar em Laguna (Mirim, Imaruí e Santo Antônio) e as lagoas do Faxinal, Esteves, Sombrio e Caverá. Era uma região parcamente povoada, com uma produção quase de subsistência, que exportava seus excedentes pelo porto de Laguna. No litoral sul havia a presença de açorianos que praticavam a pesca e o cultivo da cana-de-açúcar – de onde era extraído a açúcar, o melado e a cachaça –, da mandioca e do milho. Junto às casas também havia a criação de suínos, aves e gados. A farinha de mandioca era o produto mais comercializado com outras praças comerciais.

Com o aumento do excedente exportável, impulsionado pela colonização européia do final do século XIX, os meios de transporte não atendiam mais as demandas dos pequenos produtores, causando entraves no processo de acumulação. Segundo Moraes (1879, p. 18): “para conduzir mantimentos do Araranguá até a Laguna é preciso ser em carretas, sendo o transito longo (principalmente pela praia) e penoso pelos maus caminhos”.

No litoral norte do Rio Grande do Sul a situação também não se diferenciava muito, onde a dificuldade de transporte deixava a região isolada do resto do estado. Havia inúmeras lagoas que poderiam facilitar a comunicação entre varias cidades, faltava apenas fazer alguns melhoramentos nos sangradores e nos rios. Portanto, dada a falta de integração entre o sul-catarinense e o norte-gaúcho, tornava urgente construir vias de comunicação em ambas as regiões.

As condições hidrográficas nos dois estados eram propícias para a abertura de um canal de navegação ligando Laguna a Porto Alegre, as duas cidades mais importantes do Brasil meridional. O ponto de partida em Santa Catarina seria a margem direita do rio Tubarão, que seguiria até a

foz do rio Capivari na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. O canal seguiria paralelo a costa do oceano atlântico num percurso total de 304 km. Ao todo, o canal era dividido em 188 km de navegação livre, 83 km de melhoramentos e 33 km com abertura de desvios ou construções de canais, ou seja, cerca apenas de 10% a construir. O canal também era dividido em duas partes, ficando o Rio Mampituba com o divisor das partes: a norte, em direção a Laguna, e a sul, em direção a Porto Alegre. Além destas duas partes, o canal também era dividido em quatro seções: (1) de Laguna ao Rio Araranguá, (2) do Rio Araranguá ao Rio Mampituba, (3) do Rio Mampituba à Lagoa dos Barros e, (4) da Lagoa dos Barros à foz do rio Capivari, junto à Lagoa dos Patos. (MORAES, 1886).

A primeira seção seria 65 km, passando pelos rios Tubarão, Congonhas, Sangão, Miguel Rabelo, Urussanga, Cocal e Porcos, até a confluência com o Rio Araranguá, ligado por meio de cinco canais artificiais, de 14,3 km ao todo. A relação entre a extensão total da seção e a total a construir era de 22%.

A segunda seção, do Rio Araranguá ao Rio Mampituba, seriam mais 76 km, passando pelas lagoas da Serra, do Caverá e do Sombrio e seus respectivos sangradouros. Nesta seção não haveria a necessidade de canais, apenas a desobstrução e limpeza dos sangradouros.

A terceira seção, do Rio Mampituba à Lagoa dos Barros, com 121 km, seguiria pelas lagoas do Forno, Itapeva, Quadros, Palmitar, Pinguela, Negra, Peixoto, Marcelino e, finalmente, Barros. Sendo necessário abrir três canais artificiais, somando ao todo 10 km de comprimento.

A última seção, da Lagoa dos Barros à foz do rio Capivari, na Lagoa dos Patos, a extensão seria de 42 km. Contaria apenas com a construção de um canal de 9 km, através de uma variante entre a Lagoa dos Barros e o rio Gravataí, que deságua perto de Porto Alegre.

Quadro 1: Seções do Canal de Navegação Laguna a Porto Alegre (em km)

Seções	Livre	Melhoramentos fluviais	Canais a construir	Total
De Laguna ao Rio Araranguá	44,7	6,0	14,3	65,0
Do Rio Araranguá ao Mampituba	37,5	38,5	-	76,0
Do Rio Mampituba à Lagoa dos Barros	105,4	5,5	10,1	121,0
Da Lagoa dos Barros à Lagoa dos Patos	-	33,0	9,0	42,0
Total	188,0	83,0	33,0	304,0

Fonte: MORAES, Eduardo José de. **Canal de junção da Laguna a Porto Alegre**: memória justificativa de seu projeto. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1879, p. 11.

O canal teria uma profundidade mínima de 2 m com 14 m de largura e seria destinado às pequenas embarcações vapor com 1,6 m de calado e até 5 m de largura e comportaria a passagem de dois barcos ao mesmo tempo, com a possibilidade de ampliá-lo para barcos maiores. Os melhoramentos fluviais consistiam em retificação das curvas agudas dos rios e dos sangradouros das lagoas, a desobstrução dos bancos destes sangradouros e o seu alargamento e aprofundamento (MORAES, 1879). Para construí-lo seriam realizados serviços de abertura na mata através de derrubadas, roçadas e extração de terras. Havia também a necessidade de realizar obras simples, como bueiros e valetas longitudinais. A obra mais complexa seria a construção de comportas. Além desses serviços seria necessário realizar dragagem constante, construir cais, trapiches, ar-

mazéns, pontes e estações. Os vapores usados seriam rebocadores, saveiros ou chatas de ferro e sobressalentes. Enfim, uma obra de grandes proporções que previa oito anos para sua conclusão, e uma despesa total de 3.000:000\$000.

Para Moraes, a obra se justificava, pois havia disposições naturais dos rios e lagoas e uma baixa relação entre os canais a construir e a extensão total atingida pelo canal. Estas condições favoráveis deixavam Moraes muito entusiasmado:

As condições de situação da linha do canal são as mais favoráveis, não só por nela compreender-se um desenvolvimento de rios, lagoas e sangradouros naturalmente navegáveis, medindo quase 90% de sua extensão total, como por se apoiarem os seus pontos extremos nas duas grandes lagoas, a denominada Laguna (...) e a dos Patos (...) que se acha em comunicação com o oceano. Além disso, a posição das outras lagoas intermediárias, admiravelmente dispostas em relação a linha do canal, proporcionarão magníficos portos e ancoradouros aos navios que tiverem de freqüentá-lo e servirão, com grande proveito à navegação que nele for estabelecida. (MORAES, 1879, p. 72).

Além de colocar Laguna em contato com Porto Alegre, estava previsto desenvolver outras vias de comunicação para as regiões mais ao interior que ficavam isoladas e estavam nas proximidades do canal. Segundo Moraes (1879, p.83), um dos objetivos era “dotar de meios de comunicação e transporte a toda região por onde se desenvolve o seu traçado”, além de dar suporte para os imigrantes se fixarem nas colônias.

Outro motivo que justificava a construção do canal eram os problemas nas barras dos rios de acesso aos portos, que não permitiam a comunicação com outras localidades mais ao interior, como as barras dos rios Urussanga, Araranguá e Mampituba. Se não ocorressem problemas nas entradas destas barras, segundo Moraes, “o projeto do canal apresentado não teria nenhuma razão de ser.” (MORAES, 1886, p. 31).

O problema da entrada da barra também se estendia a Laguna e ao Rio Grande, em que ambos enfrentavam dificuldades na praticagem nos canais de acesso. A barra de Laguna, formada pelo Rio Tubarão e pela Lagoa de Santo Antônio, permitia somente acesso a navios de pequeno calado. Já a barra do Rio Grande, formada pela Lagoa dos Patos, contava com um canal que permitia a entrada de navios de grande calado, mas sofria com problemas constantes de assoreamento. Se não fossem feitos os melhoramentos nas respectivas barras, o canal de navegação Laguna a Porto Alegre, abriria a possibilidade de construir um porto em Torres.

Para Moraes, a extensão do projeto do canal não parava por aí. A partir de Porto Alegre estava previsto a conclusão da linha férrea até Uruguaiana, com um prolongamento até Jaguarão. Com isso resolveria por “definitivo” o problema de um eventual sinistro nas barras e promoveria a integração da região Sul, desde Laguna até as fronteiras com a Argentina e o Uruguai.

Outra justificativa para construir o canal de navegação era a de substituir o projeto de implantação da Estrada de Ferro D. Pedro I, prevista desde 1871 pelo Decreto 4.689, cuja concessão já estava caduca. Segundo Moraes, esta obra ferroviária era inviável e enfrentaria grandes dificuldades técnicas e financeiras e teria baixa rentabilidade após a sua conclusão, o que não compensariam a sua realização. A baixa rentabilidade era em função de que a região por onde passariam os

trilhos não havia expressão econômico-exportadora e contava apenas com a pequena produção mercantil. Para os pequenos produtores, o frete cobrado pela estrada de ferro seria muito alto, levando a recusa dos mesmos em utilizá-la. A alternativa apontada seria a construção de vias mais baratas:

Do que mais necessita o país e que ele tanto reclama, é antes a existência de vias de comunicação que oferecerão transporte fácil e barato aos gêneros de sua produção e aos de importação, do que a grande velocidade com que estes podem ser transportados. (MORAES, 1879, p. 85).

Moraes defendia para o Brasil a idéia do aproveitamento das vias fluviais por ser um meio natural pouco dispendioso, já a estrada de ferro serviria como via auxiliar onde os rios não eram navegáveis. Ele tentou comprovar em seu estudo que o capital necessário para a construção do canal seria cinco vezes menor que a ferrovia e com isso o frete seria mais acessível. A defesa do melhor aproveitamento das condições fluviais era um desafio ao consenso dominante numa época em que a estrada de ferro era vista como a solução para todos os problemas dos transportes. Contrariando esta idéia dominante, Moraes (1886, p. 20) concluía: “a estrada de ferro não é tudo, não pode ser tudo, não deve ser tudo.”

Seria incoerente construir ferrovias em muitas regiões do país, pois na sua maioria não apresentavam condições técnicas e financeiras para realizá-las. Esta opção pelas ferrovias, privava várias regiões de transportes mais eficientes e barato.

Após a conclusão dos seus estudos, foi concedido a Moraes o privilégio para a construção do canal por meio do Decreto 9.741, de 04/09/1887, que batizou a obra de Canal Príncipe D. Afonso. A concessão foi logo transferida para a companhia francesa *Société Anonyme de Travaux et D'Entreprises au Brésil* pelo Decreto 10.074 de 11/10/1888. Até o início do período republicano, a *Société* nada realizou, tendo prorrogado por mais seis meses o prazo para o início dos estudos definitivos do canal, que agora se denominava Canal da Laguna a Porto Alegre (Decreto 1.062, de 22/11/1890). No mesmo ano o privilegio é transferido para outra empresa, a Companhia Industrial e de Construções Hidráulicas através do Decreto 1.078 de 28 de dezembro. A Companhia Industrial chegou a concluir alguns estudos e orçamentos, mas também não realizou a obra. (COMPANHIA INDUSTRIAL E DE CONSTRUÇÕES HIDRÁULICAS, 1895).

Na descrição feita em 1880 do município de Laguna, Francisco Isidoro Rodrigues da Costa, sobre o canal, questionava a respeito da serventia da riqueza produzida em Araranguá:

Na verdade, de que servem a riqueza do Araranguá se os seus cereais não podem ser transportados sem despesas enormes e obstáculos inúmeros, não dando nem para o trabalho do produtor nem para o frete da mercadoria. Oxalá que um dia Laguna estivesse ligada ao Araranguá pela junção de um canal nas suas três lagoas! (COSTA apud DAL'ALBA, 1976, p. 41-42)

Na década de 1890, não foi tomada mais nenhuma decisão em relação ao projeto do canal. Dado o processo de integração intra-estadual promovido pelas ferrovias e pela navegação lacustre

no Rio Grande do Sul, o governo gaúcho não demonstrou mais interesses em seguir adiante com o projeto do canal. A integração com Santa Catarina seria concretizada com a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que partia de Santa Maria (RS) e cortava o meio-oeste catarinense, onde havia terras disponíveis para a colonização e madeira (araucária) para o corte. O sul-catarinense não oferecia atrativo econômico que justificasse a construção do canal. Apenas o carvão, que também era extraído no Rio Grande do Sul.

4. A construção do trecho catarinense do canal

A ligação entre as lagoas no norte rio-grandense foi executada pelo governo gaúcho no início do século XX, o que possibilitou a navegação fluvial e lacustre entre Porto Alegre e Torres, cujo trajeto era feito por companhias de navegação locais. Na década seguinte, aumentou o desinteresse do governo gaúcho em integrar a região com o litoral sul-catarinense. Porém, o governo catarinense resolveu dar continuidade à antiga concessão do canal, preservando a parte que correspondia ao seu território.

Em Santa Catarina, os problemas de vias de comunicação se tornavam cada vez mais complexo. O aumento da população, a fundação de novos núcleos coloniais e a diversificação da produção agrícola pressionavam o Estado para criar novas vias de comunicação, mais eficientes. As localidades compreendidas mais ao sul de Laguna, como Urussanga, Criciúma, Nova Veneza e Araranguá sofriam com as dificuldades nos transportes. Diante deste quadro, o governo estadual encampou a construção do canal entre Laguna e Araranguá.

No último quartel do século XIX e início do XX, o governo catarinense expediu uma série de leis e decretos concedendo privilégios a particulares para construir trechos do canal ligando Laguna ao Mampituba, mas nenhum deles foi executado. Abaixo segue um quadro com as respectivas leis e decretos:

Quadro 2: Legislação catarinense referente ao canal de navegação

Número da Lei ou Decreto	Data	Objetivo
Lei nº 636	28 de maio de 1870	Concede privilégio para quem melhor condições oferecer para abertura de um canal entre Laguna e Araranguá
Lei nº 927	31 de março de 1881	Concede privilégio de 50 anos a João Antônio de Medeiros para abertura de canal partindo do Rio Congonhas seguindo até o Rio Tubarão
Lei nº 1.012	07 de maio de 1883	Concede privilégio a Severino de Souza e Almeida e Domingos de Souza Guedes para abrir um canal no município de Araranguá até o Rio Mampituba
Lei nº 1.190	21 de dezembro de 1887	Concede privilégio a Eduardo José de Moraes para organizar a construção do canal entre Laguna e a Lagoa dos Patos com a garantia de juros de 6% até o capital máximo de 2.000.000\$000
Lei nº 1.041	11 de junho de 1888	Concede privilégio a Galdino José Bessa para a construção de um canal partindo de Ilhota, Rio Congonhas, a vila de Tubarão

Lei nº 1.212	28 de setembro de 1888	Liberou a verba de 3:000\$000 réis para a abertura do canal na vila de Tubarão
Decreto nº 111	8 de setembro de 1891	Concede privilégio a João do Padro Lemos ou a companhia que por ele for organizada o privilégio para construir o canal entre o Rio da Madre e o Rio Massiambu
Lei nº 735	30 de agosto de 1907	Fica autorizado o governo do Estado a estabelecer um canal de junção entre os municípios de Laguna e Araranguá

Fonte: Coleção de Leis de Santa Catarina

Como as obras não foram executadas, o governo estadual editou a Lei nº 735, de 30 de agosto de 1907, que, finalmente, autorizou o governo a estabelecer um canal de junção entre os municípios de Laguna e Araranguá. As obras poderiam ser executadas pela administração estadual ou por empresas contratadas. O governo estava autorizado a contratar empréstimos de até quinhentos contos de réis a juros de 5% ao ano, resgatável dentro de 30 anos.

4.1 Trecho Laguna-Jaguaruna

Com base na Lei 735/1907, o governo catarinense designou uma comissão para realizar os estudos definitivos do primeiro trecho entre os rios da Madre e Sangão até Jaguaruna. No dia de nove de julho de 1908 foram realizados os primeiros trabalhos para construção do canal desobstruindo o antigo leito do Rio Tubarão, a fim de chegar ao Rio Congonhas (SANTA CATARINA, 1908). Mesmo com avanços obtidos pelo governo estadual, eram notórias as dificuldades financeiras para realização do projeto, o que obrigava a solicitar ajuda ao governo federal. Para o engenheiro chefe da comissão da construção do canal, aquela obra era tão importante:

Que o Governo Federal deveria intervir com mais eficácia, a fim de lhe dar maiores proporções e presteza em sua conclusão, pois, se o Governo Federal despende em viação terrestre para colonização, não haveria inconveniente de, para o mesmo fim e em terrenos fertilíssimos, despende na viação marítima ou fluvial (BRASIL, 1909, p. 147).

Essa dificuldade na realização das obras foi sentida pela lentidão na execução dos serviços de limpeza e escavação entre os rios da Madre e Congonhas. Nos dois anos que se seguiram, as obras foram paralisadas por falta de recursos e recomeçadas em 1911. Diante das dificuldades financeiras, o projeto foi revisto e limitado até o Rio Araranguá (BRASIL, 1912). No ano seguinte foi dada continuidade a abertura do canal através da ligação do Rio Congonhas ao Rio Morto e este ao Rio Sangão, situados a margem direita da cidade de Jaguaruna. Paralela à construção do canal foram realizados os trabalhos de limpeza, desobstruções e dragagem dos rios. A profundidade mínima estabelecida do canal até então era de 1,6 m com uma largura média de 6 m e com um comprimento de 20,5km. Com este trecho do canal construído até Jaguaruna, o trajeto percorrido por embarcações até Laguna diminuiu consideravelmente, passando de 5 a 12 dias para apenas 16 horas. Além da redução do tempo, o novo canal permitia o tráfego de

embarcações com maior calado. No ano de 1912, foi registrada a passagem de 181 embarcações. (BRASIL, 1913).

No ano de 1913, os trabalhos se limitaram ao alargamento e limpeza do canal, e a dragagem foi paralisada por problemas nos equipamentos. Concomitantemente foram iniciados os estudos para ligação do trecho até o Rio Urussanga, que apresentava diferentes níveis em relação aos outros rios da região (SANTA CATARINA, 1913). No ano seguinte continuaram os trabalhos de manutenção do canal e também a desobstrução do Rio Sangão, avançando mais 19 km, passando pela vila de Jaguaruna até localidade chamada Pontão. Em 1914, passaram pelo canal 3.017 embarcações e continuaram os estudos de nivelamento dos próximos trechos (BRASIL, 1915).

Em 1915 foram feitos os serviços de limpeza, dragagem e alargamento, além de continuar os estudos para ligação dos rios Sangão e Urussanga, a fim de ultrapassar a localidade de Morro Grande, onde era preciso construir um canal de 5 km com comportas, em função dos desníveis entre os rios. Neste mesmo ano passaram pelo canal 3.904 embarcações, sendo transportados produtos das regiões de Jaguaruna, Garopaba, Congonhas, Lageado, Cocal e Criciúma (BRASIL, 1917). Nos dois anos que seguiram não foi dada continuidade na construção, apenas continuaram os mesmos trabalhos realizados anteriormente. Em 1916 passaram pelo canal 1.925 embarcações, entre elas foram transportadas 49 toneladas de carvão de Criciúma destinadas a experiência no Rio de Janeiro, e em 1917 um total de 3.946 embarcações (BRASIL, 1918; BRASIL, 1919).

No ano de 1918 as obras foram paralisadas e, segundo o Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, o tráfego pelo canal continuava aumentando, sendo que naquele ano foram transportadas mais de mil toneladas de carvão (BRASIL, 1920). No ano de 1919 continuaram os serviços de manutenção na área construída com um aumento do tráfego devido ao transporte do carvão da região de Criciúma (BRASIL, 1921). Neste mesmo ano a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina foi estendida até Criciúma para o transporte do carvão para os portos de Laguna e Imbituba. A ferrovia começou a concorrer com o canal, o que levou a uma queda na movimentação de embarcações no canal, como podemos acompanhar na tabela abaixo.

Em 1920 os serviços realizados se limitaram à construção de mais 3 km de canal, concluindo deste modo o primeiro trecho, sendo navegável de Laguna até Jaguaruna, com uma extensão total de 40 km (BRASIL, 1922a). No ano de 1921 apenas continuaram alguns serviços de alargamento e dragagem e circularam neste ano 685 embarcações. Até o final da década de 1930 não foram mais relatadas maiores informações pelo Ministério da Viação e Obras Públicas a respeito do canal.

Tabela 1: Movimento de embarcações no Canal de Navegação Laguna-Jaguaruna 1912-1921

Ano	Movimentação de embarcações
1912	181
1913	3.017
1915	3.904
1916	1.925
1917	3.946
1921	685

Fonte: Relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas, vários anos.

Com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, foram retomados os projetos para melhor aproveitar as vias de comunicação e os meios de transportes na região carbonífera catarinense. Como a demanda por carvão metalúrgico iria aumentar, projetava-se concluir o canal e utilizá-lo para transportar o minério até o novo porto de Laguna. Apostava-se também na possibilidade de ser encontrado carvão nas margens do canal, o que facilitaria ainda mais o seu transporte. Para tanto, nos anos de 1941, 1943 e 1946, foram baixado três decretos aprovando o projeto e o orçamento para as melhorias no canal (Decreto 7.886/1941; Decreto 13.557/1943; Decreto 20.519/1946). Mas os investimentos ficaram apenas na manutenção da sua navegabilidade (MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1943).

O canal foi uma importante via de comunicação para as comunidades locais, que o utilizavam como uma via fácil e barata até porto de Laguna. Mesmo com a ferrovia chegando em Criciúma no ano de 1919 e em Araranguá em 1927, o canal continuou sendo usado para escoar a pequena produção agrícola da região até o início dos anos de 1950. A partir desta data, a exemplo do Brasil, o transporte rodoviário passou a ter mais importância. Nos anos de 1940, entre Laguna e Jaguaruna, combinam-se três tipos de modalidade de transportes: navegação, ferrovia e rodovia. No transporte de pessoas e carga em geral, a rodovia suplantou a navegação e a ferrovia. A ferrovia especializou-se apenas no transporte do carvão.

4.2 Memórias do canal Laguna-Jaguaruna

Numa entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2004 com dois canoeiros que faziam o trajeto entre a localidade de Pontão até o porto de Laguna, foi possível identificar vários aspectos do canal e a sua dinâmica de funcionamento. Pedro Pacheco, 97 anos, foi canoeiro entre 1925 e 1928, depois retornou em 1935 e saiu em 1947; e Dilcei Ávila, 76 anos, foi canoeiro de 1938 a 1951.

Segundo as memórias dos canoeiros, eram transportados pelo canal mel (em latas de 20 kg), melancia, cachaça, milho, feijão, butiá e, principalmente, farinha, que às vezes eram carregadas até 120 sacas de farinha. Cada canoa tinha capacidade para carregar em torno de cinco toneladas. As canoas eram a remo ou a vela, se fosse para Laguna com vento nordeste, derruba-se o mastro e utilizava os remos. Os remos eram dois bambus de oito a dez metros que deveriam ser enterrados no fundo do rio para impulsionar as canoas. Quando as canoas chegavam à altura da Lagoa da Manteiga, era necessário ser puxada por um cabo amarrado no mastro. Uma pessoa seguia puxando na margem da lagoa e outra orientava o leme. As canoas eram de propriedade de pequenos comerciantes locais como a do Chico Figueiredo, Zé Melo, Pedro Felipe, Seu Ataliba, Amélia do João, Abelhudo, Diego e Seu Pedro. Os nomes dos barcos eram os mais diversos. Seu Dilcei e Seu Pedro lembraram da Chata Miranda, da Mosquinha, um naviozinho chamado Vênus e outro Júpiter.

O trajeto percorrido era mais ou menos o seguinte: depois do rio do Vale do Amorim, descia pelo canal até o Escritório, onde ficava o escritório do Departamento Nacional de Portos Rios e Canais (DNPRC), seguia pela volta do Fideli e em seguida a volta do Cinco. Depois continuava no Canhola, que descia no corredor do Rio Tubarão até chegar em Laguna. Também tinha a volta do Mosquito, mais tarde chamada da volta do Velhaco, a volta do Araçá e a Lagoa do Tia Paula, que depois seguia para a ponta do Capim, que saía no canal do barra em Laguna. No canal tinha

também o trecho dragado, que havia sido feito pelo DNPRC, que seguia de Jaguaruna até Pontão, ponto final do canal, feito na primeira metade dos anos de 1940.

A localidade de Pontão era um tipo de entreposto onde as mercadorias que vinham das colônias do sul eram embarcadas para Laguna e onde eram descarregadas as mercadorias que vinham das diversas praças comerciais do país, que abasteciam as colônias. Segundo os canoeiros, o carvão que vinha das minas de Criciúma era trazido por carros de boi e depositado num pátio perto do rio. No início, antes de passar a ferrovia em 1919, chegavam em torno de 15 a 20 carros de boi por dia, trazidos pelos italianos.

Além do carvão, as demais mercadorias que saíam de Criciúma, também eram transportadas em carros de boi, que, segundo Milanez (1991, p. 29-30), levavam três dias de viagem:

No primeiro dia saíam de madrugada e pernoitavam no início da praça de Morro da Fumaça, (...) sempre às margens do rio, para ter água para fazer a comida e para dar de beber aos bois. (...) no segundo dia, só conseguiam ir até o final da reta do Morro da Fumaça, onde começa a curva à esquerda e a subida do morrinho. A reta era um banhadal tremendo, os carros atolavam até o eixo, tendo muitas vezes que descarregá-los para poder sair do atoleiro. No terceiro dia chegava-se ao destino: Pontão.

Nas memórias de Caetano Sônego, imigrante da primeira geração que colonizou Criciúma, temos um relato sobre o transporte de carvão para o Pontão:

Nós levávamos para o Pontão de carro de boi. Levávamos em sacos e de lá tocavam para fora e pegavam a dizer que era carvão puro, então veio o pessoal de lá e arrancaram o carvão. (In: COSTA, 2000, p. 65)

Naquela época, os pequenos agricultores, que tinham uma junta de boi, se aventuravam no transporte do carvão até o Pontão. Esta euforia no transporte do carvão durou pouco tempo, de 1917 até o início dos anos de 1920, pois, em seguida, a ferrovia chegou a Criciúma.

4.3 Construção do trecho Araranguá-Mampituba

Desde o final do século XIX, apesar das dificuldades da entrada da barra, em Araranguá havia um porto fluvial que era freqüentado por embarcações a vapor vindas de Florianópolis e Laguna. Entre a cidade de Araranguá e Torres, a comunicação era feita com dificuldade, em pequenas embarcações a remo, por meio da navegação lacustre e fluvial. Do Rio Araranguá as canoas seguiam pelo Rio Sangrador até a Lagoa do Caverá, que estava ligada à Lagoa do Sombrio por meio de um sangrador, dali seguia-se até o Rio Mampituba.

Com a extensão da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina até as margens do Rio Araranguá, em 1924, a comunicação de Araranguá com Criciúma, Tubarão e Laguna tinha sido solucionada. Como não havia carvão no Vale do Araranguá, o governo federal não demonstrou interesse em

continuar com as obras ferroviárias. Além disso, não havia fluxo suficiente de mercadorias em Araranguá e Sombrio que justificassem a continuação da estrada de ferro. Este era o antigo projeto da Estrada de Ferro D. Pedro I de 1871, nunca executado.

Quando o governo estadual decidiu não levar as obras do canal de navegação até o Mampituba e depois até o Rio Araranguá a Prefeitura de Araranguá resolveu encampar o projeto no ano de 1936. Com Laguna a comunicação era feita pela ferrovia, com Torres deveria ser via navegação. Segue abaixo um recorte do jornal de Campinas de 06 de setembro de 1936:

Finalmente se acham concluídos os trabalhos de desobstrução que opunha dificuldades, se não impossibilidade, de comunicação por via fluvial entre os sangradores da Sanga da Madeira e Caverá. Agora já se pode navegar francamente pelas aquelas águas. (...) É intenção do Sr. Prefeito Municipal, caso o canal mantenha a mesma profundidade, ligar o Rio Araranguá ao Mampituba, pela Lagoa da Serra (CAMPINAS, 06/09/1936)

Numa notícia vinculada no mesmo jornal no dia 22 de maio de 1937, temos a seguinte passagem:

Já estamos recebendo os frutos das importantes obras da canalização Araranguá-Mampituba executada pelo atual prefeito Sr. Caetano Lummertz. Duas lanchas acabam de descarregar algumas dezenas de sacos de farinha vindos para a importante firma desta praça, Procópio Caetano da Silva. Farinha esta comprada pela referida firma no distrito de Sombrio, e que estava lutando com dificuldades em transportá-las para esta cidade pela falta absoluta de condução (CAMPINAS, 22/05/1937)

Nas memórias registradas pelo Pe. João Leonir Dall'Alba, em setembro de 1986, temos as seguintes lembranças do senhor Manuel Valerim, de 80 anos, morador da cidade de Sombrio, sobre a navegação na lagoa:

A gente ia de lancha para Torres. Eu tive lancha aqui. O porto era aqui, no final desta rua que passa na frente da igreja. (...) Íamos com canoas grandes. Também tive um barquinho, uma lancha grande que pegava umas quinze toneladas. Transportávamos de tudo: madeira, telhas, tijolos, farinha... De lá vinham mercadorias de Porto Alegre (In: DALL'ALBA, 1997, p. 428).

O senhor Pedro Silvano, de 102 anos, também morador de Sombrio, fez o seguinte relato à Dall'Alba:

Antigamente havia muita navegação na lagoa. Era movimento intenso. Saía uma canoa e chagavam duas. Saíam duas e chegavam três. Saía de manhã cedinho e quando era meio-dia estava em Torres. Fiz esta viagem mais vezes. Carregava-se de

tudo. Saíam umas quatro ou cinco por dia. Às vezes subiam até a Lagoa do Caverá.
(In: DALL'ALBA, 1997, p. 430.)

Num livro publicado em 1948, comemorando os dez anos da paróquia de Sombrio temos a seguinte passagem sobre a navegação na lagoa.

Barcos e lanchas a vela e a motor exploram as vias lacustres e fluviais. Para recreio são agradáveis estas viagens. Com um trabalho relativamente fácil de limpeza e alargamento de canais, o Governo poderia tornar navegável o trecho de Sombrio a Araranguá através das Lagoas do Caverá e da Serra, e dos respectivos sangradouros. (REITZ, 1948, p. 137)

As lagoas e rios eram dos caminhos utilizado pelos moradores de Araranguá e das cidades carboníferas que pretendiam chegar até Porto Alegre. De Torres seguiam pelos rios e lagoas a bordo de embarcações maiores, pertencentes às companhias de navegação.

Em 1941, o senhor Learcino Pereira lança nas águas da Lagoa do Sombrio a primeira lancha a motor para transporte de passageiros, que atingindo o porto Estácio em Torres (...). Além de passageiros, estas lanchas transportavam principalmente telha, tijolos, lajes de pedra beneficiada, madeiras e areia para construção. (...) grande movimento de lanchas ao som de seus motores, fazendo evoluções sobre as águas da Lagoa de Sombrio. (PEREIRA, 1972, p. 66)

Em 1960, a DNPRC retilizou os sangradores que desembocavam no Mampituba (PEREIRA, 1972). Com o advento da rodovia ligando o sul-catarinense a Porto Alegre, a navegação regional foi aos poucos sendo abandonada. Continuou apenas a navegação de pequenas canoas que atendiam as comunidades situadas às margens da Lagoa de Sombrio.

5. Reflexão final

O projeto para a construção de um canal de navegação entre Laguna e Porto Alegre apresentado em 1879 por Eduardo José de Moraes foi executado em partes e aos poucos. O governo gaúcho possibilitou a navegação entre Torres e Porto Alegre. O governo catarinense construiu o canal entre Jaguaruna e Laguna. A prefeitura de Araranguá realizou as obras que possibilitou a navegação entre os rios Araranguá e Mampituba. Faltou apenas construir o trecho entre Jaguaruna e Araranguá, o mais dispendioso e difícil, onde deveriam ser construídos 14 km de canal artificial, além de comportas próximo a localidade de Morro Grande.

O canal atendia as demandas locais da região de Araranguá, Sombrio, Laguna e Jaguaruna, transportando principalmente farinha de mandioca. Esta era a especialização regional do litoral sul-catarinense colonizado por açorianos que também praticavam a pesca, o cultivo da cana-de-açúcar e do milho, além de pequena criação de suínos, gados e aves.

Apesar das obras do canal serem executadas parcialmente e aos poucos, na época em que foi construído o padrão de acumulação da economia brasileira já estava transitando para a industrialização, que exigia uma integração rápida do mercado interno por meio das rodovias. Porém,

a padrão de acumulação na economia catarinense ainda era pautado na pequena produção mercantil, o que justificava a construção do canal integrando as pequenas cidades no litoral sul.

6. Referências

ACQUADONE, F. **História da navegação: a conquista do mar**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1955.

BRASIL. **Coleção de leis do Império do Brasil do ano de 1871**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1871.

_____. **Coleção de leis do Império do Brasil do ano de 1887**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

_____. **Coleção de leis do Império do Brasil do ano de 1888**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

_____. **Decreto nº 398 de 16 de maio de 1890**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>> Acesso em: 20 de novembro de 2006

_____. **Decreto nº 1.062 de 22 de novembro de 1890**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>> Acesso em: 20 de novembro de 2006

_____. **Decreto nº 1.078 de 28 de novembro de 1890**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>> Acesso em: 20 de novembro de 2006

_____. **Decreto nº 7.886 de 22 de setembro de 1941**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>> Acesso em: 20 de novembro de 2006

_____. **Decreto nº 13.557 de 30 de setembro de 1943**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>> Acesso em: 20 de novembro de 2006

_____. **Decreto nº 20.519 de 24 de janeiro de 1946**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets>> Acesso em: 20 de novembro de 2006

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Viação e Obras Públicas José Barbosa Gonçalves no ano de 1914.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Viação e Obras Públicas Augusto Tavares de Lyra.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Viação e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Viação e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Viação e Obras Públicas José Pires do Rio no ano de 1918.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Viação e Obras Públicas José Pires do Rio no ano de 1919.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Viação e Obras Públicas José Pires do Rio no ano de 1920.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República do Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Viação e Obras Públicas José Pires do Rio no ano de 1921.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo século XV-XVIII: os jogos das trocas.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CAMPINAS. **As obras nos canais.** Araranguá, Jornal Campinas, 06 de setembro de 1936.

_____. **Canal Araranguá-Mampituba.** Araranguá, Jornal Campinas, 22 de maio de 1937.

COMPANHIA INDUSTRIAL E DE CONSTRUÇÕES HIDRÁULICAS. **Canal da Laguna a Porto Alegre: operações de campo e preparo da planta.** Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1895.

_____. **Canal da Laguna a Porto Alegre: orçamento total.** Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1895.

_____. **Canal da Laguna a Porto Alegre.** Rio de Janeiro, maio de 1895.

COSTA, Francisco Isidoro Rodrigues da. Província de Santa Catarina: comarca de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: DAL'ALBA, João Leonir da. **Laguna antes de 1880: documentário**. Florianópolis: Lunardelli, 1976.

COSTA, Marli de Oliveira. **Tudo isto eles contavam: memória dos moradores do Bairro Santo Antônio – Criciúma**. Criciúma: Secretaria Municipal de Educação, 2000.

DALL'ALBA, João Leonir. **História do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion, 1997.

FINGUERMANN, Luiz Gil. **Panorama da navegação no interior nos Estados Unidos**. In: PORTOBRÁS. Anais do I Seminário Nacional de Hidrovias. Curitiba: Secretaria dos Transportes, 1981.

HOBOLD, Paulo. A história de Araranguá: reminiscência desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis: Editora do Autor, 1991.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório apresentado pelo diretor da Diretoria de Obras Públicas Manuel Cunha Galvão ao Ministério dos Negócios, Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 12 de março de 1863**. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863. Disponível em: <<http://www.crl.edu>> Acesso em: 10 ago. 2006.

_____. **Melhoramentos na barra do Rio Grande do Sul apresentado ao Governo Imperial**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório dos serviços executados no ano de 1941 pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação apresentado ao Ministro da Viação e Obras Públicas João de Mendonça Lima pelo Diretor Frederico Cezar Burlamaqui**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

_____. **Relatório dos serviços executados pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação apresentado ao Ministro da Viação e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941-1947.

MORAES, Eduardo José de. **Navegação interior do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1869.

_____. **Canal de junção da Laguna a Porto Alegre: memória justificativa de seu projeto**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1879.

_____. **Pedido de privilegio do canal de junção da Laguna a Porto Alegre**. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1886.

_____. **Canal Príncipe D. Afonso**. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887.

MOUCHEZ, Ernest. **Instructions nautique sur les côtes du Brasil: du cap San Roque au Rio de la Plata**. Paris: Imprimerie nationale, 1890.

PEREIRA, Juventino J. **Sombrio: sua origem, seu povo e tradições**. Canoas: Editora La Salle, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REITZ, Raulino. **Paróquia de Sombrio: ensaios de uma monografia paroquial**. Sombrio: Editora do Autor, 1948.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório do Presidente de São Pedro do Rio Grande do Sul Jerônimo Francisco Coelho apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856**. Porto Alegre: Tipografia Mercantil, 1856. Disponível em: <<http://www.crl.edu>> Acesso em: 10 de ago 2006.

SANTA CATARINA. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina Adolpho de Barros Calvalcanti de Albuquerque Lacerda à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1867**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867. Disponível em: <<http://www.crl.edu>> Acesso em: 10 de ago. 2006.

_____. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província de Santa Catarina Adolpho de Barros Calvalcanti de Albuquerque Lacerda à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1868**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868. Disponível em: <<http://www.crl.edu>> Acesso em: 10 de ago. 2006.

_____. **Relatório apresentado pelo 2º Vice-Presidente de Santa Catarina Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão ao Presidente André Cordeiro de Araújo Lima em 3 de janeiro de 1870**. Desterro: Tipografia J. J. Lopes, 1870. Disponível em: <<http://www.crl.edu>> Acesso em: 04 de out. 2004.

_____. **Coleção de leis da Província de Santa Catarina do ano de 1870**. Desterro, 1871.

_____. **Coleção de leis da Província de Santa Catarina do ano de 1881**. Rio de Janeiro: A. J. Esteve Júnior, 1881.

_____. **Coleção da leis da Província de Santa Catarina do ano de 1883**. Desterro: Tipografia Regeneração, 1883.

_____. **Leis e resoluções da Província de Santa Catarina do ano de 1887**. Desterro: Tipografia do Conservador, 1887.

_____. **Leis e resoluções da Província de Santa Catarina do ano de 1888.** Desterro: Tipografia do Conservador, 1888.

_____. **Decretos do Estado de Santa Catarina do ano de 1891.** Desterro: Tipografia do Conservador, 1891.

_____. **Coleção de lei do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: Tipografia do Dia, 1907.

_____. **Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard no Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908.** Joinville: Tipografia Boehm, 1908.

_____. **Relatório apresentado pelo Secretário Geral Honório Hermetto Carneiro da Cunha ao Governo do Estado de Santa Catarina em junho de 1908.** Joinville: Tipografia Boehmia, 1908.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos.** Florianópolis: Tipografia do Dia, 1913.

Entrevistas realizadas no dia 19 de agosto de 2004

Pedro Pacheco, canoeiro do Canal de Navegação Laguna a Jaguruna.

Dilcei Ávila, canoeiro do Canal de Navegação Laguna a Jaguaruna.

A linguagem ao permitir comunicação entre os homens criou um incalculável liame de possibilidades. Usando sons a suas representações gráficas, palavras, orações, discursos foram surgindo e sendo acumulados. Desenvolveram-se atividades com os mais diversos embasamentos, mas sempre permitindo que o homem usufrísse das ciências e das artes através dos tempos. Contar e ouvir histórias passou a ser a base para uma série de profissões. Uns, por exemplo, passaram a contá-las para deleite dos demais e para torná-los mais cultos, e as escreveram no papiro, nos pergaminhos, no papel ou na linguagem dos computadores, mas sempre fazendo literatura. Outros se especializaram em ouvir histórias e queixas dos padecimentos humanos visando entendê-los e buscar alívio ou cura para os sofredores. Foram mágicos, sacerdotes, feiticeiros, pajés em diferentes culturas antes de chegar ao estágio científico dos atuais praticantes da medicina. Nada mais esperado que as histórias enriqueçam as vidas de indivíduos que exerçam as duas atividades. E o mundo está cheio de doutores-escritores ou de escritores-doutores.

Os sintomas na medicina são subjetivos, mas necessitam ser expressos para serem entendidos, estudados e tratados. Quanto mais culto o queixoso, melhor será a representação sonora ou gráfica do sofrimento e não é por acaso que muitas doenças ou entidades são conhecidas pelos nomes de doentes célebres que delas sofreram. O mais comum, entretanto, é que elas passem a ser associadas aos nomes dos doutores que as souberam colher dos pacientes e que tiveram arte suficiente para generalizar seu entendimento. Por vezes surgirão dúvidas como esta: Sigmund Freud foi melhor como médico ou como escritor? E quantos doutores, diante de uma impossibilidade de cura, fantasiam, criam ficção, numa evidente digressão que resulta em literatura. Na medicina de hoje, quando a tecnologia se hipertrofia, há necessidade de um humanismo, que dificilmente será encontrado em tanta abundância quanto na literatura. Não é por acaso que universidades em todo o mundo estão investindo em disciplinas que ensinem literatura e história da medicina. O Dr. Moacir Scliar, certa vez, ao ser convidado para ministrar curso de literatura para estudantes de medicina nos Estados Unidos, quis saber o porquê da escolha. De modo pragmático recebeu a resposta: era preciso ter formação humanística para melhorar a relação médico-paciente e tornar menos freqüentes os processos contra doutores e hospitais.

Qual livro de medicina expressará melhor um sofrimento crônico quanto Tolstoi ao criar Ivan Ilitch? ou Thomas Mann na *Montanha Mágica*? Qual estudante de medicina não se entenece ou se indigna ao ler Cronin, Sinclair Lewis, Êrico Veríssimo ou Machado de Assis quando falam de médicos, de acadêmicos de medicina ou de doentes com seus sofrimentos reais ou imaginários?

Rabelais, Tchekhov, Williams C. Williams, Celine, Somerset Maugham, Marañon, Miguel Torga foram grandes escritores e foram médicos. No Brasil, um Guimarães Rosa ou um Pedro Nava foram notáveis em ambas as atividades. No Rio Grande do Sul o número de médicos que se dedicam a produzir textos literários excede expectativas. Sem querer explicar o porquê isso acontece, tive a honra de participar de duas experiências muito enriquecedoras. A primeira foi a de escolher quarenta patronos para uma virtual academia de médicos escritores do Rio Grande do

¹Membro efetivo do IHGRGS.

Sul e que Moacyr Scliar aproveitou no texto para *Fogos de bengala nos céus de Porto Alegre*, livro comemorativo ao centenário da mais antiga faculdade de medicina do Estado. A segunda experiência foi dividida com os colegas Franklin Cunha, Fernando Neubarth e José Eduardo Degrazia, quando em sete anos editamos sete livros. Nos seis primeiros, há pequenos verbetes biográficos e textos de cento e vinte seis médicos em pleno exercício da medicina no Estado e que elaboraram textos literários, na sua maioria, inéditos. No sétimo, fizemos uma homenagem a mais de duzentos e sessenta médicos, todos já falecidos, que escreveram textos não técnicos no Rio Grande do Sul e que incluem alguns estrangeiros ou brasileiros de outros Estados que moraram por algum tempo entre nós. Há pequenas biografias e dados sobre as obras produzidas. Foram escolhidos onze autores como paradigmas das duas atividades e para os quais, elaboramos biografias mais aprofundadas, bem como apresentamos trechos escolhidos de suas obras. Eis o grupo dos onze: Caldre e Fião, autor do primeiro romance gaúcho e segundo do Brasil; Noemy Valle Rocha, feminista, estudiosa de folclore e que escrevia contos; Ramiro Barcellos, autor de *Antônio Chimango* e político ilustre; Cyro Martins, o *romancista de Trinta*, que consagrou a tríade do *gaúcho a pé*; Dyonélio Machado, político e romancista do cotidiano urbano; Balbino Marques da Rocha, clássico da poesia gauchesca; Aureliano de Figueiredo Pinto, que em prosa e verso dignificou o regional; Pedro Geraldo Escosteguy, poeta, artista plástico e grande figura do grupo Quixote; José Fernando Carneiro, pensador, ensaísta, nascido fora do Estado; Prado Veppo, poeta consagrado do cotidiano e do social; Mário Rigatto, professor de medicina e de vida e assíduo colaborador da série *Médicos (Pr)escrevem*.

Para encerrar, gostaria de fixar o foco de atenção numa figura admirável como cidadão, médico e escritor: José Antonio do Vale, que ao iniciar-se no jornalismo adicionou ao nome as palavras Caldre e Fião. Coopera para esta escolha o mistério que cercou o desaparecimento de sua principal obra por cento e quarenta e cinco anos. Caldre e Fião nasceu em Porto Alegre em 1821. Órfão de pai aos dois anos de idade, iniciou a trabalhar numa farmácia aos treze. Foi auxiliar de botica na Santa Casa de Porto Alegre em troca de *ração diária de carne e farinha*. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e tornou-se um entusiasta da homeopatia. *Publicou Elementos de Farmácia Homeopática para uso da Escola de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro e da curiosa mocidade brasileira e portuguesa que quiser estudar este ramo de ciência médica* e uma *Enciclopédia de conhecimentos úteis e História das funções da vida humana*. Dono de muita erudição, tornou-se professor de várias matérias em colégio pertencente à família de dona Maria Isabel Lemos, com quem se casou. Sem grandes anúncios, lançou em 1847 os dois volumes de *A Divina Pastora: novela rio-grandense*, primeiro romance de autor gaúcho e segundo na literatura brasileira. O livro ficou desaparecido por cento e quarenta e cinco anos e gerou mistério e desconfiança quanto à sua existência, afinal comprovada com o surgimento de um exemplar no Uruguai em 1992. Antes disso a obra existia apenas através de anúncios de venda e pela notícia do aproveitamento das palavras *churrasco*, *guaiaca* e *picanha*, pinçadas por Antônio Pereira Coruja para seu livro *Coleção de vocábulos e frases usadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Caldre e Fião tornou-se combativo jornalista, empolgado pela abolição da escravidão. Fundou o jornal *O Filantropo*, que se anunciava como humanitário, científico e literário. Também escreveu para mais dois jornais abolicionistas e seu segundo romance foi publicado em folhetim pelo jornal *O Americano* a partir de janeiro de 1849. Foi ameaçado de morte e de bloqueio de seus livros por rico comerciante a quem chamara de “traficante de carne humana”. Só em 1851 é que defendeu tese de doutorado em medicina e se considerou pronto para retornar ao sul. Na volta, já no Porto

de Rio Grande, fez inflamado discurso abolicionista e exerceu o jornalismo. Em Porto Alegre foi redator de *O Conciliador* e depois passou a trabalhar no importante *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal. Neste jornal de circulação diária conviveu com Carlos Von Koseritz, Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, Félix da Cunha e Eleutério de Camargo. Foi eleito deputado provincial em 1854. Embora desde sua chegada praticasse a medicina, passou a ser mais notado por ocasião da epidemia de cólera que atingiu Porto Alegre em 1867. O jeito de cuidar dos doentes revelou o destino que lhe estava reservado como médico dos pobres na capital gaúcha e em São Leopoldo. Ele foi a grande figura do Parthenon Literário e de sua revista, em que publicou poesias, crônicas, biografias, peças teatrais e ensaios. Era presidente de honra do Parthenon, mas ninguém trabalhava mais do que ele como líder de um grupo de escritores mais jovens. Não apenas escrevia artigos candentes contra a escravidão, desenvolvia atividades práticas em favor dos escravos, como ao acolher no sítio de sua propriedade, próximo de São Leopoldo, crianças negras abandonadas em função da Lei do Ventre Livre, já que os senhores mantinham as mães no cativeiro. Guilhermino Cesar disse que “o médico matou o romancista”, mas Carlos Reverbel ressaltou que a medicina não matou o abolicionismo em Caldre Fião. Ele morreu pobre em Porto Alegre no dia 19 de março de 1876, bem antes da Lei Áurea. Sua mulher carioca sobreviveu-lhe sem filhos. Mas, ao morrer, já era nome de rua em Porto Alegre e nome de bairro em São Leopoldo. Encerrarei esta palestra lendo trecho de uma crônica do jornalista Aquiles Porto Alegre escrita durante a epidemia de cólera na capital gaúcha. Ei-la: *“À noite, na embocadura das ruas e praças, enormes fogueiras, alimentadas pelo alcatrão, davam ao povoado uma aparência sinistra, como se um medonho incêndio lavrasse, ao mesmo tempo, em diversos pontos. E ainda para mais impressionar o espírito já abatido da população, ouvia-se, de quando em quando, o ranger da grilheta dos encarcerados que cruzavam as ruas conduzindo em padiolas as vítimas da peste. E esse som áspero e penetrante, quebrando o silêncio das horas mortas da noite, ressoava tristemente como dobres de finados. E, à luz apavorante das labaredas das fogueiras, que ardiam nas ruas desertas e silenciosas, via-se passar apressado, ao lado de um ou outro, o doutor Caldre e Fião, para ir socorrer os atacados da epidemia, sobre cujas cabeças ele espalmava as asas do seu carinho e de sua caridade infinita.”*

A SOMBRA DO CONDE DE LIPPE NO BRASIL: OS ARTIGOS DE GUERRA

Coralio Bragança Pardo Cabeda¹

Portugal e a Guerra dos Sete Anos

Em 1762 a guerra bateu às portas do Reino de Portugal.

Embora procurando manter-se neutro no conflito que grassava desde 1756, opondo ingleses e prussianos a franceses e austríacos, a teia de interesses em luta iria envolver suecos, russos, espanhóis e alguns pequenos estados do centro e sul da Europa, alastrando-se aos domínios coloniais dessas potências.

Em 1761, com a assinatura do *Pacto de Família*, unindo três ramos da Casa de Bourbon reinantes em França, Espanha e no Ducado de Parma, Portugal foi pressionado a interditar os seus portos à Inglaterra e unir-se aos coligados, recebendo em troca a garantia de proteção aos seus domínios ultramarinos.

Lisboa sabia que a garantia era extremamente duvidosa, dado o domínio dos mares pela esquadra britânica. Além disso, o velho reino ibérico há muito centrava a sua política externa na aliança com a Inglaterra, da qual dependia a própria independência e a conservação do seu ainda importante império colonial. Essa parceria ditaria a decisão a ser tomada.

Assim sendo, Dom José I e seu todo-poderoso ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras (mais tarde Marquês de Pombal), rejeitaram a adesão ao *Pacto de Família* e o fechamento dos portos a navios ingleses.

Em face da retirada dos embaixadores dos dois reinos bourbônicos e da ameaça de invasão do país, Oeiras adotou algumas providências, mandando aumentar os efetivos das três armas, mas, sabendo que exércitos não se improvisam, solicitou à Inglaterra uma expedição de socorro e a indicação de um nome para comandar o exército português.

Gozando de paz desde a Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714), sem ameaças em suas fronteiras, Portugal descuidara do exército, que entrara em franco processo de decadência.

As causas desse lamentável estado de coisas poderiam ser encontradas na herança do reinado de Dom João V e nas lutas políticas internas, em que Oeiras procurava submeter o poder e a influência do clero e da nobreza, este último o estamento em que eram recrutados os oficiais superiores. A pouca inclinação do ministro pelos assuntos militares e a percepção de eventual ameaça ao seu projeto político por um exército forte, em mãos de algum chefe decidido e ambicioso, também não deveriam ser excluídas.

Assim, não seria estranho o pedido de um oficial estrangeiro para o comando supremo, pois a falta de confiança nos generais portugueses, desatualizados, acomodados ou politicamente inconfiáveis ao paço era fato consabido. Pelos costumes da época, era comum a contratação de tropas e oficiais estrangeiros para reforçar os pequenos exércitos nacionais em tempo de guerra.

¹Membro efetivo do IHGRGS

sidade Luterana do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/jWiFji/Several%20Rejane.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2004.

2. O Conde de Lippe

Consultada, Londres indicou o Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe (Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe), militar competente, atualizado com o estado da arte e discípulo de Frederico II.

Conde de Lippe, como ficou conhecido, desembarcou em Lisboa em 3 de julho de 1762, acompanhado de dois batalhões suíços e de um grupo de oficiais, entre os quais os coronéis João Henrique Böhm e Diogo Jacques Funk, que teriam papel de destaque na reconquista da Vila de Rio Grande e da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis.

Não sendo objetivo deste artigo a apreciação das operações militares sob seu comando, mas as reformas por ele introduzidas, até pelos reflexos sentidos no Brasil, delas apresentaremos um resumo.

Comissionado como Marechal-General, o Conde de Lippe passou a desenvolver intensa atividade no reerguimento do exército português, tendo de enfrentar e vencer muitos obstáculos, como a má vontade dos *vedores*, intendentess encarregados dos suprimentos e pagamento da tropa, e a resistência passiva de oficiais “enfatuados, arrogantes e gozadores, na sua maioria roídos pelo álcool” (Cidade, 1960:90).

“Não existiam serviços provedores. Os aprovisionamentos eram feitos ao acaso. Anarquia geral. Os chefes só queriam as vantagens e honrarias dos postos” (Cidade, id.).

A melhor descrição do estado em que se encontrava o exército português é a de Latino Coelho em sua abalizada “História Militar e Política de Portugal” (Coelho, 1891, 3º volume).

Assim, as primeiras medidas visaram à disciplina, procurando corrigir desvios de conduta e pôr cobro à maior fonte de deserções e descontentamentos, o atraso no pagamento dos soldos, que levava a tropa à mendicância para sobreviver e os oficiais a empregarem-se em casas de fidalgos e do alto clero.

O recrutamento passou a obedecer ao critério regional, tanto para as forças de primeira linha como para os terços de auxiliares e companhias de ordenanças, estes dois últimos empregados preferentemente como forças de guarnição.

A linha de fortificações fronteiriças mereceu especial atenção, efetuando-se obras de reparo e construindo novas, como a de Elvas, por muito tempo conhecida pelo seu nome (Forte de Lippe).

Quanto à Artilharia, pode-se considerar que data dessa época a sua organização como arma moderna e de técnica apurada, substituindo os obsoletos *troços* de artilheiros.

Talvez a providência de maior alcance fosse a organização de campos de manobras e instrução, a fim de manter o exército sempre em treinamento por freqüentes exercícios de tática e tabuleiro, despertando pela emulação o decaído brio militar. Nesses campos, perante a família real e o Conde de Oeiras, realizaram-se as primeiras manobras regulamentares feitas em Portugal (Selvagem, 1931 : 481). Ademais, “não se esqueceu de determinar aos coronéis que exercitassem seus oficiais na solução de problemas táticos, dando a cada executor tarefa condizente com o seu posto, recomendando objetividade e simplicidade nas questões a serem propostas, as quais deveriam ser resolvidas por escrito, fazendo-as acompanhar de um borrão local, embora este seja mal

feito e sem qualquer preocupação de exatidão” (Cidade, 1960:100).

Com a criação do Real Colégio de Nobres, academia militar onde se cursavam os preparatórios às armas técnicas (Artilharia e Engenharia), o recrutamento de oficiais tornou-se menos arbitrário, valorizando-se a competência e o mérito (Selvagem, id.).

Objetivando a elevação do nível intelectual da oficialidade, determinou o Conde de Lippe que as guarnições mantivessem certo número de livros destinados “não à formação de letrados, mas para exercitar as inteligências e fornecer motivos de meditação” (Cidade, id.), preocupando-se o próprio Marechal-General em selecionar os melhores autores da época.

Para Francisco Ruas Santos, que foi instrutor-chefe de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras, Lippe “faz jus ao título de fundador das bibliotecas militares entre nós”, acrescentando que, se às obras então selecionadas “juntássemos outras obras contemporâneas e ulteriores do século XVIII, completariamos o quadro do pensamento militar da Idade Moderna como fruto do Renascimento e do Racionalismo, revalorizando a literatura da Antiguidade, a busca de princípios e regras e evidenciando o valor do raciocínio como meio de progredir na arte da guerra” (Santos, 1962 : 274/275).

Antes de retornar aos seus domínios, o Conde de Lippe deixou compendiadas suas instruções em uma série de trabalhos para servirem de orientação ao exército português. Foram eles o “Regulamento para o Exercício e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de S. M. Fidelíssima”, também conhecido por “Regulamento de 1763” (o mesmo regulamento, dedicado à Cavalaria, ficou conhecido como “Regulamento de 1764”); as “Instruções Gerais Relativas a Várias Partes Essenciais do Serviço Diário para o Exército de S. M. Fidelíssima”; e a “Memória sobre os Exercícios de Meditação Militar para Remeter aos Senhores Generais e Governadores de Províncias”, com um aditamento intitulado “Problemas Militares”.

O capítulo XXVI do Regulamento de 1763 contém os célebres “Artigos de Guerra”, cuja vigência ultrapassou em muito o século XVIII, “influenciando a disciplina e a mentalidade do exército brasileiro desde os tempos coloniais”, como assinalou Paula Cidade (Cidade, id.).

Mesmo de longe, Lippe zelava pela continuidade das suas reformas, enviando cartas, memórias e instruções nas quais expunha o seu pensamento para que não se perdesse a obra meritória encetada.

Infelizmente, apesar dos notáveis progressos alcançados na organização, instrução e disciplina do exército português sob a influência de sua vigorosa personalidade, poucos anos decorridos regredia-se perigosamente à situação de pré-guerra.

3. Os Artigos de Guerra

É interessante observar que, do esforço modernizador despendido pelo ilustre general, sacudindo a modorra e a acomodação em que jazia o exército português, ficasse o seu nome mais ligado a esse severo código disciplinar do que ao conjunto de sua obra notável.

Mais citados do que conhecidos, merecem os “Artigos de Guerra” ser reproduzidos:

Artigo 1º - Aquele que recusar, por palavras ou discursos, obedecer às ordens de seus superiores concernentes ao serviço, será condenado a trabalhar nas fortificações; porém se se lhe opuser, servindo-se de qualquer arma ou ameaça, será arcabuzado.

Artigo 2º - Todo oficial de qualquer graduação que seja, que, estando melhor informado, der a seus superiores por escrito ou de boca, sobre qualquer objeto militar, alguma falsa informação, será expulso com infâmia.

Artigo 3º - Todo oficial de qualquer graduação que seja, ou oficial inferior [sargento], que, sendo atacado pelo inimigo, desamparar o seu posto sem ordem, será punido de morte. Porém, quando for atacado por um inimigo superior em forças, será preciso provar perante um conselho de guerra que ele fez toda a defesa possível e que não cedeu senão na maior e última extremidade; mas, se tiver ordem expressa para se não retirar, suceda o que suceder, neste caso nada o poderá escusar, porque é melhor morrer no seu posto do que deixá-lo.

Artigo 4º - Todo militar que cometer uma fraqueza, escondendo-se ou fugindo quando for preciso combater, será punido de morte.

Artigo 5º - Todo militar que em uma batalha, ação ou combate, ou em outra ocasião de guerra, der um grito de espanto, como dizendo “O inimigo nos tem cercado” – “Nós fomos cortados” – “Quem puder escapar-se, escape-se”, ou qualquer palavra semelhante que possa intimidar as tropas, no mesmo instante o matará o primeiro oficial mais próximo que o ouvir e se por acaso isto não lhe suceder, será logo preso e passará pelas armas por sentença do conselho de guerra.

Artigo 6º - Todos são obrigados a respeitar as sentinelas ou outras guardas; aquele que não o fizer será castigado rigorosamente e aquele que atacar qualquer sentinela será arcabuzado.

Artigo 7º - Todos os oficiais inferiores e soldados devem toda a obediência e respeito aos seus oficiais, do primeiro até o último em geral.

Artigo 8º - Todas as diferenças e disputas são proibidas sob pena rigorosa de prisão, mas, se suceder a qualquer soldado ferir seu camarada à traição, ou o matar, será condenado ao *carrinho* [argola de ferro que se adaptava ao tornozelo do condenado e presa a uma corrente] perpetuamente, ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias.

Artigo 9º - Todo soldado deve achar-se onde for mandado e à hora que se lhe determinar, posto que não lhe toque, sem murmurar nem por dificuldades; e, se entender que lhe fizeram injustiça, depois de fazer o serviço se poderá queixar, porém, sempre com moderação.

Artigo 10º - Aquele que fizer estrondo, ruído, bulha ou gritaria ao pé de alguma guarda, principalmente de noite, será castigado rigorosamente, conforme a intenção com que o houver feito.

Artigo 11º - Aquele que faltar a entrar de guarda ou que for à parada tão bêbado que a não possa montar, será castigado no dia sucessivo com 50 pancadas de espada de prancha.

Artigo 12º - Se algum soldado se deixar dormir ou se embriagar estando de sentinela, ou deixar o seu posto antes de ser rendido, sendo em tempo de paz será castigado com 50 pancadas de espada de prancha e condenado por tempo de seis meses a trabalhar nas fortificações; porém,

se for em tempo de guerra, será arcabuzado.

Artigo 13º - Nenhuma pessoa de qualquer grau ou condição que seja entrará em qualquer fortaleza senão pelas portas e lugares ordinários, sob pena de morte.

Artigo 14º - Todo aquele que desertar ou entrar em conspiração de deserção, ou que sendo informado dela a não delatar, se for em tempo de guerra será enforcado, e aquele que deixar a sua companhia ou o seu regimento sem licença para ir ao lugar de seu nascimento, ou outra qualquer parte que seja, será castigado com pena de morte como se desertasse para fora do reino, e sendo em tempo de paz, será condenado por seis anos a trabalhar nas fortificações.

Artigo 15º - Todo aquele que for cabeça de motim ou de traição, ou tiver parte ou concorrer para estes delitos, ou souber que se urdem e não delatar em tempo os agressores, será infalivelmente enforcado.

Artigo 16º - Todo aquele que falar mal dos seus superiores nos corpos de guarda ou nas companhias, será condenado aos trabalhos da fortificação; porém, se na indagação que se fizer se conhecer que aquela murmuração não fora precedida somente de uma soltura de língua, mas encaminhada à rebelião, será punida de morte como cabeça de motim.

Artigo 17º - Todo soldado se deve contentar com a paga e com o uniforme que se lhe der; se se opuser, não o querendo receber, será tido e castigado como amotinador.

Artigo 18º - Todos os furtos e assim mesmo todo o gênero de violências para extorquir dinheiro ou qualquer gênero, serão punidos severamente; porém, aquele furto que se fizer em armas, munições ou outras cousas pertencentes a Sua Majestade, ou aquele que roubar seu camarada, ou cometer furtos com fração, ou for ladrão de estrada, perderá a vida conforme as circunstâncias; ou também se qualquer sentinela cometer furto ou consentir que alguém o cometa, será castigada severamente e, conforme as circunstâncias, incurso em pena capital.

Artigo 19º - Todo o soldado que não tiver cuidado nas suas armas, no seu uniforme e em tudo que lhe pertence, que o lançar fora, que o romper ou arruinar de propósito e sem necessidade, será pela primeira e segunda vez preso, porém, a terceira, será punido de morte.

Artigo 20º - Todo o soldado deve ter sempre o seu armamento em bom estado e fazer o serviço com as suas próprias armas; aquele que se servir das alheias ou as pedir emprestadas ao seu camarada, será castigado com prisão rigorosa.

Artigo 21º - Aquele soldado que contrair dívidas às escondidas de seus oficiais será castigado corporalmente.

Artigo 22º - Todo aquele que fizer passaportes falsos, ou usar mal de sua habilidade, por qualquer modo que seja, será punido com rigorosa prisão; se, por este meio, facilitar a fuga a

qualquer desertor, será reputado desertor.

Artigo 23º - Todo o soldado que ocultar um criminoso, ou buscar meios para se escapar aquele que estiver preso como tal, ou o deixar fugir, ou sendo encarregado de o guardar não puser todas as precauções para este efeito, será posto no lugar do criminoso.

Artigo 24º - Se qualquer soldado cometer algum crime estando bêbado, de nenhum modo o escusará do castigo a bebedice, antes pelo contrário, será punido dobradamente conforme as circunstâncias do caso.

Artigo 25º - Todo o soldado que, de propósito e deliberadamente, se puser incapaz de fazer o serviço, será condenado ao carrinho perpétuo.

Artigo 26º - Nenhum soldado poderá emprestar dinheiro ao seu camarada, nem ao superior.

Artigo 27º - Nenhum soldado se poderá casar sem licença de seu coronel.

Artigo 28º - Todo o oficial de qualquer graduação que seja que se valer do seu emprego para tirar qualquer lucro, por qualquer maneira que seja e de que não se puder inteiramente verificar a legalidade, será infalivelmente expulso.

Artigo 29º - Todo o militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura e da probidade; deve temer a Deus, reverenciar e amar seu Rei e executar exatamente as ordens que lhe forem prescritas (apud Cidade, op. cit, pp. 96/99).

O historiador Paula Cidade, que comentou a obra do Conde de Lippe em sua apreciada “Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira”, chama a atenção para o equívoco em apontá-lo como “paradigma da violência legal”, pois o

“Regulamento de 1763, comparado com o rigor e a brutalidade dos códigos disciplinares da época, poderia ser considerado como “ditado pela moderação” (Cidade, op. cit, pp. 17 e 89).

Com efeito, as galés, o polé (“dar tratos de polé”), o potro, o passar a vareta, a galilha, o tornilho, as chibatadas, a forca, o arcabuzamento e a prisão a ferros, a pão e água, há muito eram utilizados para “manter na linha” a soldadesca e a maruja. E isso não era exclusividade de Portugal, porque prussianos, ingleses, franceses, espanhóis e as demais potências europeias usavam de igual rigor e severidade. Na Prússia, era conhecida a máxima de que os soldados deveriam ter mais medo do bastão do sargento do que das balas do inimigo...

Latino Coelho observa que, “à semelhança do que sucedia nos tribunais civis, os réus militares jaziam por largo tempo esperando o julgamento e, depois de sentenciados, permaneciam nas prisões, sem que a pena se cumprisse. Pode, todavia, afirmar-se com verdade, que o foro militar foi racionalmente demarcado e a sua forma e o seu processo tiveram por instituidor o ministro de Dom José [Oeiras]. É nos regulamentos de 1763 que aparecem pela vez primeira, claramente estatuídos, os conselhos de guerra, definida a sua composição, assinaladas as atribuições dos auditores e regulada a ordem judicial” (Coelho, op. cit., 3º vol., pp. 77/78).

4. Os Artigos de Guerra no Brasil

Transplantados para o Brasil Colônia junto com a legislação militar portuguesa, sua influência perduraria até pelo menos a primeira década do século recém findo, mesmo que, desde 1874, os castigos corporais estivessem formalmente abolidos. Chefes rigorosos e disciplinadores não titubeavam em aplicá-los em certas circunstâncias, ainda que ferindo a lei e ultrapassando o que o bom senso aconselharia.

Atenuados ou acrescentados, os trabalhos forçados, o carrinho perpétuo ou temporário, as pancadas com espada de prancha, as penas de morte por enforcamento ou arcabuzamento e outros constantes do código severo, tiveram neste lado do Atlântico a companhia de suplícios como o *tronco*, a *chibata*, o *estaqueamento*, o *sarilho d'armas*, o *marche-marche*, a *célula*, os *bolos* e as *varadas*, bem conhecidos dos velhos Exército e Marinha do Império e da República.

A constituição outorgada de 1824, juridicamente abolira a tortura e os açoites, que, entretanto, continuaram a ser aplicados em negros fugidos do cativeiro e a soldados e marinheiros enquadrados em transgressões disciplinares.

Pelos avisos de 16 de julho de 1831 e de 14 de setembro de 1858, e pela ordem do dia nº 85, de 22 do mesmo mês e ano, foi proibido, por aviltante para o Exército, o castigo da *chibata*, substituído pelo da *pranchada*, de acordo com os conselhos peremptórios e o parecer do cirurgião assistente da execução, conforme aviso de 13 de abril de 1859 (Pondé, 1972 : 324/325).

Com data de 30 de abril de 1861, o Presidente do Conselho de Ministros, Marquês de Caxias, acumulando a pasta da Guerra, manifestou-se em documento oficial do Ministério (Diretoria Geral, 1ª Seção, nº 126) que, “conquanto pela criação dos Conselhos peremptórios se tenham prevenido os males que resultam do abuso da aplicação arbitrária e excessiva do castigo de pancadas de espada de prancha nas praças de *pret* do Exército, vê-se, todavia, que alguns males conseqüentes de tal castigo ainda continuam, posto que com menos deploráveis resultados. E, havendo-se reconhecido que essa contrariedade provém da qualidade do instrumento do castigo, cuja propriedade ocularmente verifiquei, determino que V. Sa. Mande manufaturar nesse Arsenal, para a aplicação do referido castigo, espadas mais apropriadas e menos prejudiciais à saúde do paciente, devendo ser a respectiva lâmina de boa têmpera, de comprimento conveniente, delgada e estreita, para que fique bem flexível (...), visto que, sendo o castigo de pancada de espada de prancha autorizado pelos atuais regulamentos disciplinares do Exército, pelo que não é lícito prescindir de sua justa aplicação, convém, ao menos, atenuar suas conseqüências prejudiciais, tanto quanto for possível, sem torná-lo ilusório, até que outras disposições penais substituam os Regulamentos que os estabeleceram” (Pondé, 1972:315/316).

No ano seguinte, Caxias obteve a substituição do Regulamento de 1763 pelo Regulamento Correccional das Transgressões Disciplinares e adotar o novo Código Penal Militar, assim os justificando: “Tal regulamento é propriamente o regulamento policial da disciplina interna dos corpos, o qual deve ser considerado base como o principal elemento da alta disciplina. Ele é essencial para coibir o abuso, infelizmente tão generalizado no Exército, da aplicação de arbitrários castigos correccionais” (citado em www.geneall.net).

Como se observa, o Marquês de Caxias reconhecia que no Exército Imperial havia abuso generalizado na aplicação dos dispositivos do velho regulamento do Conde de Lippe, embora salientando a necessidade de instrumentos legais para a manutenção da “alta disciplina”.

E as espadas de prancha de novo modelo continuaram a ser utilizadas na Campanha do Paraguai e pelas tropas de ocupação, tendo o Deputado João José de Oliveira Junqueira, Ministro da Guerra à época, mandado fornecer, em 1872, 26 espadas de castigo à divisão brasileira das três armas estacionada naquele país (Pondé, 1972 : 321/323).

Dionísio Cerqueira, apreciado cronista dessa campanha, narra em cores vivas o brutal suplício a que foram submetidos dois soldados acusados de terem atacado um oficial estrangeiro. Enquadrados no 18º dos Artigos de Guerra, deveriam ser fuzilados (*arcabuzados*) após a sanção imperial. A distância do teatro de operações ao Rio de Janeiro, com a conseqüente demora na tramitação do processo, a que se aliava a duvidosa anuência do Imperador à pena capital, levaram o General Osório, comandante das tropas brasileiras, a exemplá-los com o *castigar nas armas*. O primeiro dos acusados recebeu mais de 1.500 *pranchaços*, quando desfaleceu. O segundo, mais resistente, suportou mais de 1800! Esses infelizes sobreviveram ao castigo.

Dionísio informa, ainda, a ocorrência de outros dois casos, um, por ter o soldado puxado a espada contra o General Osório, sendo condenado à morte pelo Marquês de Caxias. Outro, por latrocínio, ao tempo do comando do Conde d'Eu (Cerqueira, 1910 : 57/61).

Em 1874, pela lei nº 2556, de 26 de setembro, eram abolidos os castigos corporais no Exército, mas permanecendo em vigor na Armada.

Com o advento da República, o decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889, “atendendo ao patriotismo e disciplina com que se houveram as praças da Armada que cooperaram no movimento nacional” estatuiu a redução para nove anos o tempo de serviço para os recrutas e para os aprendizes-marinheiros (art. 1º) e, mais importante, “fica abolido na Armada o castigo corporal”(art. 2º) (v.Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil).

Se essas medidas procuravam eliminar tradicionais focos de insatisfação no seio da maruja e, quiçá, a sua manipulação por oficiais adeptos do regime decaído, como sugere Renato Lemos (“Justiça Militar e Ordem Republicana no Brasil”), pouco depois era o Governo Provisório pressionado a rever a questão dos castigos corporais, considerados necessários à contenção e disciplina dos marinheiros, sendo criada a Companhia Correccional em 12 de abril de 1890. Para ela seriam transferidas as praças consideradas de má conduta, sujeitas a sanções como a prisão a ferros, a pão e água, e à chibata!

Em 21 de junho de 1890, era instituído o Código Disciplinar da Armada e abolida a pena de galés, vinda de 1763, e reduzida a prisão perpétua a 30 anos de reclusão, a que se seguiu o Código Penal da Armada (5 de novembro de 1890).

A instabilidade política, que desaguarda na Revolução Federalista e na Revolta da Armada, daria azo ao ressurgimento de medidas disciplinares de extrema severidade, que iam dos castigos corporais ao fuzilamento, geralmente adotadas ao alvedrio de comandantes exageradamente imbuídos do “espírito de cumprimento de missão” ou devidamente instruídos para tanto...

Foram os tristes casos dos fuzilamentos de Magé, da Ilha do Boqueirão, de Sepetiba, da Imbiribeira, de Anhatomirim, do km 65 da ferrovia Curitiba-Paranaguá e de outros lugares, aos quais ficaram ligados os nomes de conhecidos oficiais superiores e generais do Exército (Caldas, 1895 :190/193 e Araújo, 1906).

Alguns dos exemplos mais cruéis da aplicação de castigos corporais ocorreram na então vila de Tubarão, durante a estada ali da Divisão do Centro: “Por faltas hoje punidas com prisão, soldados eram condenados ao açoite, em presença da tropa e sob os acordes das valsas executadas pelas bandas de música, a fim de abafar-lhes os gritos e lamentos. Após uma noite passada *estaqueado*, o que, por si só já seria terrível suplício, o condenado era *surrado sobre as armas*, recebendo 50,

100, 200 ou mais pranchadas. E raro era o dia em que uma futilidade qualquer não desse ensejo à reprodução da cena” (Cabeda, 2000:63, citando Lima, 1906).

A infeliz divisão, ao regressar para Torres, seria vitimada pela varíola e por febres, sobrevivendo a fome e a carência de recursos até para suprir a tropa do vestuário essencial.

“Não seria de admirar que, em tal situação, alguns procurassem saída na deserção. Para esses casos, porém, os regulamentos previam punições sumárias e inexoráveis. Ouvidos pelo general, os presos recebiam a sentença de fuzilamento. Torres assistiria a, pelo menos, dois soldados serem passados pelas armas. Se mais não foram executados, deveu-se ao apelo feito pelas famílias do lugar” (Cabeda, 2000:63/64).

A esse general seria entregue o comando da 4ª expedição a Canudos, onde tantos fatos reprováveis ocorreram, como à 3ª expedição destinaram o comando ao responsável pelos fuzilamentos de Anhatomirim...

Em 1894, longe do teatro de operações das duas revoltas mencionadas, em pleno sertão do Centro-Oeste, onde transcorriam os trabalhos de construção de linhas telegráficas, o então Capitão Cândido Mariano da Silva Rondon debelou uma revolta das praças de seu contingente, aplicando aos insubordinados as varadas do Regulamento de 1763.

“Destaquei, depois, um pelotão para ir à mata buscar varas. E, durante uma hora, foram os soldados, em forma, vergastados. Depois de deixar cada um no seu posto, regressei amargurado. Doía-me profundamente ter sido forçado a recorrer ao processo do Conde de Lippe. Entreguei-me a amargas reflexões sobre o fato de serem sempre enviados para trabalhar na comissão homens indisciplinados, na fase ainda da “obediência forçada”(…) A construção da linha telegráfica exigia trabalhos penosos a que não se queriam submeter os soldados; eram, por isso, contínuas as deserções no contingente, a ponto de ser necessário mandar prender os desertores para manter o princípio da autoridade. É que os soldados enviados ao contingente da Comissão eram os maus elementos indisciplinados, entre eles os cem revoltosos da fortaleza de Santa Cruz. (...) Lançara eu mão do único meio de manter a disciplina no sertão, entre homens que eram afastados de suas funções, no Rio, justamente por serem insubordinados. Sempre me repugnara o processo do Conde de Lippe, que ia, além disso, de encontro a meus princípios religiosos. Fora em desespero de causa que me vira forçado a dele lançar mão” (Viveiros, 1958, cit. por Hiram Reis e Silva, <http://www.amazoniaenossaselva.com.br>)

Em 1910, decorridos poucos dias da posse do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca como 8º Presidente do Brasil, eclodia na Baía da Guanabara a sublevação de tripulantes da esquadra, conhecida como “Revolta da Chibata”. As causas alegadas eram os castigos corporais ainda aplicados na Marinha Brasileira, juridicamente abolidos em 1889, mas retomados no ano seguinte.

O fato desencadeador da revolta, que ocasionou o assassinato de oficiais do encouraçado “Minas Gerais”, teria sido a aplicação da pena de 250 chibatadas em um marinheiro.

A essa revolta, concluída com a anistia votada pelo Congresso Nacional, seguiu-se, poucos dias depois, a do Batalhão Naval, na Ilha das Cobras, sufocada por bombardeio da esquadra.

Recrutados entre as camadas mais humildes e marginalizadas da sociedade, eivados de vícios de toda espécie, a maruja brasileira não estava à altura da nova esquadra recém-chegada dos estaleiros ingleses. Essa incompatibilidade de culturas resultaria nos tristes acontecimentos que abalaram a capital da República. À violência da tripulação embrutecida seguiu-se a inconformidade com a anistia que lhes foi concedida e o anseio de punição aos assassinatos cometidos. O desfecho

cruel foram as mortes por asfixia nos cárceres da Ilha das Cobras e os fuzilamentos a bordo do navio “Satélite”, que transportava os prisioneiros para o degredo na Amazônia.

Somente com a entrada em vigor do serviço militar obrigatório, iniciado com a promulgação da lei 1869, de 4 de janeiro de 1908, pela qual se empenhara o então Ministro da Guerra, Marechal Hermes, a pouco e pouco foi-se estendendo a toda a cidadania o serviço das armas, substituindo-se o soldado profissional, geralmente analfabeto e ignorante, por conscritos das demais classes sociais.

As exigências tecnológicas da moderna Marinha de Guerra também forçariam as melhorias no recrutamento das tripulações e na sua instrução.

Aos poucos, foram-se humanizando os regulamentos disciplinares e códigos penais, abolindo-se, finalmente, os últimos resquícios do Regulamento de 1763, a que, por um século e meio, esteve ligada a sombra do Conde de Lippe.

Tão forte foi essa influência, que, em 1925, o caudilho gaúcho Honório Lemes, redigindo documento no qual expunha suas idéias sobre a organização de uma força revolucionária, deixava visíveis os rastros do famoso Conde na parte dedicada à disciplina (Lemes, 1993).

Homem de modesta instrução, Honório Lemes fizera o seu tirocínio guerreiro na Revolução Federalista, quando ainda vigoravam plenamente os “Artigos de Guerra”, de que é prova cópia conservada no Museu “Dom Diogo de Souza”, em Bagé.

Ainda por ocasião da II Guerra Mundial, autoridades administrativas e policiais, no intuito de livrar seus municípios dos maus elementos, esvaziaram os xadrezes, mandando-os apresentar como “voluntários” à Força Expedicionária Brasileira (FEB)...

Foi o que ocorreu no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, que expulsou das fileiras, a bem da disciplina, criminosos e homicidas oriundos da sede da unidade (Lopes, 1981 : pp. 16, 19/20).

Era a lamentável incompreensão da finalidade democrática do serviço militar obrigatório, que procurava dissociar da imagem do conscrito o soldado bronco e de antecedentes pouco recomendáveis.

5. Referências

5.1 Fontes Impressas

ARAUJO, Vicente Ferrer de B. W. **A execução de Silvino de Macedo: estudo crítico e histórico**. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1906.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo. A Brigada Portugal e a Divisão do Centro em operações no litoral (1893/94). **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n.135, 2000.

CALDAS, Honorato. **A deshonra da Republica**. Rio: Typ. Moraes, 1895.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscencias da Campanha do Paraguay (1865-1870)**. Tours (France): Imprimerie E. Arrault et Cie., 1910

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1960.

COELHO, José Maria Latino. **História militar e política de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.(v.3)

DECRETOS do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio: Imprensa Nacional, 1890.(v.1)

LEMES, Honório. **Lei Militar**. Porto Alegre: IEL, 1993.

LEMES, Renato. Justiça militar e ordem republicana no Brasil : da Linha de Comando à Defesa do Estado (1889-1895): usos do passado. In: Encontro Regional de História, 12.,2006, Rio de Janeiro. Anais...**Rio de Janeiro**: ANPUH, 2006.

LIMA, José Carvalho. **Narrativas militares**: revolução do Rio Grande do Sul: período de 1893 a 1895. Pará-Belém: Typ. da Casa Editora Pinto Barbosa, 1906.

LOPES, José Machado. **9º Batalhão de Engenharia de Combate na Campanha da Itália**. Rio: [s.n.], 1981.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **Manuscritos da Casa do Trem**. Rio: Xerox do Brasil S. A., 1972

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. Dois notáveis gerais do século XVIII. In: Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil, 1963, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: IHGB, 1963.(v.2)

SANTOS, Francisco Ruas. Arte da guerra: ensaio. **Academia Militar das Agulhas Negras**, Rezende, v.1, 1962.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal militar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio: Livraria São José, 1958.

5.2 Internet

Guerra fantástica. Disponível em: [pt.Wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org)

Guilherme de Schaumburg-Lippe. Disponível em: [pt.Wikipédia.org](http://pt.wikipedia.org)

Portugal – Dicionário histórico: Conde de Schaumburg-Lippe. Disponível em: <http://209.235.195.220/dicionario/schlippe.html>

Presença do Conde de Lippe em Portugal, blog da Loja Maçônica Mestre Affonso Domingues (Portugal). Disponível em: <http://a-partir-pedra.blogspot.com/2007/09/introduo-iniciaram-se-estas-reflexões>

SILVA, Hiram Reis e. **Rondon e o Conde de Lippe**. Disponível em: <http://www.amazoniaenossaselva.com.br> e <http://www.roraimaemfoco.com/colunistas/clio-boriola-colunistas-37/9357-artigo-rondo...>.

SILVA, Julio César Lopes da. **Surgimento do Regulamento Disciplinar Militar no Brasil**. Disponível em: www.jurisway.org.br.

O PERFIL DA MULHER PORTO-ALEGRENSE: O PÚBLICO E O PRIVADO ENTRE 1774 E 1887

Cristina Spengler Azambuja¹

1. Introdução

A colonização do Brasil foi uma obra de grandes proporções, um empreendimento moderno que combinou ações comerciais e militares juntamente com um objetivo civilizador. A partir de 1530, o Brasil deixa de ser somente um empreendimento de exploração e começa a representar uma parte do Império luso economicamente ativo com uma produção agrícola em escala mundial que respalda a metrópole. O vasto território a ser colonizado sinaliza para uma questão logística imperativa: Portugal dispunha de um pequeno contingente populacional para ocupar tamanha imensidão territorial.

No caso da ocupação territorial no sul do Brasil, algumas características promoveram táticas diferentes para que se efetivasse tal povoamento. É consenso entre os pesquisadores que a disputa pelas terras do sul do Brasil, entre espanhóis e portugueses, estimularam os dois reinos a iniciar uma campanha de proteção ao território. Os portugueses encarregaram-se de ocupar essas terras, o mais rápido que puderam, através de uma política de povoamento baseada na identificação e comprometimento com a defesa das fronteiras. Dentro do contexto de ocupação e proteção das fronteiras, as mulheres do sul caracterizaram-se por serem independentes em virtude da ausência constante de seus maridos por longos períodos. Especificadamente as do Rio Grande do Sul tiveram que comandar a administração das estâncias, dos bens do casal, solicitando inclusive ao rei, concessões de terras para dotes das filhas além de pedirem para serem tutoras de filhos menores.

A presença feminina no projeto de ocupação territorial do sul do Brasil requer uma atenção especial no que tange ao espaço onde elas atuaram. Segundo Franzen (2003)³, nesse território caracterizado pela fronteira, as mulheres brancas eram escassas, visto que os primeiros desbravadores da região vinham sozinhos, retornando ao seu local de origem, ou se ficavam, misturavam-se com as índias. Diante dessa realidade, a vinda de mulheres açorianas para a região representou a possibilidade dos portugueses fixarem-se nessas terras, constituir família sem viver em pecado e, principalmente, povoar o vasto território disputado entre Portugal e Espanha.

Para Franzen³ as mulheres que vieram para a região eram parte integrante de uma família, sendo que muitas delas já chegavam ao sul do país na condição de viúvas. Os percalços da viagem, somados à dificuldade de instalação do contingente de açorianos que aqui chegavam, geravam

¹Graduada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos – Mestre em História/ Estudos latino- americanos Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos – Pós-Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Feevale.(RS)

²FRANZEN, Beatriz. Açorianos no Rio Grande do Sul. A identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses. Revista Arquipélago. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003, v. VII, p.126.

³FRANZEN, Beatriz. Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003. p.3.

inúmeros transtornos, dentre eles a morte de muitos açorianos.

Para as mulheres açorianas, o fato de chegarem à região sob condição de viuvez criava grandes preocupações, pois não era raro elas serem mães de muitos filhos, dentre eles, filhas solteiras e sem dote. Até mesmo para elas, os transtornos de instalação na nova terra dificultavam-lhes o surgimento de oportunidades de casarem novamente.

Para as mulheres desse período, o casamento era a única maneira de sobreviver nesta terra e o dote era a condição fundamental para que o matrimônio fosse efetivado. Pode-se constatar que existem documentados pedidos de datas às autoridades, que seriam usadas como dote⁴, a fim de facilitar o arranjo de um casamento ou eram usadas na manutenção e criação dos filhos, frente às dificuldades e à miséria a que estavam expostas.

Segundo Graebin⁵, os açorianos aproveitaram suas habilidades diante da nova realidade imposta, criando meios de sobrevivência. A miséria, fome, ameaças e abandono pelas autoridades não os coibiram na tentativa de gerir maneiras de subsistência, reinventando formas de convívio. Assim, casavam-se e batizavam seus filhos, estabelecendo relações sociais para o desenvolvimento da sociedade sul-rio-grandense.

Frente aos registros que se tem dos viajantes e cronistas, pode-se traçar um esboço do que seria a Porto Alegre⁶ dos séculos XVIII e XIX. Crônicas que retratam as zonas de fronteira com o Rio da Prata como marcadas pela insegurança através das disputas territoriais entre Portugal e Espanha evidenciam, na região, peculiaridades que serão desenvolvidas a partir dessa contextualização.

Conforme abordado anteriormente, foi necessário para as relações familiares e sociais açorianas, neste contexto de ocupação, reorganizarem-se dentro de estratégias de sobrevivência. Essas reordenações do modo de vida foram algumas vezes percebidas pelos viajantes e cronistas que passaram pelo Rio Grande de São Pedro e registraram essas transformações e a situação em que se encontrava a região.

Os objetivos dessa pesquisa foram os de descrever o perfil feminino na cidade de Porto Alegre no período de 1774 e 1887, através da documentação disponível e pouco explorada, e contrapor com os registros de cronistas e viajantes que passaram pela cidade no referido período. Verificar se a descrição e papel feminino já estabelecido podem ser percebidos na fonte documental e identificar de que forma as “raízes” culturais dessa mulher inserida em um processo de ocupação influenciaram a percepção da presença feminina na sociedade sul-riograndense. O método utilizado foi o de pesquisa exploratória documental, analisando os registros de cronistas e viajantes, os processos de divórcio e a bibliografia disponível nesse campo de estudo.

Com a intenção de contribuir para a construção do perfil feminino sul-rio-grandense dos séculos XVIII e XIX, utilizou-se como material de pesquisa, os processos de divórcio da cidade de Porto Alegre dos anos de 1774 a 1887 como indicadores da condição feminina no casamento, (mulheres brancas), frente às características das relações conjugais bem como a descrição de um perfil feminino, através dos registros de cronistas e viajantes que passaram pela cidade, dentro do

⁴Segundo Franzen (2003, p.4) existem vários documentos que nos falam de viúvas solicitando e recebendo datas e até o registro da concessão de duas sesmarias a mulheres viúvas.

⁵GRAEBIN, 2004, p.150.

⁶Porto Alegre foi elevada a Vila em 1808 por D. Fernando José de Portugal, (Anexo B), - futuro conde e marquês de Aguiar. Vice-rei do Brasil de 14 de outubro de 1801 a 14 de outubro de 1806. Foi governador da Bahia e depois Ministro do Príncipe Regente D. João - sob a justificativa de seu crescimento populacional e comercial. (Cf. COLEÇÕES DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL-1808 a 1810. Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1835).

contexto social da sociedade em formação. Através desse estudo, tencionou-se identificar a obediência feminina, que, condizente com seu tempo, deveria estar representada através de situações de submissão e silêncio. A intenção foi observar as mulheres, não apenas na sua própria dinâmica, mas também sua inserção em um contexto maior, como personagens ativos das diversas situações ocorridas no ambiente privado, mas com reflexo no público.

As descrições encontradas nesse tipo de documento possibilitaram um maior contato com a exposição feminina no ambiente familiar, comprovando, algumas vezes, aquilo que foi registrado sobre as mulheres pelos cronistas e viajantes que passaram pela cidade no referido período.

Quadro 1: Descrições femininas na visão de alguns cronistas e viajantes que passaram pela cidade de porto alegre nos séculos XVIII e XIX

CRONISTA	ANO	DESCRIÇÃO
Wilhelm Feldner	1810	Identificou as mulheres dessa região como participativas, não se escondiam dos estranhos, compartilhavam a alegria dos bailes, cantando, dançando e tocando bandolim. (p. 30-31)
Saint-Hilaire	1822	A presença feminina, mesmo que em consonância aos padrões da época, apresentava algumas características locais que as diferenciavam das demais, como, por exemplo, a de não se esconderem na presença de estranhos. (p. 45)
Heinrich Belmann	1826	Os círculos femininos, onde moças reuniam-se para conversar e, muitas vezes, ao perceberem a presença de estrangeiros, permitiam que participassem do círculo: "Devo confessar que se fiz rápido o progresso foi em parte graças aos círculos femininos, que nesta província são muito dominantes, sendo notória sua especial predileção pelos estrangeiros". (p. 55)
Arsène Isabelle	1834	Descreve as mulheres porto-alegrenses, destacando a ignorância em que viviam e submissas aos maridos ciumentos que as trancafiavam no quarto à presença de estranhos. Segundo ele, não tinham vaidade e vestiam-se com extremo mau gosto. (p. 70)
Joseph Hörmeyer	1854	As senhoras e senhoritas, moradoras de Porto Alegre, são relacionadas como enfeites de janelas e de salões da cidade. Isto em decorrência da encantadora beleza e do fato de participarem ativamente das festividades locais. Em uma das maiores festas da cidade, o Jogo de Entrudos, a posição social, o sexo e a idade não parecem ser percebidos pelos seus integrantes. Ao final da festa, já na Rua da Praia, os homens embrenham-se na água e as mulheres os seguem com seus vestidos e botinhas. (p. 95-96)
Marie van Langendonck	1857	Na Semana Santa, elas vestiam-se com vestidos majestosos, mas muito decotados, deixando desnudos os ombros. Segundo a cronista, as senhoras pareciam não saber da solenidade do dia. A partir das risadas e comportamentos dessas mulheres, Marie afirma que não compreendiam a religiosidade das comemorações e que iam à Igreja como se fossem a um baile – "elas sentam-se no chão apesar de estarem suntuosamente vestidas. Algumas se sentam sobre os degraus do altar, virando as costas ao Tabernáculo; aí elas conversam, riem, comem doces e certamente nenhuma pensa na solenidade do dia [...]" (p. 105)
Amand Goegg		As mulheres aparecem envolvidas com as atividades produtivas fora da esfera doméstica, avançando gradativamente a novos ambientes de relacionamentos: "Antes que eu deixasse Porto Alegre, tive ainda a oportunidade de fazer uma palestra aberta ao público, diante de inúmeros senhores e senhoras, sobre minhas experiências na Província". (p. 176)

Fonte: FRANCO; NOAL FILHO, 2004.

A utilização dessas narrativas de viagens como fontes historiográficas implica em uma análise particularizada, uma vez que esses escritos podem representar um encontro particular entre o viajante e o país visitado, dentro de um determinado contexto

Outro ponto a ser considerado nessa investigação histórica é que frente à idéia de que a

micro-história pode contribuir para o entendimento e o preenchimento de muitas lacunas da macro-história, teve-se, nesse estudo, uma preocupação constante de se comprometer com a pesquisa baseada em arquivos, sobretudo porque se trata de documentos ainda pouco analisados e, usar a documentação como fonte para se reconstruir parte de uma época através de um olhar particular. Ginzburg⁷ aponta que o interesse em se trabalhar com a micro-história, a partir das novas perspectivas e tendências na investigação, colabora com a propagação de um processo que contribui para a aproximação da Antropologia e da História.

Nessa proposta de descrição das vivências femininas ao longo da história, Del Priore⁸ organiza uma série de textos produzidos por historiadores que identificaram a imagem feminina em diferentes regiões do Brasil. Esse conjunto de vestígios encontrados nos textos constitui-se em mais um fator que ratifica a idéia de que a (re)construção da história das mulheres requer cuidados metodológicos importantes, fazendo com que o pesquisador necessariamente visite outras áreas de conhecimentos em Ciências Sociais, para restaurar essa imagem de mulher edificada sob a égide de objetos de percepção. Percepção masculina dominadora que a ensinou vislumbrar-se como personagem secundária ligada geralmente a mexericos e superficialidades.

Conseqüentemente, acompanhadas dessa trajetória historiográfica que priorizou durante muito tempo a figura masculina nos acontecimentos históricos, as fontes para se construir a história feminina são escassas. Perrot enfatiza as dificuldades em se construir um esboço dessa história, já que, por muito tempo, as narrativas possuem poucas informações sobre elas.

Contudo, se era no meio familiar que as mulheres deveriam viver, é através de fontes relacionadas a ele que devemos procurá-las. Dessa forma, a utilização de fontes primárias, como é o caso dos processos de divórcio, são fontes ricas em informações sobre as mulheres e suas relações.

No caminho de (re) construção ou reafirmação do papel e da condição feminina porto-alegrense dos séculos XVIII e XIX, buscou-se através das informações contidas nos processos de divórcio, estabelecer uma comparação com aquilo que já se tem consagrado na historiografia sul-rio-grandense sobre as mulheres dessa região. Na cidade de Porto Alegre, no período de 1774 a 1887, existem 71 processos de divórcio que, na sua maioria, foram solicitados pelas mulheres. Nesses documentos, foram analisadas diversas situações e descrições que contribuíram para a representação da condição feminina na cidade no período citado.

Será que as mulheres sul-rio-grandenses eram, efetivamente, mais “falantes nas rodas públicas”? Tinham mais autonomia para tomarem a iniciativa de ajudar um viajante desconhecido mesmo na ausência de seus maridos? Eram “corajosas” a ponto de dissolver a união sagrada, coragem adquirida em decorrência das inúmeras vezes em que tiveram de tomar conta da família e das propriedades enquanto seus maridos saíam para a defesa das fronteiras?

As mulheres do sul do Brasil, de origem açoriana, dentro de uma cultura patriarcal e conservadora, romperam algumas regras de comportamento e decidiram assumir a função de defender as suas terras, contribuindo com a continuidade da defesa do território português. Vários cronistas tiveram sua atenção despertada para as diferenças que estas mulheres apresentavam quando comparadas com as das outras regiões do Brasil.

Dentro das características familiares do sul do Brasil, percebe-se que as famílias extensas do

⁷GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13.

⁸DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla, et al. História das mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

tipo patriarcal não predominaram nessa região nos séculos XVIII e XIX, dando espaço àquelas compostas por um número menor de pessoas e com estruturas mais simplificadas. Dessa forma, as diferentes formas de organização comprovam que a estrutura patriarcal revelou-se ser representada por segmento minoritário da população e que as diferentes estruturas familiares⁹ encontradas no sul diferem-se das descritas por Freyre.

Ao fazermos comparações entre as estruturas familiares brasileiras, podemos afirmar que o conceito de família modificou-se e adaptou-se às necessidades de seus integrantes, não deixando de ser patriarcal e conservadora pela sua ligação à cultura portuguesa, mas subjetiva e adaptada ao contingente regional. É importante lembrar que a família teve participação fundamental para a formação da sociedade brasileira e que foi através dela que se estruturaram alianças em meio a estratégias de manutenção de poder. No caso do sul do Brasil, a formação familiar foi condição para a vinda de colonizadores portugueses, no caso, os açorianos, em virtude da urgência em povoar a região fronteira.

Dentro do ambiente doméstico, pôde-se identificar, através da documentação de inventários e processos de divórcio, o papel social da mulher sul-rio-grandense, face às suas relações com a família. A mulher identificada em nossa pesquisa revelou-se uma personagem que reconhecia sua importância dentro da sociedade e que, rompendo com os padrões de submissão feminina e de autoridade masculina, gerou novas dinâmicas nas relações conjugais e entre pais e filhos.

Particularidades das Mulheres Sul-Rio-Grandenses. As Porto-Alegrenses.

Por ser do desconhecido e complicado sexo, as mulheres foram personagens econômicas estratégicas, para o desenvolvimento de impérios, fortalecimento do poder de famílias e obtenção de algum bem aos homens dos mais baixos extratos sociais. Sendo utilizadas como uma peça fundamental a ser explorada em prol de valiosos acordos ou nas possibilidades de se vislumbrar a aquisição de algum bem, a imagem feminina representou em todas as esferas sociais mais um apoio em espécie do que uma companheira para os homens.

Na tentativa de desqualificá-las, os homens encarregaram-se em submetê-las às suas vontades e ordens sem que elas tivessem chance de perceber seu espaço na sociedade ocidental desde há muito tempo. E foi assim, através de casamentos arranjados, fatal herança dos antepassados, que as mulheres entediavam seu papel na sociedade conservadora e eminentemente masculina, justificando sua existência através dos sacrifícios exigidos em uma união em que o amor dava lugar à ostentação. Assim como em inúmeros países europeus, o casamento no Brasil também teve essa conotação¹⁰.

⁹Segundo Samara (1987 apud ALMEIDA, 1987, p.31), a família paulista do século XIX, no qual constatamos que as "extensas" ou do tipo "patriarcal" não chegavam a representar 26% dos domicílios. Nos demais, ou seja, em 74% das casas, predominavam outras formas de composição [...].

¹⁰As questões que permeiam as formas de estrutura da formação das famílias no Brasil, assim como em outras colônias Ibéricas, foram justificadas pela ausência de mulheres brancas para se casarem, no caso, com os portugueses. Esse problema foi resolvido por Portugal na medida em que começaram a enviar órfãs e outras mulheres "de mau porte, apanhadas nas ruas de Lisboa" para as vastas regiões do Império. O casamento era incentivado e alguns cargos eram dados preferencialmente aos casados, como foi o caso das vagas nas Câmaras. A preocupação com o déficit de população feminina impulsionou medidas que proibissem o surgimento de mosteiros para mulheres, especialmente nas zonas menos povoadas.

Deitadas sobre o berço da punição e do zelo pelo bem estar da família, as mulheres estiveram fadadas a exercerem o papel da santa mãezinha, pura, temente a Deus e, sobretudo, ao seu marido. Mal faladas eram aquelas que ficavam solteironas, destinadas a viverem em castidade (pelo menos era o que regiam as normas de conduta) em casas de recolhimentos ou sob a tutela do pai ou irmãos até o fim de suas vidas.

Dentro dessa mentalidade conservadora e acima de tudo paternalista, o casamento representou fator de suma importância para a política de povoamento do império português. Preocupados com a ausência de mulheres, algumas medidas foram tomadas pela Coroa Portuguesa que impediu a fundação de conventos na Colônia e as proibia de voltar a Portugal para entrar nos conventos lusos.

[...] me parece que um dos meios mais fáceis que há para que venham mulheres a se casar nestas minas é proibir Vossa Majestade que nenhuma mulher do Brasil possa ir para Portugal nem ilhas a serem freiras, porque é grande o número que todos os anos vão [...] se Vossa Majestade lhe não puser toda a proibição, suponho que toda a mulher no Brasil será freira, [...] e me parece que não é justo que se despovoie o Brasil por falta de mulheres.¹¹

Frente a esses problemas de povoamento efetivo, Portugal procurou realizar o processo de ocupação territorial do sul do país diferentemente da região Nordeste do Brasil, trazendo casais açorianos que não estavam propensos a praticarem ações contra a moral da época.

Assim, pensava a Coroa que, trazendo casais, a procriação e o comprometimento com laços afetivos com essa terra aumentariam, oportunizando a Portugal uma investida mais segura na proteção de suas fronteiras nessas regiões.

Frente a esses dados, percebe-se a problemática do casamento e as normas que ele deveria respeitar para ser consumado. Porém, mesmo com uma nova proposta de povoamento, Portugal continuou a ter problemas com a constituição familiar em seu território. Uma recente pesquisa realizada por Rejane da Silveira Several¹², através dos 185 testamentos de Porto Alegre de 1772 a 1822, revela dados significativos quanto às estruturas familiares desenvolvidas na então Vila de Porto Alegre. A primeira questão a ser proposta pela pesquisadora está no número de testadores solteiros, representando 24,3%, evidenciando a prática de uniões consensuais que proliferavam rapidamente.

Casamentos desfeitos, famílias dispersas, homens e mulheres vivendo em concubinato, mulheres solteiras abandonadas, muitas vezes com vários filhos ilegítimos, faziam parte do arranjo familiar. Muitos casados possuíam filhos fora do casamento e até mesmo mantinham famílias paralelas. Os viúvos também declaravam em seus testamentos os filhos nascidos de relações ilícitas¹³.

Os testamentos revelam, além da constituição familiar, a preocupação que se tinha com as meninas, filhas ilegítimas ou até mesmo com as órfãs, pois para as mulheres casarem, o dote era

¹¹Carta que D. Lourenço de Almeida, conde de Assumar, Capitão General de São Paulo e das terras de Minas, escrevia a D. João V, em 1721. (Cf. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, v. 21, p. 95, 1980. Questão dos conventos em terras do Brasil).

¹²SEVERAL, Rejane da Silveira. Família e herança em Porto Alegre (1772-1822). Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/jWiFji/Several%20Rejane.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

¹³Ibid., p.1.

indispensável; assim sendo, elas precisavam estar amparadas por alguém economicamente.

As núpcias das meninas em idade de casamento, abandonadas desde pequenas na Roda dos Expostos¹⁴ da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, ilustram perfeitamente o caráter econômico do casamento que de sacramento, muitas vezes, se transformava em um contrato financeiro.

As moças da Roda dos Expostos recebiam, através de doações em testamentos ou de algumas casas comerciais, valores em espécie para serem oferecidos como dote aos interessados em casamento. Porém, depois de constatarem os altos índices de abandono das esposas oriundas da Roda dos Expostos, após o pagamento do dote, a administração da entidade obrigou-se a efetuar o pagamento do dote fracionadamente.

Essa é uma pequena ilustração de um cenário que comprova a situação de desamparo em que viviam as mulheres. Por muito tempo, a historiografia as identificou como mães, filhas e esposas e a cada documento revisitado, as percebemos não só como integrantes e participantes de uma estrutura familiar, mas também da comunidade.

Em meio a essas estruturas em formação, inicia-se a formação das famílias na sociedade sul-rio-grandense que, através dos costumes, condições econômicas, moradias e atividades podiam ser identificadas quanto às suas origens. Até mesmo as diversões promovidas pelas comunidades davam exemplos das formas de convívio desenvolvidas pelos colonos. Os bailes e saraus em família, momentos em que as mulheres se destacaram aos olhos dos viajantes por serem diferentes das demais regiões do país, também representavam as condições financeiras dos convidados através de suas vestimentas.

O Sargento-mór Mateus da Cunha Teles, em cuja casa nos hospedamos, convidara o conde para um baile, tendo preparado para isso uma grande casa vizinha, ainda não habitada. Para lá nos dirigimos às 7 horas da noite, deparando cerca de 60 mulheres reunidas em um salão forrado a papel francês. Todas estavam bem trajadas. Usavam vestidos de seda branca, sapatos de cetim e meias de seda; jovens e velhas traziam a cabeça descoberta, os cabelos armados por uma travesa e enfeitados com flores artificiais. Achavam-se assentadas ao redor do salão em cadeiras colocadas em várias linhas, uma adiante das outras. Os homens em menor número estavam em pé. O baile teve início poucos instantes após a chegada do Conde [sic].¹⁵

A mulher açoriana ou descendente muito pouco tinha de instrução, cabendo-lhe as tarefas domésticas, conforme o periódico da época – O Artilheiro, edição de 5/08/1837.

¹⁴A Roda dos Expostos era uma caixa de madeira cilíndrica e giratória, colocada dentro da parede de um prédio. Esta caixa tinha apenas uma abertura que, no contexto de sua criação, impedia que as freiras reclusas em conventos em Portugal pudessem enxergar o lado de fora do prédio. Mais tarde, essa única abertura, impedia que fosse enxergada a pessoa que estava abandonando a criança na Santa Casa de Misericórdia. Os motivos pelos quais as crianças eram abandonadas nesta instituição fundada em Porto Alegre em 1837, geralmente estavam relacionados a filhos de amores ilícitos, de mães solteiras ou adúlteras e também de freiras e viúvas. Para saber mais sobre a Roda dos Expostos de Porto Alegre. (Cf. MAZUHY, Jurema Gertze. Infância em perigo. A assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre - 1837-1880. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Dissertação (Mestrado), PUC, Porto Alegre, 1990).

¹⁵SAINT-HILAIRE, 1974, p.56.

A mulher não aspira a outra coisa senão se casar, e logo que o consegue não deve cuidar de outra coisa senão em fazer a felicidade do marido, cuidando no arranjo de sua casa e na boa educação dos filhos, se os tem: sair dessa regra é não ser boa esposa nem boa mãe de família e querer que se suponha mal dela [...] [sic].¹⁶

Contudo, não se pode afirmar que essa era a imagem definitiva das mulheres sul-rio-grandenses. Teixeira¹⁷, em seus apontamentos, reitera que muitas das mulheres do sul do Brasil vivenciaram a ausência de seus maridos por longos períodos frente à necessidade da contínua proteção às fronteiras. Desamparadas, precisavam tomar conta da família e gerir os negócios face à incerteza do retorno do marido – pois, muitas vezes, a notícia de falecimento não chegava – viviam na espera e, diferentemente das viúvas, viam como algo distante um segundo casamento.

As mudanças de comportamento e das organizações familiares no sul do país predominaram nas camadas mais pobres da sociedade, existindo evidentemente nas camadas abastadas. Todavia, percebe-se que a condição de submissão, ou conforme Teixeira¹⁸ denomina de “controle velado” em que viviam essas mulheres, passou por um processo de insatisfação evidenciado na documentação sobre o divórcio e os testamentos¹⁹. Até mesmo as confissões nos testamentos da existência de filhos ilegítimos mostram-se como uma fonte para se perceber o contexto vivenciado pelas mulheres sul-rio-grandenses. É preciso levar em consideração, que para a mulher casada com filhos, assumir o adultério, ocasionaria o abandono do seu marido, mais as penalidades garantidas pelas leis da Igreja e da justiça civil. Dessa forma, elas encontravam no abandono de seus filhos à Roda dos Expostos a esperança de um dia tornar a vê-los sem ter a possibilidade de serem abandonadas e deixadas à sorte pelo seu tutor, ou seja, seu marido.

Saturnino de Sousa Oliveira, provedor da Santa Casa, referiu-se aos expostos como “infelizes que são abandonados ao nascer pela ingratidão de quem lhes deu a existência”. Ainda em relação às palavras de Saturnino, essa existência, cabe ressaltar, era de exclusiva responsabilidade da mãe, indicando a concepção preconceituosa, embora coerente com seu tempo, de que era papel da mulher manter coesa a família, e também de evitar cair em erros que pudessem desestruturá-la. Caso contrário, eram consideradas “mulheres infantilizadas que com sua imbecilidade deixavam de cumprir seu único papel de procriação e cuidado com seus filhos, atirando à Caridade Oficial o fruto de seus crimes”²⁰.

As crianças abandonadas na Roda dos Expostos, geralmente, tinham consigo um bilhete deixado por aquelas que as levaram. Esses bilhetes são registros da preocupação e da situação de algumas mulheres que se obrigavam a deixar seus filhos, rompendo, de certo modo, com o silêncio da dor em relação ao abandono. Neles, encontramos recomendações de mães zelosas, enxovais dos mais valiosos ou, para os mais humildes, somente “trapos enrolados aos seus corpos”. Um exemplo foi o da

¹⁶FLORES, 1989, p.16.

¹⁷TEIXEIRA, 2004.

¹⁸TEIXEIRA, 2004.

¹⁹Para Samara (1987, apud ALMEIDA, 1987, p.35), mesmo com a estrutura legal predominantemente masculina que garantia seus privilégios, mas não garantia sua manutenção por tempo indeterminado, casamentos arranjados eram desfeitos e os pedidos de divórcio que concediam à mulher a tutela dos filhos, além da parte respectiva do patrimônio do casal distanciam a norma e a prática do século XVIII, que por si só constituem um aparato documental *que dispensa uma análise completa de todas as tendências apresentadas sobre a história da família no Brasil*.

²⁰MAZUHY, 1990.

menina exposta em julho de 1879, sem nome, que além de 21 peças de roupa, sua mãe juntou “dois pacotes de maizene [sic], uma caixa de lamparinas, uma garrafinha com um bico de mamadeira”.

Cada bilhete deixado com a criança identificava os problemas que ocasionavam tal ação. Um caso interessante de adultério está registrado: a mãe de José Cândido, forçada pelas circunstâncias impossíveis de relatar – “implorava de V. S e desse Pio estabelecimento a proteção para o infeliz que o acompanha para salvar a honra de uma mulher casada”. O menino Camilo foi exposto em 12 de novembro de 1864. Sua mãe, em um momento de sofrimento por ter de abandonar seu filho, pede ao mordomo dos Expostos que permitisse ao padrinho da criança – indicado por ela – a escolha da criandeira – que seria ela própria, “pois será lenitivo às dores de pobre mãe que devido às prescrições sociais, vê-se acerba a necessidade de lançar para longe de si o filho querido”.

A prostituição, também aparece como uma das formas encontradas pelas mulheres abandonadas²¹ dessa região militar de longas batalhas fronteiriças, para a manutenção de seus filhos. Alguns processos de divórcios estão vinculados a esse tipo de abandono, pois as mulheres sozinhas, sem notícias do marido por longos períodos, precisavam do divórcio para poder ser tutoras de seus filhos, e casarem-se novamente ou, então, para receberem ajuda financeira. Não foram poucas as mulheres que viram na prostituição uma forma de conseguirem manter seus filhos e, frente à situação, se expunham a outras tantas formas de violência com seu corpo, sentimentos e saúde. Um bilhete deixado na Santa Casa de Misericórdia, por ocasião do abandono de uma menina chamada Maria Joaquina, exposta em 7 de novembro de 1865, evidencia uma possível mãe prostituta.

A mãe desta inocente menina, arrastada pela miséria e pelo infortúnio, vê-se na necessidade triste de enjeitá-la e suplica;

(...) aos Diretores desse Pio estabelecimento que não enxerguem nesse procedimento desumano um ato de crueldade e sim antes vejam, que é o de uma desgraçada que prevê um futuro tenebroso e quiçá – desonroso, e se vê na triste contingência de expô-la à Caridade dessa casa de Misericórdia, que sempre tem os braços abertos para receber e acalantar em seu seio os desgraçados e desvalidos, a quem o regelo do infortúnio tem tolhido. [...] tenhais compaixão dessa pobrezinha, que não deve ser culpada pelo erro dos pais [sic].²²

Ao falarmos sobre o abandono das mulheres sul-rio-grandenses, podemos compará-las àquelas da região de São Paulo que, por longos períodos ou definitivamente, estavam sozinhas em virtude da ausência de seus maridos. Se aqui os homens saíam para cumprir as obrigações militares, os paulistas embrenhavam-se no sertão em busca do sonho de fazer fortuna. Nessas circunstâncias, as mulheres se deparavam com uma realidade pouco romântica que as impulsionava ao mundo real e cruel. A partir de então, era seu dever proteger e gerir a família. Foram as viúvas, as solteiras e as esposas de maridos ausentes que definiram esse novo contexto de solidão e responsabilidade, fazendo surgir a imagem das mulheres chefes de família das regiões do sul do Brasil.

Saint-Hilaire encontrou algumas mulheres que evidenciavam estar acostumadas em ocupar

²¹Os homens convocados a lutar nas fronteiras, muitas vezes acabavam formando famílias em outras cidades ou então eram mortos em combate, deixando abandonada sua primeira família.

²² METCALF apud SAMARA, 2003, p.23.

tarefas geralmente relacionadas ao homem. Elas comandavam a família na ausência do esposo, além de administrar os bens do casal.

Na estância de Chuí tenho sido perfeitamente tratado. O dono da casa (Joaquim Silveira) está ausente, mas sua mulher, irmã do Sr. Delmont, desempenhou bem as honras da casa. Todas as mulheres que tenho encontrado, de Rio Grande para cá, têm conversado comigo proporcionando-me gentilezas e hei observado que em geral elas possuem melhor bom-senso que os próprios maridos. [...] Havia mandado matar uma vaca, em Chuí, para os meus camaradas, mas minha hospedeira não me deixou pagá-la e ainda me forçou a aceitar o cavalo que me emprestara para ir a S. Miguel.²³

Das solteiras, pode-se afirmar que viviam de certa forma organizadas. Geralmente, elas tomavam conta dos negócios do pai e cuidavam dos irmãos. O preconceito para com elas era demasiadamente cruel, já que, vivendo em uma sociedade eminentemente masculina, a ausência de um marido representava uma vida de solidão, tornando-as mulheres vazias, já que, em tese, não poderiam ser mães nem desempenhariam as tarefas aprendidas para que se tornassem exímias esposas.

Essas mulheres eram personagens do imaginário, daqueles que tentavam saber o porquê da ausência do casamento, já que ele representava um acontecimento importante na vida das mulheres e, muitas vezes, elas se submetiam a um casamento com um homem bem mais velho para não precisar ficar solteira.

Quanto às esposas de maridos ausentes, estas desempenharam com coragem o desafio de serem chefes de família. Na maioria dos casos, elas eram abandonadas muito jovens com filhos ainda pequenos, fato que as obrigava a desenvolverem atividades remuneradas em casa, como é o caso das doceiras e costureiras.

Já no caso das viúvas, as dificuldades existiam, mas entre as outras mulheres, elas tinham alguns privilégios. A certeza de que o marido não retornaria ao lar, possibilitava-lhes um novo casamento e, caso a idade não colaborasse no arranjo matrimonial, muitas delas podiam oferecer um bom dote aos pretendentes.

Assim, as mulheres que viviam na solidão e no abandono, aprenderam a lidar com a insegurança e com o desconhecido, mostrando-se capazes de manter e defender a família que conhecia e admitia somente um patrão – o pai, o marido ou filho.

É também através dos pedidos de divórcio que conseguimos resgatar um pouco do caráter familiar do projeto de colonização do Rio Grande de São Pedro. Identificamos as condições de casamentos existentes, através dos depoimentos queixosos de esposas que viviam com homens os quais elas mal conheciam e que, depois de receberem o dote, muitas vezes, as abandonavam.

Havia aquelas que não ficavam quietas e não se submetiam aos maridos que viviam com duas e até três mulheres, ou, ainda, aquelas que deram um basta às agressões físicas e morais que as obrigavam a fugir para casa de seus pais e as que ficavam depositadas em casa de “gente honesta” por meses e até anos à espera do veredicto da Igreja quanto ao seu pedido de separação. Além destas, havia mulheres que sofriam ameaças, vivendo sob tensão, passando fome e por outras

²³SAINT-HILAIRE, 1974, p.94.

necessidades, mulheres que deveriam submeter-se às vontades sexuais e “pervertidas” de seus maridos que as difamavam e duvidavam de sua honra, e, por fim, mulheres de “fachadas” que deveriam encobrir a preferência pecaminosa e desvirtuada de seus maridos por outros homens.

Estas lutaram pela sua dignidade e, motivadas por uma melhor condição de vida sentimental, vislumbraram através do divórcio um recomeço para reestruturar sua família e desvincular-se das diversas situações a que estavam expostas. Foi através do divórcio que muitas mulheres da cidade de Porto Alegre encontraram, mais uma vez, como demonstra a evolução da história das mulheres, sua adaptação às novas transformações vivenciadas pela sociedade.

A construção da identidade dessas mulheres sul-rio-grandenses teve como berço as tradições européias, passadas pelo filtro conservador da sociedade portuguesa, recebendo fortes influências da forma particular e tradicional dos ilhéus.

Na tentativa de apresentar as condições encontradas pelos casais açorianos trazidos para o sul do Brasil, resgataram-se dados importantes para a construção dessa história particular. Ao longo da pesquisa, procurou-se identificar as mulheres inseridas no contexto familiar, relacionando-as com as descrições encontradas nos registros de cronistas e viajantes que passaram pela região nos séculos referidos.

Constatou-se que as mulheres sul-rio-grandenses possuíam posturas diferenciadas em relação às mulheres do restante do país. Elas contribuíram de maneira significativa para a construção identitária do Rio Grande do Sul, defendendo e administrando terras. Provaram que tinham coragem e capacidade de defenderem-se de estranhos e que, principalmente, souberam quebrar barreiras que duvidavam de sua capacidade.

Diversas formas de convívio foram percebidas ao longo da pesquisa. Comprovou-se que os motivos utilizados para a abertura dos processos de divórcio no Rio Grande do Sul, em sua maioria, foram os mesmos alegados por outras mulheres de diferentes regiões brasileiras. O adultério, maus tratos, (constando inclusive laudo de corpo de delito anexado ao processo) e abandono, lideraram as acusações e, comprovadamente, foram às mulheres as autoras da maioria dos processos.

Quanto às testemunhas, geralmente, foram os nomes de homens que apareceram nos autos dos processos, embora se tenha encontrado nomes de mulheres brancas e também de negras forras. Efetivamente, as mulheres brasileiras, enxergaram no divórcio a possibilidade de dar cabo a situações de sofrimento em que viviam. Essas situações estão indicadas nos processos e, geralmente, obedecem a um padrão quanto aos motivos alegados para a sua concessão.

É relevante considerar o caráter econômico do casamento, reiterado nos autos de alguns processos que descrevem casos onde o marido repudia a esposa, e consta:

“viver em companhia de um homem que diariamente elle lançava em rosto a sua pobreza, e que longe de haver sido o amor quem o fizesse procurar unir se a Supplicante, somente o interesse mais sórdido, deslumbrado pela presença de um vantajoso dote, o levou, nos desatinos de sua ambição, à contractar esse casamento,

²³Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Processo de divórcio n. 255, ano 1880. p. 06. Entre José Maria dos Reis (réu) e Adelaide Magna da Silva (autora). Os motivos alegados pela autora estão relacionados as sevícias sofridas com maior intensidade após a partilha dos bens deixados pelo seu pai, tornando o convívio com seu marido insuportável.

no qual não tomou parte o coração, como elle próprio confessou e só foi deichado pelo mesquinho interesse de haver à si o pouco que possui a Supplicante”²⁴[sic].

Comprova-se, também, que, o adultério mencionado na maioria dos processos, está relacionado à falta de amor e incompatibilidade na escolha do cônjuge. O processo de José Luiz More e Manoela Lourenço do Carmo More²⁵ ilustra também a situação descrita anteriormente, representada pelo adultério do marido com sua cunhada, irmã de Manoela. Outros processos demonstram, através dos motivos alegados, a ausência do amor na constituição do casamento e práticas estranhas em relação ao comprometimento cristão esperado no casamento. É o que alega D. Maria Senhorinha da Rosa e Silva, quando escreve: “falta com os deveres conjugais e adultério”. A autora obrigou-se a ir morar com o pai Rogério da Rosa Garcia, por causa da impossibilidade de conviver sob o mesmo teto com a “teuda e manteúda” (morar com a concubina de seu marido)²⁶.

Ainda relacionado às mulheres solicitantes desses processos, percebeu-se que o depósito em casa de “gente honesta”, privava a mulher de usufruir de seus bens, inclusive de sua casa, até que fosse feita a partilha dos bens. Muitas saíam apenas com poucas mudas de roupas, enfim, o mínimo necessário para viverem. Contudo, as mulheres de famílias abastadas da cidade ou do estado, em geral, ficavam depositadas em casa de parentes próximos, geralmente na casa de seus pais, como é o caso de Maria Luisa Osório Bordine.

Quanto aos pedidos de divórcio solicitados pelos maridos, neles destaca-se a alegação quase que unânime de adultério da esposa. Ao invés de assumirem o adultério, eles preferem argumentar que a esposa decidiu viver vergonhosamente, entregando-se à prostituição. Mais adiante, no desenvolver do processo, é que encontramos dados que identificam o adultério. Esses processos, geralmente estão relacionados àqueles maridos que trabalhavam “no mar”, de viagens de negócios ou militares. No momento do retorno de suas longas viagens, encontraram-se abandonados por suas esposas, ou como no caso de Valeriano Pereira dos Santos²⁷, que, ao retornar de viagem encontra sua mulher grávida de sete meses, fato inviável, pelo período em que estava ausente.

A concessão do divórcio, em grande parte dos documentos, está relacionada à confissão do réu ou pelo descaso do mesmo, deixando correr o processo à revelia. Frente aos dados coletados, percebe-se que as características peculiares das mulheres de Porto Alegre, apontadas pelos cronistas e viajantes que por ali passaram, foram comprovadas nos processos analisados. É o caso, por exemplo, das mulheres tomarem conta dos negócios da família na ausência de seus maridos, de se articularem melhor no ambiente masculino, como é o caso de apresentarem queixas na polícia contra os maus tratos do marido e fazerem corpo de delito, da preocupação com a educação dos filhos, quando alegam o mau exemplo do esposo, para justificar a separação, além de defenderem o patrimônio, negando a seus maridos a assinatura de venda de bens.

Enfim, foi através da documentação em arquivos que identificamos os sofrimentos das mulheres porto-alegrenses vivendo com homens que, muitas vezes, mal conheciam, ou de homens,

²⁴Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Processo de divórcio n. 280, ano: 1886. Entre José Luiz More (réu) e Manoela Lourenço do Carmo More (autora).

²⁵Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Processo de divórcio n. 271, ano: 1878. Entre Álvaro Aniceto Martins (réu) e D. Maria Senhorinha da Rosa e Silva (autora). p.4.

²⁷Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Processo de divórcio n.250 ano: 1867. Entre Valeriano Pereira dos Santos (autor) e D. Guilhermina do Canto (ré).

que recebiam o dote e as abandonavam em seguida, de homens, que viviam com uma, duas e até três mulheres ao mesmo tempo. Havia, também, aqueles que as agrediam, fazendo com que fugissem para a casa de seus pais, ficando depositada, algumas vezes, por meses à espera de um veredicto da Igreja.

Várias foram as esposas que sofriam ameaças e viviam sob tensão, passando fome e outras necessidades, submetendo-se a todas as vontades sexuais e pervertidas de seus maridos. Havia ainda, os maridos que as difamavam e duvidavam de sua honra, utilizando-as como fachadas, que deveriam encobrir a preferência “pecaminosa e desvirtuada” dele com outros homens.

As personagens apresentadas nesse trabalho representaram uma parcela das mulheres que decidiram transgredir as normas de conduta de seu tempo. Educadas para se casarem, terem filhos e cuidarem da casa preferiram buscar, através dos mecanismos disponíveis, a defesa de seus interesses sentimentais e, por que não dizer, econômicos também.

Dessa forma, pode-se afirmar que as características de serem mulheres mais falantes e que estavam acostumadas a tomar decisões nos momentos de ausência de seus maridos foram identificadas, nos processos de divórcio analisados, abrindo espaço para uma caracterização feminina porto-alegrense, mais concisa, ou seja, apoiada à documentação pouco explorada até então, rica em detalhes, abrindo as janelas do privado das famílias de Porto Alegre.

Referências

ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. (Orgs.). **Pensando a família no Brasil: da Colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Ed. da UFRJ, 1987.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (Processos de divórcio de Porto Alegre entre os anos de 1774 a 1887 - n.26 – 247).

Coleções das Leis do Império do Brasil-1808 a 1810. **Cartas de Leis, Alvarás, Decretos e Cartas Régias**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1835.

DEL PRIORE, Mary, BASSANEZI, Carla, et al. **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Sociedade: preconceitos e conquistas**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa, NOAL FILHO, Valter Antonio. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1754-1899**. Santa Maria: Ana Terra, 2004.

FRANZEN, Beatriz. **Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-riograndenses**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2003

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. São Leopoldo**: Unisinos, 2004. Tese (Doutorado), Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História, 2004. v. 1.

MAZUHY, Jurema Gertze. **Infância em perigo**. A assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre - 1837-1880. Porto Alegre: PUCRS, 1990. Dissertação (Mestrado), PUC, Porto Alegre, 1990.

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, v.21, p.95, 1980. Questão dos conventos em terras do Brasil.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. da USP, 1974.

SAMARA, Eni Mesquita de. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986

SAMARA, Eni Mesquita de. **Família, mulheres e povoamento**. São Paulo: EDUSC, 2003.

SEVERAL, Rejane da Silveira. **Família e herança em Porto Alegre (1772-1822)**. Canoas: Univer-

O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E A BANDA ORIENTAL DURANTE O GOVERNO DE DOM DIOGO DE SOUZA (1809-1814)

Fábio Kühn¹

Introdução

Dom Diogo Martim de Souza Teles de Menezes, governador e capitão-general da capitania sulina entre 1809 e 1814, administrou uma fronteira que entraria em convulsão após os acontecimentos de maio de 1810. O período do seu governo foi marcado pela ascensão do artiguismo na Banda Oriental, o que lançou uma série de desafios para os governantes portugueses e elites luso-brasileiras estabelecidos no Rio Grande de São Pedro. Após a transferência da Corte de Dom João para o Brasil em 1808, a capitania sul-riograndense foi novamente valorizada pelos lusitanos, com sua transformação em ponta-de-lança para a política de expansão na região platina. Nesse texto vamos focalizar os interesses relacionados à intervenção lusitana na Banda Oriental em 1811-1812, que teve como um dos seus executores o referido governador. Investigamos também, ainda que de forma incidental, o incremento do tráfico negreiro para a capitania do Rio Grande e para a região platina, que parece ter sido dinamizado durante o período da administração de Dom Diogo de Souza.

Um nobre no governo do Rio Grande

O primeiro capitão-general do Rio Grande de São Pedro² nasceu em 17 de maio de 1755 na cidade de Braga, em Portugal. Seu pai era um fidalgo de renomada família que tinha uma longa tradição militar a serviço do Império português, tendo em vista que era neto de Francisco de Sousa, primeiro Marquês das Minas e sétimo governador do Brasil. O tio de Dom Diogo era também um destacado militar, tendo sido governador do Pará no final do século XVIII. Graças às suas origens sociais, Dom Diogo, em virtude do direito de primogenitura, receberia em 1766 o título de moço-fidalgo, antes de ter completado onze anos de idade. Abraçou a carreira das armas, como era tradicional na sua família, sentando praça no Regimento de Cavalaria de Miranda em 1778. No ano seguinte acrescentaria o título de fidalgo-escudeiro. Portanto, Dom Diogo fazia parte de uma nobre e reconhecida família lusitana, que há gerações vinha prestando serviços à monarquia portuguesa. Completando seu percurso inicial de acrescentamento social, ele freqüentaria a Universidade de Coimbra, obtendo o diploma de bacharel em Matemática no ano de 1789 (TABOR-DA, 1966:10; COSTA, 2010:61-63).

Poucos anos depois, Dom Diogo seria nomeado para a primeira grande tarefa que desempenharia como servidor da Coroa portuguesa: através de Carta Patente datada de 21 de julho de

¹Membro efetivo do IHGRGS. Professor Adjunto do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

²Até 1807, o Rio Grande de São Pedro era uma capitania subalterna, subordinada ao Rio de Janeiro. Com a nomeação de Dom Diogo de Souza, foi elevada à condição de capitania geral.

1792, seria designado governador-geral da capitania de Moçambique, Rios de Senna e Soffala, na costa oriental da África. Passou por várias provações no governo daquela possessão africana, entre as quais os ataques franceses ao forte de Lourenço Marques e a morte da sua esposa, Dona Ana Cândida de Sá Brandão. Terminado seu mandato, voltaria ao Reino em 1797, mas logo em seguida seria nomeado governador-geral da capitania do Maranhão e Piauí, função que desempenhou entre os anos de 1798 e 1804. Na capitania brasileira também teve bastante trabalho para repelir o assédio dos franceses, estabelecidos na Guiana. Por fim, retornaria novamente a Portugal, de onde acompanhou de perto as agruras pelas quais passaria o reino lusitano, pressionado pelo expansionismo napoleônico. Entre 1805 e a vinda da família real para o Brasil em 1808, serviu como conselheiro do Conselho Ultramarino, tendo vindo para a América provavelmente na ocasião da transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Através de Carta Régia, foi nomeado em 19 de setembro de 1807 como primeiro governador da capitania geral do Rio Grande de São Pedro, mas devido ao estado de guerra que conflagrou Portugal, somente tomou posse no cargo para o qual foi investido em 09 de outubro de 1809, perante os vereadores da Câmara de Porto Alegre (COSTA, 2010:64-66).

Segundo um comerciante inglês, que o conheceu pessoalmente em 1809, “era um homem alto, magro e bem parecido, de cerca de cinquenta anos de idade”, que “usava uniforme de general e parecia já ter tomado parte nalgumas ações”. Impressionado pela sua figura, notou ainda que “havia ali sinais de energia, cautela e disciplina como ainda não me fora dado ver por estas paragens do país” (LUCCOCK, 1975:118-119). Dom Diogo de Souza governou a conflagrada capitania sulina durante cerca de cinco anos (1809-1814), tendo continuado na sequência sua trajetória ascensional a serviço do Império lusitano, pois recebeu o título de 1º Conde do Rio Pardo em janeiro de 1815, sendo nomeado no ano seguinte como Vice-Rei da Índia, onde permaneceu até a eclosão do movimento liberal em Portugal. Fez assim parte do restrito grupo de administradores coloniais da virada dos Setecentos para Oitocentos, que ao longo de sua trajetória, teve uma indiscutível melhora no estatuto político do seu governo (CUNHA & MONTEIRO, 2005:229).

A intervenção portuguesa na Banda Oriental

A instabilidade política e as pretensões relativas ao Prata colocaram a capitania do Rio Grande no centro dos acontecimentos. Dotada de recursos necessários para o sucesso de uma intervenção, a reorganização das forças militares foi realizada com intuito de consolidar a capacidade de defesa e de agressão do Império português na região. Assim, em 1809, o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que era ministro dos Negócios Estrangeiros de Dom João, ordenou a ampla reorganização e redimensionamento das tropas de linha, milícias e ordenança na capitania meridional. A partir das ordens de D. Rodrigo, a tropa de linha da capitania teve sua organização bastante alterada, pois o Regimento de Dragões, anteriormente sediado em Rio Pardo, passou a ser dividido em quatro esquadrões localizados em Rio Grande, na fronteira das Missões, na fronteira do Jaguarão e na região entre a nascente do Jaguarão e do Ibicuí. Essa nova estrutura militar estava subordinada a Dom Diogo de Souza, que tomou posse em outubro de 1809. No ano seguinte, essas forças foram postas em alerta, dada a possibilidade de alastramento da revolução que sacudia o Vice-Reino do Prata. Em maio de 1810, com a formação da Junta de Buenos Aires e o afastamento do vice-rei, a propagação do movimento autonomista tornava-se

uma ameaça, a qual ganhava envergadura ainda maior com o *Plan Revolucionario de Operaciones* de Mariano Moreno, que objetivava a constituição de um novo Estado com a integração do Rio Grande do Sul. A reação lusitana foi rápida com a mobilização do denominado “Exército Observador”, formado por tropas regulares do Rio Grande de São Pedro e das capitanias de São Paulo e Santa Catarina, além de milicianos e aventureiros, todos sob o comando de Dom Diogo de Souza (MIRANDA, 2009:117-121).

De fato, Dom Rodrigo, conselheiro direto de Dom João, estava seriamente preocupado, pois chegavam a ele toda sorte de informações inquietantes acerca do novo governador do Rio Grande de São Pedro, acusado de diversas negligências, em particular de ter deixado a fronteira em um tal abandono, que um general espanhol pode adentrar o território português sem ser reconhecido. Estas acusações eram provavelmente sem fundamento, mas isso não impediu que Dom Diogo fosse devidamente repreendido e instado a colocar suas tropas em alerta e prontas para qualquer necessidade. Segundo as contas do ministro português, os contingentes disponíveis eram 1500 homens das tropas de São Paulo, 2000 das tropas de linha da capitania e 5000 milicianos de cavalaria, totalizando 8500 homens, “uma força bem considerável para conquistar o território espanhol até o Rio da Prata” (SILVA, 2006:275).

Os fundamentos da intervenção luso-brasileira são de duas ordens distintas. Havia um fator muito antigo, fundamentado na *teoria das fronteiras naturais*: a pretensão de estender o domínio lusitano até o Rio da Prata, já esboçada no final do século XVII com a fundação da Colônia do Sacramento. Por outro lado, no começo do século XIX, a ocupação da Banda Oriental do Uruguai foi planejada para evitar que do Sul pudessem irradiar as idéias republicanas e federalistas que varriam o Prata, na esteira dos acontecimentos de 1810. A intervenção está diretamente determinada pela constituição das Províncias Unidas do Rio da Prata em 1810, cujo modelo republicano contrapunha-se ao ideal monárquico bragantino. A resistência espanhola concentrou-se em Montevidéu, onde o vice-rei espanhol e o setor mercantil mantinham uma posição favorável aos interesses portugueses. Assim, “o cabildo de Montevidéu entende que a única salvação é a chamada de dona Carlota Joaquina para que assuma a regência, exigindo apenas que ela reconheça a soberania das Cortes de Cádiz e que aceite, portanto, as leis por elas aprovadas” (PEDREIRA & COSTA, 2008:257-258). Daí derivavam as bases do *carlotismo*, que pretendia assegurar aos Bourbon a manutenção das colônias americanas sob o governo de Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII e esposa de D. João VI.

Todavia, para além dos interesses da Coroa portuguesa na região, é preciso considerar aqueles dos diferentes grupos sociais da capitania que asseguravam efetivamente o domínio daquele território para os lusitanos. É necessário levar em conta complexos processos identitários, especialmente os locais e desaparecer-se da idéia da existência de identidades nacionais já constituídas no início do século XIX. Sabe-se que a indefinição territorial era evidente e a linha divisória que os impérios ibéricos pretenderam traçar era móvel e imprecisa, em um quadro que somente se agravou com as chamadas guerras de independência. Acrescente-se a isso a ameaça de revolução social que foi sentida pelos grandes proprietários da Banda Oriental e da capitania do Rio Grande, para entender que o fundamental era repelir tal ameaça, e através das práticas de guerra, aumentar os rebanhos de gado e apropriar-se de novas terras (OSÓRIO, 2007:8-9).

Colaborando ainda mais para agravar o quadro de instabilidade política, idéias de rompimento com a Coroa portuguesa circulavam na região, juntamente com as preocupantes notícias oriundas de Buenos Aires. Em 1811, uma cópia do panfleto intitulado *Falla aos Americanos Bra-*

zilianos em nome d'América, por seus irmãos os Habitantes das vastas Províncias do Rio da Prata era enviado ao governador Dom Diogo de Souza. O panfleto incitava à rebelião, convidando os irmãos do Brasil “a que vos constituais em uma província livre e independente, para que deste modo vos unais tanto á nosoutros” (PICCOLO, 1972:360). A proposta era incendiária, pois propunha a ruptura com a Corte portuguesa; porém, a propagação deste tipo de material, ao invés de mobilizar os rio-grandenses contra seu monarca, terminou por motivar sua intervenção sobre o Prata para conter a contaminação revolucionária.

Entretantes, as forças portuguesas estabelecidas na capitania do Rio Grande mantinham-se a postos. Quando inspecionava as tropas da região missioneira, Dom Diogo enviou ao Conde de Linhares uma correspondência onde resumia seu ponto de vista sobre a conjuntura na qual se encontrava, defendendo uma postura mais ativa por parte dos lusitanos. Inicialmente, questionava se “devemos unicamente restringir-nos a pura defesa das nossas Fronteiras, fortificando-as e guarnecendo-as” ou “como creio mais nos interessa, aproveitar-nos da dissensão dos nossos vizinhos e assenhorearmo-nos (...) de terrenos que aumentem as nossas vantagens para qualquer caso ocorrente”³. Em maio de 1811, o Vice-Rei Francisco Javier de Elío, que se mantinha fiel à Coroa espanhola e encontrava-se sitiado em Montevideu pelas tropas de Artigas, requereu auxílio à Corte lusa. Assim, em nove de junho de 1811 seria emitida a nota oficial na qual o Conde de Linhares ordenava que Dom Diogo fizesse entrar as tropas portuguesas em auxílio ao Vice-Rei Elío, “fazendo declarar por um Manifesto que entra somente para socorrer a Montevideu e para restabelecer a pacificação do território e domínios de S.M.Católica, e de modo algum para o invadir”⁴.

Esta intervenção não atendia apenas aos interesses do Vice-Rei, mas também dos negociantes de Montevideu, que rivalizavam com os de Buenos Aires. Em 19 de julho de 1811, o Exército Pacificador ultrapassou a fronteira e marchou em direção a Maldonado, depois de ter ocupado Cerro Largo (hoje Melo) e o forte de Santa Teresa e afugentado praticamente toda a população rural de origem espanhola da região. Porém, em 23 de setembro de 1811 caiu a Junta portenha, sendo substituída pelo Triunvirato. Diante da péssima situação política, financeira e bélica de Buenos Aires, além da pressão britânica, ao que se somava como o temor causado pela presença das tropas portuguesas na Banda Oriental, foi assinado em 20 de outubro um armistício entre Montevideu e Buenos Aires, que previa a retirada dos exércitos de Dom Diogo e de Rondeau e estabelecia o domínio do Vice-rei espanhol sobre a Banda Oriental (GARCIA, 2010:205).

Em seus ofícios ao Rio de Janeiro, Dom Diogo sempre se referia aos supostos “limites naturais” pelo rio da Prata, o que fez com que se opusesse ao armistício de cuja negociação não fizera parte. Alegando que aguardava ordens, o governador D. Diogo de Souza protelou a saída das tropas até junho de 1812, com o pretexto de perseguir as tropas artiguistas. Por seu turno, Artigas também se opunha ao armistício, pois fora realizado “sem a anuência dos orientais”. No final de 1811, o caudilho já estava à frente de uma poderosa força militar, composta por cerca de seis mil homens, a qual se juntou outros milhares de pessoas, descontentes com o mando espanhol e também com a tutela portuguesa. Essa legião, composta por mais de 80% dos povoadores da campanha, acabaria seguindo o *Jefe de los Orientales*, no episódio que ficou conhecido como o “Êxodo do povo oriental” (TOURON; DE LA TORRE; RODRIGUEZ, 1987:55-56)

³Ofício de Dom Diogo de Souza ao Conde de Linhares. São Borja, 12 de abril de 1811. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, nº 11, setembro de 1923, p. 41.

⁴Ofício do Conde de Linhares a dom Diogo de Souza, 09 de junho de 1811 in: COSTA, *op. cit.* p. 228-229.

Em fevereiro de 1812, o governador Dom Diogo manifestou interesse em que Buenos Aires definisse Artigas ou como rebelde ou como auxiliar do Triunvirato portenho. Diante da indefinição, ele havia conduzido suas tropas até as margens do rio Uruguai, onde se instalou e com o apoio de Montevideu passou a perseguir os seguidores de Artigas até além do Uruguai, aproveitando para dizimar ou submeter as populações de charruas e minuanos existentes entre os rios Arapeí e Quaraí. No primeiro semestre de 1812, toda a Banda Oriental e praticamente todo o território das atuais províncias argentinas de Entre Rios, Corrientes e Misiones estavam submetidas às forças comandadas pelo governador português. Em carta enviada ao Conde de Galveias – sucessor do Conde de Linhares – Dom Diogo observava que “deste modo me parece praticável não somente livrar da jurisdição de Buenos Aires os territórios situados entre o Uruguai e o Paraná, senão também restabelecer o antigo governo do Paraguai”⁵. Dessa forma, os territórios portugueses se estenderiam até o rio Paraná (GARCIA, 2010:206-207).

No entanto, estas pretensões expansionistas seriam tolhidas, pois a assinatura de um novo armistício – promovido pelos interesses britânicos – entre Buenos Aires e Montevideu em 26 de maio de 1812, acabaria por sepultar o desejo de Dom Diogo de Souza. O armistício previa a cessação das hostilidades e a retirada das tropas portenhas e luso-brasileiras para dentro do limite do território dos dois estados respectivos, entendendo-se esses limites como aqueles que eram reconhecidos como tais, antes que o Exército português começasse a sua marcha em direção ao território espanhol. Frustravam-se as tentativas de expansão territorial, mas ficavam asseguradas todas as áreas ocupadas na guerra de 1801, pelo menos até o Quaraí. Assim, com a intervenção de 1811-1812, o príncipe Dom João, se não conseguiu alargar-se até os rios Paraná e Paraguai, conseguiu manter as conquistas realizadas em 1801, em particular, as Missões Orientais, diretamente visadas pelas forças artiguistas (GARCIA, 2010:208-210).

Na fronteira dilatada (entre os rios Ibicuí e Quaraí), D. Diogo de Souza distribuiu sesmarias aos ex-oficiais e soldados, ocupando o território com homens fiéis a Portugal. O governador rio-grandense regularizava assim a propriedade da terra nas conquistas de 1801, principalmente no quadrilátero entre os rios Ibicuí, Uruguai, Quaraí e Santa Maria, vindo a assegurar a soberania portuguesa sobre uma vasta região, que com pequenas alterações, viria a ser a fronteira do extremo sul do Brasil. Somente no ano de 1814 foram concedidas nada menos do que 207 sesmarias (de um total de 296 concessões feitas naquele ano) naquela região, imprecisamente denominada de “fronteira do Rio Pardo”, a qual, atualmente abarca a maior parte da fronteira com o Uruguai e parte da fronteira com a Argentina (OSÓRIO, 2008:250).

O relacionamento efetivo entre Artigas e Dom Diogo de Souza ainda precisa ser melhor investigado, mas sabemos que em setembro de 1814, por intermédio de Antônio Gonçalves da Silva (irmão de Bento Gonçalves, o futuro líder farroupilha), que mantinha boas relações pessoais com o chefe oriental, chegaram ao governador algumas propostas de entendimento, entre elas a possibilidade de um acordo de neutralidade no caso de agravamento do conflito com Buenos Aires, a fim de obter o apoio do governo português, objetivando adquirir pólvora e munições, além da promessa de acolhe-lo e a seus partidários em território lusitano, caso viesse a ser batido pelas forças de Buenos Aires⁶ (PORTO, 1929:382-386; WIEDERSPHAN, 1979:73). Essa hipótese, como se sabe, não chegou a se concretizar, pois Dom Diogo encerraria seu governo no Rio Grande em

⁵Ofício de Dom Diogo de Souza ao Conde Galveias, in: RIHGB, XLI, P. 363-365.

⁶Em janeiro de 1814, as forças comandadas por Artigas haviam abandonado o sítio de Montevideu, o que levou à sua ruptura com Buenos Aires.

novembro de 1814, mas demonstra que para além da animosidade explícita, existiam canais de negociação entre o governador português e o caudilho oriental.

O tráfico negreiro

Um aspecto interessante a destacar é que durante a administração de Dom Diogo, o tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul parece ter sido incrementado, não obstante as contingências bélicas por que passava a região. Como já foi dito, Dom Diogo de Sousa foi governador de Moçambique entre 1793 e 1797, quando teria estimulado o tráfico negreiro na África Oriental. Na verdade, desde o ano de 1769 embarcações brasileiras foram autorizadas a comercializar livremente com os portos de Moçambique, sendo que os capitães-gerais desempenharam um papel fundamental nessa iniciativa mercantil. Antecessores de Dom Diogo já haviam estimulado comerciantes da Bahia e do Rio de Janeiro a verem Moçambique como uma fonte de escravos. Na década de 1790, quando governava aquela possessão africana, Dom Diogo solicitou permissão para implantação do comércio direto entre Moçambique e o Brasil, obtendo aprovação real em 1795. Graças a essas iniciativas e às mudanças conjunturais acontecidas no início do século XIX (transferência da Corte portuguesa para o Brasil e pressões abolicionistas da Inglaterra), foi possível um amplo movimento de mudança, que deslocou parte significativa do tráfico da África Ocidental e Central para a África Oriental (RUSSELL-WOOD, 2001:24-25).

Os estudos sobre o tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul e para a região platina confirmam que algo diferente estava acontecendo: segundo os mapas de importação, 9483 cativos foram trazidos para o Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1810 e 1814 (correspondente ao governo de Dom Diogo), numa média de quase 1900 escravos por ano, mais do que o dobro da média do período anterior a 1808; mais ainda, na passagem da fase B, de retração (1788-1802), para a fase A, de expansão (1809-1824) do tráfico para a capitania sulina, verificou-se um decréscimo dos escravos oriundos da África Central-Atlântica, ao passo que aconteceu um “elevadíssimo crescimento da presença da África Oriental”, que teria passado de apenas 0,29% para cerca de 17% dos cativos na fase de aceleração do tráfico (BERUTE, 2006:40 e 74). Seriam esses números mera coincidência? Não parece ser, pois supomos que Dom Diogo possa ter se valido de suas redes de contatos construídas na África Oriental para estimular o comércio negreiro para o sul do Brasil. Não sugiro aqui o estabelecimento de uma rota direta entre Moçambique e o Rio Grande, mas sim uma convergência de interesses, acentuada pela conjuntura peculiar da descolonização, que somente poderá ser melhor elucidada com a consulta das fontes relativas à Moçambique e ao Rio de Janeiro.

Este desenvolvimento no sul do Brasil contrastava com a situação do Prata. Sabemos que no período 1807-1812 o tráfico negreiro para a região platina decaiu como resultado da conjuntura política, pois nestes cinco anos o número de escravos desembarcados no rio da Prata foi de apenas 6.832, contra 31.539 cativos introduzidos no período 1800-1806. Dessa forma, as incertezas políticas na região inibiram aos comerciantes rioplatenses a empreender o tráfico direto com a África. Isso abriu espaço para que nesse período final, traficantes portugueses de Moçambique introduzissem escravos em remessas vindas diretamente da África, sem passar pelo Rio de Janeiro (BORUCKI, 2009:5 e 9). No que toca especificamente a Montevidéu, o quadro existente entre 1811 e 1814 foi caracterizado pela “emergência, necessidade e desigualdade”, conforme a expressão de

Bentancur. Entre maio e outubro de 1811, Montevideu esteve sob sítio militar, mas a partir daí foi estabelecido um padrão de comércio onde navios praticamente sem carga eram enviados para os portos do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande, estreando uma tendência que se repetiria com muito mais força nos anos de 1813 e 1814. Tratava-se basicamente de um simples tráfico de subsistência, amparado no poder aquisitivo da prata, já que não estavam disponíveis os “frutos tradicionais” da região. O papel da capitania sulina foi crescente nesse período: até 30 de junho de 1814, data da entrega da praça às forças sitiadoras de Buenos Aires, haviam ingressado 23 buques e saído 21, sendo que o Rio Grande era o principal porto de origem e destino das embarcações (BENTANCUR, 2003:113-115). Nessa conjuntura de guerra, efetivamente o tráfico de escravos deve ter sofrido sérias restrições por via marítima, o que certamente não impediu ingressos pela ampla fronteira terrestre, percorrida pelas tropas portuguesas.

Conclusões

O período compreendido entre 1809 e 1814 foi extremamente conturbado, tendo sido marcado, por um lado, pelo início do processo revolucionário que conflou a região platina e abriu caminho para o processo de descolonização. Por outro lado, a referida conjuntura foi caracterizada pela expansão territorial e econômica dos luso-brasileiros na Banda Oriental. As ações do governador Dom Diogo de Souza foram realizadas no sentido de garantir os interesses da Coroa bragantina na região, retomando o antigo ideário expansionista que já havia impulsionado os lusitanos em direção ao Prata. Como novidade do período estudado, destacou-se a expansão do artiguismo e seus projetos de reforma social, que se constituiu em uma séria ameaça aos grupos terratenentes da capitania sul-riograndense. O projeto político de Artigas somente seria definitivamente derrotado em 1820, o que abriu caminho para a incorporação da denominada “Província Cisplatina” pelos portugueses.

Bibliografia

BENTANCUR, Arturo A. “El proceso de legitimación de las relaciones mercantiles entre la ciudad puerto colonial de Montevideo y el territorio brasileño (1777-1814)” in: (org.) HEINZ, Flávio & HERRLEIN JR., Ronaldo. Histórias Regionais do Cone Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 103-119.

BERUTE, Gabriel S. **Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.

BORUCKI, Alex. **Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812**. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009.

COSTA, Alex Jacques da. **Seguindo ordens, cruzando campos: o governador e capitão-general Dom Diogo de Souza e a política do Império português para o Rio da Prata**

(1808-1811). Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História/PUCRS, dissertação de mestrado, 2010.

CUNHA, Mafalda S. da & MONTEIRO, Nuno G. **“Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”** in: *Optima Pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira Iluminada – História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

MIRANDA, Márcia E. **A Estalagem e o Império – Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo: Hucitec, 2009.

OSÓRIO, Helen. **“A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos”** in: *Cadernos do CHDD*. Ano 6, 2007, p.3-32.

_____. “Expansão territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX” in: (org.) SCOTT, Ana Silvia & FLECK, Eliane Cristina. **A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008, p. 235-252.

PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dorez. **D. João VI – Um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PICCOLO, Helga. **“O processo de independência no Rio Grande do Sul”** in: (org.) MOTA, Carlos G. 1822 – Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PORTO, Aurélio. **“Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul”** in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, nº 35, 1929, p.371-453.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **“A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente, séculos XVI-XIX”**. *Topoi*. v.3, 2001, p. 9-40.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares (1755-1812)**. Vol. II, Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

TABORDA, Tarcísio A. C. **Dom Diogo de Souza**. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza, 1966.

TOURON, Lucia Sala de; DE LA TORRE, Nelson; RODRIGUEZ, Julio. **Artigas y su revolución agrária (1811-1820)**. 2.ed. México: Siglo XXI, 1987.

WIEDERSPHAN, Henrique O. **Bento Gonçalves e as guerras de Artigas**. Porto Alegre: IEL/EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

OS HISTORIADORES, O IHGRGS E A PRESERVAÇÃO DO MAIS ANTIGO TEMPLO SUL-RIO-GRANDENSE

Francisco das Neves Alves ¹

A segunda metade da década de 1930 seria prenhe em atividades para os historiadores rio-grandenses-do-sul, tendo em vista as comemorações alusivas a duas efemérides de então – o centenário da Revolução Farroupilha, em 1935, e o bicentenário da fundação do Rio Grande, em 1937. A primeira destas datas foi de grande magnitude, envolvendo todo o estado e tendo por epicentro a capital gaúcha, desenvolvendo-se um extraordinário rol de acontecimentos sócio-culturais. Já a segunda, embora de menor grandeza, também promoveu certa mobilização centrada na cidade do Rio Grande. Além disso, a própria conjuntura do momento, carregada de transformações, também colocava a necessidade do entendimento do devir histórico como uma pauta fundamental para uma melhor compreensão dos tempos pretéritos e presentes. O mundo passava pelo período do entre-guerras, uma das mais agitadas fases da evolução da humanidade, quando o prenúncio de uma nova conflagração mundial era latente. O Brasil vivenciava os efeitos da Revolução de 1930, do movimento constitucionalista de 1932 e da intentona comunista de 1935, num caminho sem volta em direção à implantação da ditadura estado-novista. Já o Rio Grande do Sul assistira à formação de uma frente única, com a aproximação entre as forças governistas e oposicionistas, inimigas fígadas desde a formação da república, unidas por questões circunstanciais na Aliança Liberal que, após o apelo às armas, levaria segmentos políticos rio-grandenses ao poder na esfera federal, com o início da chamada Era Vargas, revelando-se em seguida quão tênue fora tal coligação, voltando a ocorrer as tradicionais divisões ideológico-partidárias no contexto sulino. Assim, esse segundo lustro dos anos trinta constituiu uma época de colocação em evidência e até revalorização da intelectualidade ligada às lides históricas e, nesse quadro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), como mais importante instituição que congregava os historiadores de então, teve papel central.

Em meio a tal turbilhão, os historiadores gaúchos e o IHGRGS tiveram também de lançar seu olhar, manifestar sua preocupação e promover uma mobilização em torno da preservação do patrimônio histórico sul-rio-grandense, agindo em defesa do mais antigo templo do Rio Grande do Sul, ainda remanescente dos primeiros tempos da colonização lusa, a matriz de São Pedro da cidade do Rio Grande. E essa não foi uma fácil empreitada, uma vez que no seio da comunidade rio-grandina havia segmentos completamente convencidos da idéia de derrubar a velha igreja, substituindo-a por uma maior, mais suntuosa e que promovesse mais intensa ostentação. Diante de tal tendência se desenvolveria uma outra, plenamente antagonica, voltada à preservação da tradição e da memória e à defesa do patrimônio histórico representado pelo templo. O embate entre as duas frentes foi um verdadeiro microcosmo em meio àquele universo de acontecimentos, mas, nem por isso deixou de ter relevância e também prendeu a atenção de significativa parte da intelectualidade gaúcha de então, mormente os historiadores que teriam participação decisiva nos destinos da tradicional igreja rio-grandina.

A idéia de derruir a velha matriz, alocando uma nova em seu lugar não era uma novidade. A igreja de São Pedro fora erguida nos tempos coloniais, em 1755 e, durante muito tempo constituiu verdadeiro núcleo irradiador em relação ao povoado rio-grandino, sendo à época denominada

¹Professor da FURG. Doutor em História – PUCRS. Pós-doutorado junto ao ICES – Portugal. Membro correspondente do IHGRGS.

de catedral, tendo em vista sua magnitude em relação às demais habitações daquela novel colônia ainda em estágio incipiente de evolução urbana. Ela também sofreria com os revezes da invasão espanhola (1763-1776), quando o sítio urbano praticamente definhou, e seria um verdadeiro símbolo da reconquista e consolidação do Rio Grande do Sul português. Mais do que um edifício destinado às lides religiosas, a matriz era o mais importante ponto de convergência entre os habitantes, lugar de desenvolvimento de suas vivências e de promover a sociabilidade. A partir do século XIX, a vila do Rio Grande, elevada à cidade em 1835, viria a transformar-se no mais importante entreposto comercial sul-rio-grandense. Os crescimentos demográfico, urbano e econômico viriam a trazer consigo uma forte intenção de remodelar a urbe, aformoseando-a e buscando demonstrar que ela contava com os bafejos da civilização, de acordo com os padrões de então. Tal tendência levaria a uma constante tentativa de remodelação e renovação urbana e, nesse contexto, começariam a surgir várias propostas de erguimento de uma nova matriz.

Dessa forma, desde os anos quarenta do século XIX, de forma praticamente incessante e consecutiva, a Câmara Municipal solicitava apoio para promover a substituição do prédio da igreja de São Pedro. Ao longo daquela centúria e nas primeiras décadas da seguinte houve a formação de várias comissões, doação de terreno, inauguração de pedra fundamental, arrecadação de verbas e uma série de outras atividades, visando derrubar o antigo templo, abrindo lugar para um maior e mais vistoso. Já no século XX, a idéia da nova matriz ganhou ainda mais força, até porque a cidade evoluíra e, além de sua relevância comercial, passara também a despontar como importante centro industrial. Diante dessa nova onda de progresso, tornou-se ainda mais ardoroso o pensamento de que a cidade precisava de uma nova igreja matriz que substituisse a de São Pedro que estaria, segundo tal concepção, defasada e menoscaba em relação às potencialidades citadinas. Embora a proposta fosse antiga, já tendo quase um século de existência, a força que ganhou na década de 1930 parecia demonstrar que finalmente o plano se tornaria realidade, constituindo tal época naquela que maior risco correu o velho templo. Diante de tal avassalador entusiasmo das tendências progressistas, aos poucos se levantaria um movimento de reação, visando à preservação da mais antiga igreja gaúcha.

Seria então promovido um verdadeiro embate cujo tema básico era, de um lado, a edificação de uma nova igreja, mais vistosa e afeita aos novos tempos de progresso, e, de outro, a preservação da antiga matriz, levando em conta o que ela representava para a comunidade municipal e estadual e até nacional e mundial. A discussão em torno do assunto constituía o reflexo material e ideológico da oposição entre a perspectiva da modernização que, muitas vezes, de forma desenfreada e impensada, pregava o rompimento com o passado considerado anacrônico, e a tradição histórica, que levava em consideração o registro e a manutenção das vivências históricas de uma sociedade e seu papel junto às gerações do porvir². Foram diversos os jornalistas, intelectuais e “homens de letras” de variadas formações, com amplo destaque aos historiadores – até porque à época eram muito tênues as fronteiras que separavam os representantes da intelectualidade em segmentos muito específicos do conhecimento – que opinaram no acalorado debate que envolvia o tema em torno do derruir da velha matriz e da edificação de um novo templo.

Dentre as várias manifestações contrárias a que se derrubasse a antiga matriz, uma das primeiras que geraria verdadeira mobilização no seio da intelectualidade gaúcha partiria da Biblioteca Rio-Grandense, uma das mais importantes instituições culturais sulinas de então, a qual soli-

²ALVES, Francisco das Neves. *Uma igreja, uma comunidade: os 250 anos de história da catedral de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2005. p. 76.

citaria o apoio do IHGRGS na avaliação do tema que tanta controvérsia vinha promovendo entre as duas tendências que à época ganhavam corpo. A recepção à correspondência da biblioteca rio-grandina geraria os primeiros comentários do IHGRGS em relação ao debate, como demarcava sua ata de 30 de abril de 1935, acusando o recebimento de um ofício de autoria de Abeillard Barreto e Cândido R. Teixeira, presidente e secretário da Biblioteca Rio-Grandense. Informava tal correspondência que a velha igreja matriz da cidade, cuja construção datava de 1755, estava ameaçada de demolição ou remodelação, segundo o plano de urbanização da cidade, diante do que era solicitado o parecer do Instituto, a esse respeito³.

Perante a questão, o presidente do IHGRGS fez algumas considerações sobre o assunto, discordando da demolição do velho templo. Já Alcides Maia, ao abrir os debates afirmava ser colhido de surpresa com a leitura do expediente, porém que o tema já era conhecido e largamente debatido e defendia que não havia motivos, por mais fortes que fossem, que autorizassem a demolição do templo, apontado como um glorioso padrão da energia civilizadora gaúcha, acrescentando que protestava desde aquele momento contra a pretendida demolição. Outros membros do IHGRGS também fizeram uso da palavra, havendo inclusive a referência de que a própria instituição já tomara atitude semelhante ao tratar-se da demolição de uma igreja baiana, protestando contra tal ato, bem como enviando enérgica correspondência ao intendente da localidade rio-grandense de São Luiz por motivo de estarem sendo aproveitadas as pedras das ruínas de São Miguel das Missões nos cordões das calçadas daquela vila. Encerrados os debates, decidiu-se que o assunto seria deliberado a partir de parecer a ser elaborado por Alcides Maia⁴.

Poucos dias depois, a 2 de maio de 1935, reuniram-se os membros do IHGRGS para que fosse submetido o relatório de Alcides Maia. Foi apresentado um breve histórico sobre o tema e, após a leitura do parecer, ele foi debatido pelos presentes que o apoiaram e aprovaram de forma unânime⁵. O responsável pela lavra do parecer, Alcides de Castilhos Maia (1878-1944), historiador nascido em São Gabriel, era também romancista, crítico, contista, ensaísta, jornalista e conferencista. Foi funcionário do Museu Júlio de Castilhos, deputado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Como jornalista, dirigiu em Porto Alegre *A República*, o *Jornal da Manhã* e *A Federação* e colaborou na imprensa gaúcha e carioca. Além do IHGRGS, pertenceu à Academia Rio-Grandense de Letras, à Academia de Letras do Rio Grande do Sul e à Academia Brasileira de Letras. Dentre suas obras, pode-se destacar: *Pelo futuro*, *O Rio Grande independente*, *Ruínas vivas*, *Aspectos do Rio Grande do Sul*, *Tapera*, *Machado de Assis*, *Crônicas e ensaios*, *Alma bárbara*, *O gaúcho na lenda e na história* e *Romantismo e naturalismo*⁶.

Amplamente favorável à causa da preservação do antigo templo rio-grandino, o parecer de Alcides Maia esclarecia que a consulta feita ao IHGRGS pela Diretoria da Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, era de molde a versado ser, ainda uma vez, em seu plenário, um assunto de interesse espiritual coletivo sobre o qual já havia sido firmada doutrina, em anteriores sessões. Citava o parecerista que, quando foi, verbi gratia, de congênere consulta, sobre a demoli-

³IHGRGS – Ata da 12ª sessão de assembléia geral. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1935. IV trimestre; ano XV. p. 316-317.

⁴IHGRGS – Ata da 12ª sessão de assembléia geral. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1935. IV trimestre; ano XV. p. 317.

⁵IHGRGS – Ata da 22ª sessão ordinária. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1935. IV trimestre; ano XV. p. 318-319.

⁶Dados biográficos obtidos a partir de: MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, IEL, 1978. p. 337.; VILLAS-BÔAS, Pedro. Notas de bibliografia sul-rio-grandense. Porto Alegre: IEL, A Nação, 1974. p. 307.

ção de uma tradicional igreja na cidade de Salvador, na Bahia, o Instituto, fiel ao espírito que lhe presidira a fundação, aconselhara, como artigo seu, precípua, de programa, a conservação dos monumentos históricos, de qualquer ordem, sempre que o permitissem as circunstâncias locais, tecnicamente estudadas, bem como resguardar de atentados possíveis e de um urbanismo às vezes extemporâneo ou descabido às relíquias do passado brasileiro, como uma atitude que constituía obrigação primária do IHGRGS⁷.

Alcides Maia lamentava que ainda não se elaborara nessa matéria nenhum corpo de posturas municipais referentes a demolições, por motivos de urbanização, de prédios, leigos ou religiosos, incorporados à história da nacionalidade, nem havia, de outra parte, princípios ou normas adotadas para tal fim pelos estados ou pela União. Nesse sentido, explanava que, enquanto semelhante assunto não ficasse oficialmente resolvido, o IHGRGS deveria limitar a sua influência ao conselho de seguirem todos os interessados, em municípios ou localidades quaisquer, os ditames cívicos relativos ao equilíbrio entre ponderáveis, mas ocasionais, necessidades de progresso urbano e a conveniência permanente de manter-se, legando às pósteras gerações, os monumentos, os marcos, as relíquias e todos os sinais expressivos do passado. Esclarecia ainda que a construção da igreja matriz de São Pedro datava de 1755, apontada como uma época de alicerce sociológico entre os gaúchos, de forma que o IHGRGS, interpretando o ânimo cívico dos rio-grandenses, inclinado por índole e por educação ao culto do passado, e obedecendo a um imperativo ideal de seu regimento, não poderia esquivar-se a um protesto categórico contra a demolição ou remodelação total daquele templo. Qualificava a igreja como um marco da fé religiosa, a cuja sombra as esforçadas gerações de antanho, em memoráveis lides de guerra e em fecundas jornadas de trabalho incessante, souberam dar um testemunho decisivo da consciência do povo. Finalmente, o relator concluía que o templo deveria continuar a ser semelhante padrão da história sul-rio-grandense, conveniente e fielmente reparado, como um elo vivo entre as glórias pretéritas e as aspirações de nacionalidade cônica de si própria⁸.

O parecer da lavra de Alcides Maia encontrou forte acolhida no seio da intelectualidade rio-grandense, sendo qualificado como um texto redigido à pena de ouro e que fora aprovado unanimemente por outros membros do IHGRGS – Leonardo Macedônia, Eduardo Duarte, Othelo Rosa, Adroaldo Mesquita, Manoel Duarte, Afonso Guerreiro Lima e Gastón Hasslocher Mazon, apontados como rutilantes espíritos⁹. A partir de então, aquele breve relato de Alcides Maia, referendado pelo conjunto de seus pares no Instituto, teria estrondosa repercussão, vindo,

⁷Citado por: BARRETO, Abeillard. Tradição que se apaga. In: O TEMPO. Rio Grande, 17 de maio de 1936. Ano XXX, n. 137, p. 1.

⁸Citado por: BARRETO. p. 1.

⁹BARRETO. p. 1. Tanto o parecerista quanto seus pares que corroboravam com a tese manifestavam-se em nome do IHGRGS, contando, portanto, com reconhecimento no meio intelectual e até no contexto da comunidade rio-grandense-do-sul de então.

- Leonardo Macedônia Franco e Souza (1872-1947) – jurista e historiador; bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, promotor público, procurador da República no Paraná, advogado em Porto Alegre, secretário, professor e diretor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, desembargador do Supremo Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul; pertenceu ao Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

- Eduardo Mafrá Duarte (1874-1962) – médico, historiador e biógrafo; diretor do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, diretor do Departamento de História do Museu do Estado.

- Othelo Rosa (1889-1956) – poeta, novelista, conferencista, historiador e biógrafo; conselheiro municipal, redator do Taquariense, promotor público em Taquari, secretário particular de Borges de Medeiros, subprocurador geral do Estado do Rio Grande do Sul, juiz municipal em Santa Cruz do Sul, professor da Escola Normal de Porto Alegre, deputado à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul, diretor de A Federação e do Jornal da Noite, secretário da Educação do Rio Grande do Sul, oficial do registro especial em Porto Alegre; pertenceu à Comissão Gaúcha de Folclore, à Academia Rio-Grandense de Letras e à Academia de Letras do Rio Grande do Sul.

inclusive, a ser citado e referenciado de forma contínua e recorrente por aqueles que defendiam a causa da manutenção da matriz de São Pedro. Foram muitos os historiadores que se manifestaram em variados órgãos de comunicação, com textos que alimentaram o debate sobre o derruir ou não do templo. Tais escritores representavam tanto o contexto regional quanto o do centro do país, demonstrando que a discussão em pauta ultrapassara até mesmo as fronteiras sul-rio-grandenses. Dentre tantos, podem ser citados os artigos de Fernando Luís Osório, Antenor de Oliveira Monteiro, Abeillard Barreto e Estragnolle Doria.

Fernando Luís Osório (1886-1947), natural da cidade gaúcha de Pelotas, era Bacharel em Direito, atuando também como sociólogo, musicista, ensaísta, romancista, historiador e biógrafo. Osório bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (1910), atuando como advogado em sua cidade natal, catedrático de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito de Pelotas, foi ainda fundador e diretor da Academia de Comércio da mesma cidade, professor do Ginásio Pelotense, diretor da Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, presidente da Biblioteca Pública Pelotense, membro da Academia Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Dentre as obras do autor, destacam-se *História do General Osório*, *Tiro Brasileiro*, *O espírito das Armas Brasileiras*, *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*, *Sociogênese da Pampa Brasileira*, *Traços eternos do Rio Grande*, *Gigante que cresce*, *Legenda dos Dragões*, *Alencar e o gênio da raça*, *Legenda continentina*, *Um gaúcho brasileiro*, *Fogo morto*, *O encanto dos salões*, *Duas glórias da América*, *Flama garibaldina*, *A balança e o crucifixo*, *A Ciência da Justiça: problemas do Novo Direito*, *A Guerra dos Farrapos*, *Mulheres farroupilhas*, *A graça e o lirismo heróico dos farrapos*, *Os supremos objetivos de 1835*, *A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos*, *A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos*, *A epopéia dos fronteiros*, *O rincão de Pelotas*, *Sangue e Alma do Rio Grande*, *A formação dos Dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande do Sul*, *A trincheira de Castilhos*, *A Guerra Guaranítica e O destino do Rio Grande e seu patriarca*¹⁰.

Contando com o reconhecimento como representante da intelectualidade de acordo com os padrões de sua época, atuando e se apresentando como membro IHGRGS e tendo dedicado seus escritos a abordarem temas variados da formação histórica rio-grandense-do-sul, Fernando Luís Osório publicaria um artigo no qual defenderia peremptoriamente a manutenção do antigo templo gaúcho¹¹. Segundo o escritor, o projeto de destruir a velha matriz da cidade do Rio Grande

- Adroaldo Mesquita da Costa (1894-1985) – historiador, jurista, advogado e professor; bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, promotor público em Taquari e Porto Alegre, professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado federal em várias legislaturas, ministro da Justiça, Secretário da Educação do Rio Grande do Sul, Vereador em Taquari, Procurador Geral do Rio Grande do Sul, procurador geral da República; pertenceu ao Conselho Consultivo da Universidade de Brasília, ao Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e ao Instituto Brasileiro de Direito Social.

- Manoel de Sousa Duarte (1884-1957) – advogado, político, contista, ensaísta, genealogista, sociólogo, jornalista e historiador; bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, redator de O Debate de Porto Alegre, advogado em Porto Alegre e Vacaria, intendente municipal de São Sepé e Vacaria, deputado federal pelo Rio Grande do Sul; pertenceu à Academia de Letras do Rio Grande do Sul e ao Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

- Afonso Guerreiro Lima (1870-1959) – professor, historiador e autor didático; lecionou em Porto Alegre desde 1890, aposentando-se pelo Instituto de Educação desta cidade; diretor de Instrução Pública do Rio Grande do Sul e do Anuário Indicador do Rio Grande do Sul; pertenceu à Sociedade Ensaio Literários e à Sociedade Rio-Grandense de Educação.

- Gaston Hasslocher Mazon (1886-1950) – jornalista, cronista e memorialista; repórter do Correio do Povo, redator de A Federação, inspetor federal de navegação; pertenceu à Academia Sul-Rio-Grandense de Letras.

Dados obtidos a partir de: MARTINS, p. 160-161, 190-192, 311-312, 327, 356 e 504-505; VILLAS-BÔAS, p. 171-174, 308 e 444-446.

¹⁰Dados biográficos obtidos a partir de: MARTINS, p. 413-414; VILLAS-BÔAS, p. 354-356; e ALVES, Francisco das Neves. O mito do dragão gaúcho. Rio Grande: FURG, 2004. p. 52-53.

¹¹OSÓRIO, Fernando Luís. A matriz do Rio Grande – porque destruí-la? In: O TEMPO. Rio Grande, 6 de maio de 1936. Ano XXX, n. 128. p. 1.

era um sacrilégio de leso-civismo, que não poderia ocorrer bem às vésperas da celebração do centenário da fundação do Rio Grande do Sul, pois ela fora concluída em 1755 e representava, com a igreja de Viamão, os únicos monumentos que evocavam os primeiros passos da história da gleba gaúcha. Na concepção do historiador, aquele abrigo moral e religioso guardava dentro de suas paredes a alegria e as lágrimas dos que primeiro lutaram para a formação do Brasil do Sul, motivo de orgulho para os rio-grandenses.

Osório explicava que a matriz fora construída quase contemporaneamente à fundação do Rio Grande e era o templo mais antigo do estado. Salientava que tal prédio funcionara como hospital durante a invasão espanhola, além de ter ocorrido o enterramento do governador Veiga Cabral, o batismo do almirante Tamandaré e referia-se também a uma possível transladação dos restos mortais de Cristóvão Pereira de Abreu, um dos pioneiros no processo de colonização gaúcha. Destacava também que houvera uma série de históricos eventos ligados ao templo, diante do que afirmava com ironia, que destruí-lo seria boa maneira de comemorar o centenário, que se avizinhava da fundação do Rio Grande. O autor realizou breve histórico das primeiras ermidas erguidas durante os primórdios da povoação do Rio Grande até que se chegasse à edificação da matriz de São Pedro, enfatizando a perspectiva de sua relevância histórica, diante do que fazia referência a um grupo numeroso que se opunha à idéia de destruir tão venerável relíquia. Como a maior parte dos escritores que trataram do assunto, Fernando Osório citava a solicitação realizada por Abeillard Barreto, de parte Biblioteca Rio-Grandense, para a realização de um parecer do IHGRGS acerca do tema, afirmando que tal ato já havia sido providenciado, tendo Alcides Maia protestado contra a projetada demolição e exclamava que era àquele clamor que ele vinha juntar a sua voz.

De acordo com o escritor pelotense, poderia até haver uma possível conciliação entre as duas tendências que então ocupavam as atenções da comuna portuária, com a possibilidade de haver um lugar para uma nova igreja que viesse a satisfazer os interesses dos empreendedores da obra, desde que se conservasse a velha matriz. Assim, segundo ele, a combinação das duas idéias poderia satisfazer tanto as razões estéticas quanto os ideais conservacionistas. Mas a convicção do autor ficava expressa na defesa da preservação do velho templo, pois, além de citar as manifestações de Abeillard Barreto, o fez também em relação aos escritos de Antenor de Oliveira Monteiro, outros dois defensores da manutenção do prédio. Osório ainda expressava sua tese, ao afirmar que a igreja de São Pedro tinha modesta imponência, era moralmente bela, não era um edifício que envergonhasse os rio-grandinos e que poderia ser reparado das injúrias daninhas do tempo. Finalmente perguntava qual a razão para que se permitisse a injúria maior de fazer desaparecer o único monumento que se erguera ao surgir a gleba gaúcha e que era precioso marco da evolução rio-grandense. Também questionava qual seria o motivo de divergir-se de outros povos que nutriam amor à tradição, conservando e venerando os seus velhos monumentos. E concluía, afirmando que só deveria haver uma coisa a ser destruída, em toda a parte, que era a imoderação dos iconoclastas, uma vez que, na sua concepção, o verdadeiro homem do progresso deveria ser amigo do passado.

Anteio era o pseudônimo de outro dos defensores da conservação da velha matriz. O rio-grandino Antenor de Oliveira Monteiro (1872-1948) se auto-definia como um “amador” da história. Representando um tipo de intelectual de sua época, Monteiro atuou como escritor nas mais variadas frentes, como no jornalismo, tendo sido redator tanto do *Tempo*, como do *Rio Grande*, de sua cidade natal, onde manteve uma seção permanente denominada *Rebuscos*, a qual até hoje

é referenciada como importante manancial de informações históricas. Foi também musicista, teatrólogo e compositor, atuando como professor de música no Rio Grande, lecionando inclusive no Ginásio Municipal Lemos Júnior, escola considerada, por muito tempo, como modelo educacional da época. Além de suas matérias jornalísticas, escreveu ensaios, memórias, crônicas, músicas, operetas, fantasias, dramas e comédias¹². Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, publicou o trabalho *Apontamentos sobre Mendanha e o Hino de 35 e Os homens do Segundo Vilamento da Cidade do Rio Grande*. Outros de seus escritos permaneceram inéditos em termos editoriais e encontram-se nos arquivos da Biblioteca Rio-Grandense, tais como *Notas biográficas do Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa – Barão de Caçapava, Efemérides da Cidade do Rio Grande do Sul – de 1502 a 1937 e Ruas da cidade do Rio Grande de acordo com a planta da mesma no ano de 1947*, obra praticamente única ao historiar os logradouros da urbe portuária¹³.

Antenor Monteiro publicou por muito tempo junto à imprensa rio-grandina matérias alusivas ao resgate da história cidadina e, bem à época do fulcro do debate entre os propugnadores da derrubada da matriz de São Pedro e os defensores do templo, ele publicaria artigos em prol da preservação da igreja. Num deles¹⁴, o escritor esclarecia que acrescentava naquele número um novo rebusco sobre a veneranda relíquia que, ao nascer daquele torrão gaúcho, erguera a cruz no alto de sua torre, pedindo a proteção de Deus para aquela gente que lutara contra o inimigo e contra a natureza ingrata, tudo lhe negando, e que, não fora a fé, teria desanimado. Diante de tal relevância, considerava que a idéia de se querer demolir o templo, consistia um impensado ato de profanação e leso-patriotismo e manifestava a esperança que tal procedimento não se consumasse. Anterior tinha a convicção de que o poder público deveria intervir na questão da preservação da igreja. Segundo ele, o governo do estado estaria no dever de sair em auxílio da conservação do histórico templo, além do que, das verbas que a prefeitura dispunha para solenizar o segundo centenário da fundação da cidade, nenhuma seria melhor aplicada que aquela que o fosse nos reparos de que carecia a vetusta igreja. Explicava ainda que o ato da prefeitura que isso determinasse não poderia ser interpretado como sectarismo religioso, já que não seria a conservação do templo religioso e sim do templo histórico que se estaria a visar. Após expressar suas opiniões, o escritor passava a descrever o processo histórico de tentativa de ereção de um novo templo, desde a década de 1840.

Ainda em seus *Rebuscos*, Antenor de Oliveira Monteiro destacava o processo de construção das primeiras fortificações nas terras sulinas, acompanhadas também dos templos originais, todos pouco resistentes à ação do tempo. Explicava os passos originais no erguimento da igreja de São Pedro, graças à ação de Gomes Freire de Andrada, além de fazer referência à vila e ao templo, à época da invasão espanhola. Buscando demonstrar a relevância da igreja, citava que todos os que escreveram sobre a vila do Rio Grande, faziam referências à ela e explanava que a matriz de São Pedro pela imponência que, para a época, apresentava, era denominada catedral. Relatava também que fora no derredor do templo que se fora aninhando a vila no seu primitivismo e que fora dentro de suas veneráveis paredes que se enchiam de coragem aqueles que marchavam para a conquista do território cobiçado por outros, e os que ficavam, erguiam suas preces pela salvação dos que partiam e pela vitória da causa.

¹²Dados biográficos obtidos a partir de: MARTINS, p. 374.; e VILLAS-BÔAS, p. 323.

¹³ALVES, Francisco das Neves. Breve estudo de alguns dos escritos de Antenor de Oliveira Monteiro. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 89-98.

¹⁴MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Rebuscos – coisas e fatos da cidade – matriz de São Pedro*. In: O TEMPO. Rio Grande, 13 de maio de 1936. Ano XXX, n. 134. p. 1.; e O TEMPO. Rio Grande, 3 de junho de 1936. Ano XXX, n. 152. p. 1.

O autor apresentava um texto eivado de muitas das premissas que demarcavam a historiografia da época, caso de uma visão heroizante e romântica da história. Afirmava que fora naquela matriz que os heróis rio-grandenses receberam o batismo e ela guardava em seu seio, desde a escada de granito até o sagrado altar, e mesmo contornando-a pela rua, os ossos daqueles que trabalharam e lutaram pelo progresso gaúcho, fossem nobres ou plebeus, todos merecedores de veneração pelo muito que fizeram pelo rincão rio-grandense, lembrando, assim, o axioma da “democracia sul-rio-grandense”, outra premissa historiográfica de então. Referindo-se à perenidade do prédio da igreja, destacava que ele suportara o chicotear das areias que por vezes o avassalavam e sofrera as injúrias do tempo e dos inimigos. Ainda sobre a historicidade do templo, explanava que a matriz assistira as primitivas casinhas de pau a pique e barro, serem substituídas pela imponência das modernas edificações, bem como ela, pelos dobres de seus sinos, chorara a invasão do inimigo e, alegres, eles tilintaram nos dias de glória e saudaram a independência nacional.

Para Anteiro, aquele templo era o que restara aos rio-grandenses de um passado que já ia tão longe, de maneira que só ele, no rincão gaúcho, falava do passado, de forma que, negar que a matriz de São Pedro tivesse valor histórico seria o mesmo que negar a luz do sol, ou ainda que consistiria ter olhos e não enxergar. Explanava que, por toda a Europa, se encontravam ruínas conservadas com carinho, caso da Alemanha, que guardava e respeitava as ruínas do tempo dos romanos, ao passo que, em Paris, havia um edifício que sofrera um desvio no seu alinhamento, para não sacrificar uma árvore que fora plantada por Victor Hugo. Diante disso, afirmava que igreja rio-grandina não era uma simples ruína atestadora do passar dos séculos e sim constituía um livro da história rio-grandense-do-sul, tal qual um verdadeiro símbolo. Referindo-se ao debate então em pauta, Antenor de Oliveira Monteiro destacava que não importava que vozes isoladas negassem valor histórico ao velho templo, desafinando do coro daqueles que glorificavam o passado e amavam a tradição e concluía expressando a opinião que aqueles que defendiam a conservação do quase bicentenário templo, estavam com as leis recentemente decretadas e tinham consigo a opinião mais autorizada no assunto, que seria a do IHGRGS.

Outro historiador contrário ao derruir da matriz de São Pedro foi Abeillard Barreto, cujas manifestações representavam a posição da própria Biblioteca Rio-Grandense. Abeillard Vaz Dias Barreto (1908-1983) empreendeu uma das mais notáveis obras acerca da formação histórica sul-rio-grandense. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, Barreto dedicou-se com extremo zelo à coleta de fontes históricas, com as quais montou um arsenal de fontes imensurável sobre a história gaúcha. Esse amplo manancial de documentos foi doado à Biblioteca Rio-Grandense, instituição cultural para a qual o escritor dedicou especial atenção ao longo de sua vida, presidindo-a por treze anos, nos quais a mesma foi aprimorada e remodelada. O historiador pertenceu aos Institutos Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Brasileiro, e do Uruguai e ao Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos¹⁵. Dentre sua produção intelectual, destaca-se o clássico *Bibliografia Sul-Rio-Grandense*, obra sem precedentes no levantamento de dados acerca dos cronistas/escritores que em seus trabalhos fizeram referências ao Rio Grande do Sul. Além dessa, publicou *Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul*, *A ocupação espanhola no Rio Grande de São Pedro*, *A expulsão dos espanhóis do Rio Grande de São Pedro*, *A expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro*, *Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil*, *A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento*, *A Colônia do Sacramento: aspectos náuticos da fundação e defesa*, *As primeiras investigações científicas no Rio*

¹⁵Dados biográficos obtidos a partir de: MARTINS, p. 68.; e VILLAS-BÔAS, p. 52.13

*Grande do Sul, Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul e as obras póstumas, O Rio Grande de São Pedro e Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*¹⁶.

A respeito da antiga igreja rio-grandina, Abeillard Barreto publicou artigo¹⁷ no qual defendia a tese de que havia em torno da já tão debatida questão da matriz de São Pedro, dois aspectos muito interessantes, para os quais era necessário olhar com inteira isenção de ânimo. Explicava que o primeiro fator era de cunho histórico e tradicional, o qual não seria passível, como queriam alguns, de ser relegado a plano secundário, uma vez que os monumentos do passado não valiam só pelo que possuíam de arquitetônico e sim pelo seu significado em termos de tradição. Diante de tal asserção, o autor traçava um breve histórico acerca do templo, destacando que o mesmo fora mandado erigir por Gomes Freire de Andrada, quando de sua estada no sul, obedecendo ao plano de política colonial lusitana, segunda a qual aos colonizadores não deveria faltar o pasto espiritual e sacramentos. Expunha, nesse sentido, que estava intrinsecamente ligada aos brasileiros e mais ainda aos rio-grandenses, a conservação de tal patrimônio, pois, não tivesse sido dada a assistência espiritual que os primeiros casais açorianos pleiteavam e não deveria haver dúvida que o Rio Grande poderia ter deixado de fazer parte do Brasil. Assim, explicitava que a matriz de São Pedro representava o elo que unira a parte ao todo, constituindo o fator máximo de congregação e que fixara o elemento adventício, do qual se exigia professasse a religião católica romana.

De acordo com Barreto, não havia na cidade, e mesmo no estado, um marco tão indelével da formação sociológica rio-grandense, uma vez que, como em toda a parte, a igreja fora um centro de irradiação e, em seu redor, se levantaram os primeiros prédios de alvenaria e nas suas imediações, começara o Rio Grande a ter vida. Fazia referência também à invasão hispânica, afirmando que, ao espírito construtor do português, sucedera a fúria destruidora dos espanhóis, com D. Pedro de Ceballos à frente, momento no qual foram talados os campos, espalhadas a fome e a miséria, numa reencarnação de Átila e de seus sequazes, que se assenhoraram do Rio Grande, então já elevado à categoria de vila. Explicava que tais haviam sido as depredações cometidas e o abandono ao qual fora entregue a administração, que quinze anos passados, expulsos os invasores, retornava o Rio Grande à simples condição de povoação. Ainda assim, esclarecia que, no meio de tanta calamidade, uma coisa se erguia ainda incólume, majestosa na sua fé de que o Rio Grande voltaria a ser português, ou seja, a matriz de São Pedro, em cujo frontispício se lia a inscrição a demonstrar a precedência da posse lusa.

Dando destaque ao papel social desempenhado pelo templo, o historiador rio-grandino afirmava que, restaurado o Rio Grande, novamente iria exercer a igreja o seu duplo papel, quando os sinos de seu campanário se agitavam para congregar os fiéis, que eram a totalidade da população, e tocavam para chamar os homens a postos, prevenindo um novo ataque, reunindo, assim, em torno de si, a massa anônima que plasmara o caráter do povo gaúcho, considerado como ativo, nobre e independente. Explanava também sobre os progressos da urbe, que seria efetivada como vila e adquiriria, alguns anos depois, foros de cidade, assim como destacava determinados testemunhos de viajantes estrangeiros que passaram pelas terras sulinas, uma de suas maiores especialidades no que tange ao campo de estudo e pesquisa histórica. Referenciava desse modo a visita de diversos cronistas, como em 1797, quando Bettamio compusera seu relatório e, no mesmo ano, Simple Lisle anotara que a catedral apresentava-se belamente e em torno dela havia edifícios de-

¹⁶ALVES, Francisco das Neves. Abeillard Barreto e a imprensa gaúcha: uma introdução ao tema. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p.75-88.

¹⁷BARRETO, p. 1.

centes, ou ainda, mais tarde, em 1809, Luccock descrevera a catedral como um edifício gracioso, a despeito da monotonia de linhas internas e externas, e, onze anos mais tarde, caberia a vez a Saint Hilaire de citar a matriz, além de, em 1823, Antônio José Gonçalves Chaves, que, na sua *Quinta memória ecônomo-política*, atestava ser um templo respeitável.

O escritor alinhava tais testemunhos como justificativas do segundo aspecto que pretendia defender no que tange à forma pela qual deveria ser encarada a demolição do templo, esclarecendo que seria curial que as autoridades eclesiásticas da época – que resolveram *ex-cátedra* pelo derruir do prédio histórico – deveriam ter a intenção de fazer obra duradoura, de vez que a igreja não era para se estar reconstruindo decenalmente. Diante disso, argumentava que, se assim o fosse, um século antes, ela era considerada “bela”, “graciosa” e “respeitável”, e seria bem provável que o novo templo que viria a ser edificado, dentro de cinquenta anos, também viesse a ser considerado feio, velho e acanhado. Diante de tal dedução, questionava a validade da construção da nova matriz, valendo-se da premissa pela qual se poderia replantar uma árvore em substituição de outra que fora abatida, mas ninguém teria o poder de lhe dar as décadas ou os séculos que ela já vivera.

Abeillard Barreto justificativa seus motivos para entrar naquele debate, esclarecendo que devia aos seus amigos aquele auxílio no bom combate, uma vez que, chamado à liça por mais de uma vez, esquivara-se, crente de que o atentado não seria consumado, por estar condenado pela razão, entretanto, ao saber de que em reunião levada a efeito, ficara definitivamente resolvido o arrasamento total daquele que era o mais caro padrão de glória e de valor, não lhe fora possível sufocar por mais tempo o ímpeto de seu protesto formal a tão desesperada iniciativa. Explicava que incorreria em falta grave, aliás, se assim não procedesse, já que, como presidente da Biblioteca Rio-Grandense a quem cabia proteger os objetos de interesse histórico do país, segundo a própria lei federal que a amparou, ele não poderia deixar passar em julgado matéria de tal relevância, sem opor as restrições necessárias. O escritor buscava amparar a sua opinião, de modo que julgara de bom alvitre solicitar ao IHGRGS, apontado como a mais alta autoridade na matéria, um parecer a respeito, que tinha certeza que viria a coincidir com a sua forma de pensar¹⁸. Nesse sentido, o relatório de Alcides Maia foi incorporado ao texto de Barreto, que não se limitou apenas a citá-lo, como também transcreveu o documento na íntegra.

As discussões em torno da matriz de São Pedro ultrapassariam os limites gaúchos e o tema chegaria a ser tratado por intelectuais de fora do contexto rio-grandense, caso de Escragnolle Doria que escreveria breve ensaio deixando evidenciada sua posição em defesa da manutenção do templo. O escritor carioca Luiz Gastão Escragnolle Doria (1869-1948) foi advogado, arquivista, historiador, tradutor, jornalista, biógrafo, ensaísta e literato. Atuou também como professor em várias instituições educacionais, caso da docência de História no Colégio Pedro II e pesquisou na Europa a serviço do governo federal, no intento de amealhar documentos concernentes à formação histórica brasileira. Era diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi Diretor do Arquivo Nacional e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto de Bacharéis em Letras, ao Instituto Genealógico de São Paulo, e foi sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Publicou diversos trabalhos junto à imprensa e, dentre seus diversos escritos, pode-se citar: *Dor, Coisas do passado, Da conveniência de um acordo luso-brasileiro, A significação da obra de Anchieta na História do Brasil, Antigos colégios cariocas, A cadeira de História do Colégio Pedro II, A expo-*

¹⁸Trecho adaptado a partir do trabalho apresentado no I Seminário de História e Patrimônio.

*sição de História do Brasil, A história e a anedota: relação entre ambas, e Memória histórica do Colégio de Pedro II*¹⁹.

As asseverações de Escragnolle Doria acerca do debate em torno da questão velha X nova matriz do Rio Grande se originariam de seus próprios contatos com representantes da intelectualidade sul-rio-grandense, advindo a partir de tais relações a elaboração de um artigo²⁰. Primeiramente, o autor criticava as perspectivas dicotômicas e maniqueístas do partidarismo do “sim” e do “não” as quais também vinham ocorrendo na questão da preservação dos monumentos. Segundo ele, na Europa, a conservação e a restauração dos monumentos históricos era objeto de cuidados a partir de estudos de repartições especiais, citando o caso do serviço oficial criado para cuidar de tal tema na França. Indicava que todo país culto deveria possuir uma legislação sobre monumentos históricos e explanava que quando estivera à frente do Arquivo Nacional, apelara junto a quem de direito pela criação do serviço de monumentos históricos. Esclarecia seu intento, destacando que os objetos tanto tradicionais quanto preciosos eram esquecidos, conservando-se por si mesmos, com a graça divina, ou eram mutilados, quando não destruídos, sem dó nem piedade, sob os olhos das autoridades imóveis.

Acerca da necessidade de preservação do patrimônio histórico, o autor referia-se à dilapidação de riquezas patrimoniais nacionais, evadidas para antiqüários e colecionadores no exterior, diante do que ficava aos brasileiros a maldição da indiferença, ato pelo qual o povo poderia tornar-se um réu do civismo. Considerava que o esquecimento das tradições de um país, dos seus feitos, do esforço coletivo das gerações constituía um crime de alta traição, de modo que seria necessário conservar ao lado da história escrita pelos homens, a história feita pela pedra, pela cal, por tudo quanto séculos pretéritos semearam para os vindouros. O escritor carioca esclarecia que alguns estados como Bahia, Pernambuco e Ceará, estariam começando a compreender a necessidade patriótica da tábua rasa do passado nacional, nada incompatível com o presente e com o futuro. Esclarecia que ninguém perspicaz se oporia ao progresso real e útil, mas que não se poderia concordar com a eliminação sistemática do feito, sob qualquer forma, já que não nascia a humanidade de manhã para morrer à noite e sim tinha uma seqüência fatal no tempo e no espaço.

Após uma visão geral sobre os monumentos históricos, de sua conservação e restauração Doria destacava que tal questão estava sendo fortemente debatida no mais meridional dos estados brasileiros, mais especificamente na cidade do Rio Grande. A urbe era por ele mencionada como tendo honras de secular e, como tal, possuía uma velha matriz sob a invocação de São Pedro, e destacava que naquele momento tratava-se na cidade de saber se convinha derribar a matriz, substituindo-a por uma nova, ou se conservá-la, restaurando-a. Enfatizando o papel dos partidários da conservação e da restauração, o escritor referia-se à antiguidade do templo e citava

¹⁹Dados biográficos obtidos a partir de: DORIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Comissão de atualização da memória histórica do Colégio Pedro II, Roberto Bandeira Accioli et al. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997. p. XVII – XXVIII.; e GOULART, Arthur. *Escragnolle Doria*. In: *Capital Paulista – Revista Mensal de Artes e Letras*. série 2, n. 4. São Paulo: Tipografia Andrade, Mello & Cia., 1900. p. 49-52.

²⁰DORIA, Escragnolle. *Monumentos históricos*. In: *O TEMPO*. Rio Grande, 27 de junho de 1936. Ano XXX, n. 172. p. 1.; e *O TEMPO*. Rio Grande, 28 de junho de 1936. Ano XXX, n. 173. p. 1. O trabalho fora publicado originalmente no Rio de Janeiro, mas foi reproduzido junto à imprensa gaúcha, justificando-se assim sua edição: A matriz de São Pedro – Ecoando fora dos limites da nossa cidade, a idéia de destruição da velha matriz de São Pedro tem despertado a crítica e o protesto de vários intelectuais patricios, defensores do que representa o nosso passado histórico. A essa corrente de julgamento patriótico veio se unir, agora, uma opinião das mais autorizadas, a do sr. dr. Escragnolle Doria, ilustre escritor brasileiro, com residência na capital da república. Advogado, professor, homem de letras, autor de valiosas monografias e estudos históricos, crítico respeitado – tais os títulos com que o dr. Escragnolle Doria se apresenta para ajuizar sobre o assunto em apreço (*O TEMPO*. Rio Grande, 27 de junho de 1936. Ano XXX, n. 172. p. 2.).

as primeiras ermidas erguidas no Rio Grande do Sul. Além disso, ele fez várias asserções acerca da política colonial lusa e da rivalidade entre espanhóis e portugueses na região platina, diante do que afirmava que na matriz de São Pedro ficara o atestado epigráfico da vitória final da banda luso-brasileira naquela zona em conflito, através da lápide de mármore – considerado como um amigo de gravar a história – que atestava a posse portuguesa, citando a inscrição no frontispício do prédio.

O historiador fluminense salientava uma particularidade acerca do templo rio-grandino, considerando-a como um aspecto talvez único no Brasil, senão no mundo inteiro, referindo-se à localização da matriz no cenário da Vila do Rio Grande, no qual, dela para diante e mesmo à sua frente, se erguiam altos cômodos de areia, de sobre os quais, divisando o interior do templo, assistiam às solenidades quantos não haviam podido entrar no prédio. Explicava também que, no estado do Rio Grande não faltava a recordação do quanto da matriz de São Pedro disseram viajantes habituados a terras e monumentos e citava alguns dos cronistas anteriormente referenciados por Abeillard Barreto. Esclarecia ainda que o debate em torno da conservação ou da destruição da igreja rio-grandina não se vinha limitando à própria cidade, ultrapassando-a, interessando no estado a tantos quantos não punham barreira ao progresso, mas entendiam que o melhor meio de atestá-lo, quando legítimo, vinha a ser melhorar no presente, preservando o passado para apresentá-lo ao futuro.

O próprio Escagnolle Doria deixava claro que vinha recebendo material acerca do assunto em debate de vários intelectuais rio-grandenses, em particular dos defensores da causa da conservação da matriz. Diante disso, citava àqueles, considerando-os como penas autorizadas que se serviam de argumentos filhos da razão e da história, nomeando alguns deles como os próprios Antenor Monteiro, Abeillard Barreto e Fernando Osório, entre outros. Enaltecia também o papel do IHGRGS que interviera na questão, provocado pela consulta oriunda da Biblioteca Rio-Grandense e fazia referência ao parecer de Alcides Maia. Considerava que naquela época de agitações e incertezas seria fundamental que os brasileiros tivessem a consciência da necessidade de mostrar o que foram para permanecerem tendo condições de continuarem a sê-lo. Explanava ainda que, naquele momento, preparava-se a cidade do Rio Grande para celebrar seu centenário de fundação, diante do que, ironicamente, mencionava que singular seria memorá-lo pondo abaixo o templo, uma muda testemunha dos sucessos do que chamava de gloriosa centúria, destruindo-se o marco da evolução de largo trecho da gleba sul-rio-grandense. Perante tal perspectiva, laconicamente, indicava que se deveria deixar transcorrer a comemoração, mas que, lembrar destruindo, seria uma coisa bem curiosa. A conclusão do escritor era pela busca da harmonia, opinando que deveria haver na cidade do Rio Grande local para a construção de nova matriz, uma vez reparada a antiga, de forma que seria possível a conciliação entre as frentes em debate. Mas, acima de tudo enfatizava a necessidade da conservação, chegando a citar exemplos de destruição de monumentos patrimoniais em alguns lugares do país, considerando-os lugubrememente como uma visão satânica.

Essa mobilização da intelectualidade viria a exercer papel fundamental em relação ao futuro da antiga igreja, ainda mais que, em maio de 1936, foi divulgada a deliberação do bispo quanto à reconstrução da matriz de São Pedro e o próprio pároco da igreja publicou edital convidando os profissionais interessados em tal empreitada a apresentarem suas propostas. Somava-se a essa atitude uma manifestação do prefeito do Rio Grande, com encaminhamento à Câmara Municipal de um amplo projeto de reformas urbanas, dentre as quais constava uma nova matriz. Diante de

tal planificação, que parecia inexorável em suas atitudes, foi que se consolidou aquela significativa reação em defesa do histórico templo. Tais asseverações seriam de vital importância para os destinos da matriz, uma vez que ocorria no Rio Grande um risco que atingia muitas partes do mundo, nas quais a crença exagerada nos paradigmas modernistas da arquitetura e do urbanismo conduzia à demolição de importantes patrimônios²¹.

A resistência promovida pelos historiadores e pelo IHGRGS serviria como um baluarte em defesa do frenesi progressista, baqueando as ações daqueles que desejavam derrubar o templo. A batalha entre tradição histórica e projeto modernizador se estenderia entre o segundo semestre de 1936 e o ano seguinte, com algumas escaramuças e poucos expressivos resultados de parte a parte²². Enquanto os propugnadores do progresso a todo custo pressionavam o poder público municipal para a demolição da velha matriz, os defensores da mesma iam buscar apoio em instâncias superiores²³. Ainda no ano de 1936, começava a se desenvolver no Brasil um processo de valorização oficial e governamental do patrimônio histórico e artístico nacional, havendo inclusive a criação de um serviço específico para tal tema. A partir de então se iniciaria todo um cabedal de regulamentações e legislações que se consolidariam no ano seguinte e que passavam a dar garantias à preservação do patrimônio. A vitória da tradição histórica e do espírito de conservação do velho templo era agora já um caminho sem volta, desencadeando-se as tratativas para a inclusão do templo nos anteparos da lei. Os defensores da idéia da nova matriz ainda esboçariam algumas reações, mas, pouco a pouco, foram arrefecendo suas manifestações. A resistência pela preservação da memória vencera a perspectiva modernizadora e a culminância de tal processo se daria com o tombamento da Igreja matriz de São Pedro, registrado a 17 de maio de 1938²⁴.

Nessa perspectiva, os anos trinta trouxeram em si um momento de inflexão na história do templo rio-grandino. Ele correu grandes riscos, à medida que as tendências remodeladoras manifestas desde o século XIX pareciam encontrar seu ápice. O espírito do progressismo e da modernização urbana inspiravam uma pretensão de romper com o passado e demolir a velha matriz, considerada anacrônica e fora do lugar em relação àquele momento de avanço da cidade portuária. A proposta da nova matriz encontrou resistências que, associadas à tomada de consciência quanto à preservação e ao tombamento do patrimônio histórico e artístico em âmbito nacional, fez valer a supremacia da tradição histórica, com a conservação da antiga igreja. A salvaguarda do patrimônio histórico sobrepujara o espírito de modernização radical e a qualquer custo, de modo que aquele fundamental fragmento da memória coletiva rio-grandense-do-sul seria mantido intacto²⁵, permanecendo como único testemunho ainda remanescente do século XVIII, à época das origens do Rio Grande.

A ação precursora do IHGRGS seria decisiva para que se chegasse a um bom termo diante da intenção de derrubar a matriz de São Pedro, pois, a partir dela, seria formada uma verdadeira rede de troca de informações entre intelectuais que se uniram em resistência aquele procedimento, reproduzindo argumentos e explicações de cunho histórico e buscando divulgá-los o mais

²¹CUELLAR, Javier Pérez de. Nossa diversidade criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e desenvolvimento. Campinas: Papirus; Brasília: Ministério da Cultura/UNESCO, 1997. p. 242.

²²ALVES, Francisco das Neves. Cultura & memória no Rio Grande do Sul: estudos históricos. Rio Grande: FURG, 2007. p. 34.

²³SOARES, Sílvio Moscoso. A Igreja de São Pedro Apóstolo do Rio Grande: de matriz à catedral. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). Cidade do Rio Grande: ensaios históricos. Rio Grande: FURG, 2002. p. 44.

²⁴ALVES, 2005. p. 86-94.

²⁵ALVES, Francisco das Neves. Patrimônio histórico X modernização – a questão em torno da reedificação da matriz de São Pedro nos anos trinta do século XX. In: Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História. n. 18. Rio Grande: Ed. da FURG. 2006. p. 124.

amplamente possível junto ao público em geral. Assim as asseverações de historiadores como Alcides Maia, Fernando Osório, Antenor Monteiro, Abeillard Barreto, Escragnolle Doria, entre outros, foram publicadas por órgãos de várias localidades sul-rio-grandenses e até de outros estados, levando em frente a causa da conservação do patrimônio histórico. A cruzada movida pelos historiadores refletia um movimento que ganhava corpo pelo mundo afora, uma vez que, no seio de várias comunidades já começavam a surgir vozes de alarme e ações vigilantes e preventivas, promovendo-se verdadeiros agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio²⁶. Graças à intervenção daqueles intelectuais, o progressismo a todo custo enfrentou um severo basta, podendo continuar o mais antigo templo sul-rio-grandense o seu caminho de sobrevivência e perseverança.

²⁶NORMAS DE QUITO. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. In: CARTAS PATRIMONIAIS. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. p. 136.

AFONSO GUERREIRO LIMA: O PRAZER DE ENSINAR

Gervasio Rodrigo Neves*

*Agradeço aos funcionários do **Museo Pedagógico José Pedro de Varela** de Montevideo que me ensinaram a força cidadã de preservar a memória de seu projeto e processo educacional modelar.; Foi no Museo que vi a materialização da memória de um projeto político de uma nação, concentrado em princípios da educação. Agradeço a bibliotecária do Instituto histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, senhora **Márcia Piva Radtke** pelo empenho em conservar a memória de Afonso Guerreiro. Lima e ao professor, **Raphael Copstein** que além de tentar organizar o acervo de **Guerreiro Limar** alertou-me sobre a sua importância na inovação dos livros didáticos.*

Afonso Guerreiro Lima (18701-1959) começou sua vida profissional diplomando-se pela Escola Normal (1890) com 20 anos de idade. Não praticou o magistério como atividade secundária e complementar, como “bico”, mas como intelectual engajado num projeto da República segundo os “*princípios de igualdade, liberdade e fraternidade em que condensam os velhos dogmas das democracias*” (Pérez, Abel J. *Annales de instruction ,primária. Apud. Borges de Medeiros, 1913,p.9*). Rompeu com a arrogância da mediocridade dos intelectuais da época. O seu trabalho intelectual, além do exercício pleno do magistério, foi o de produtor de livros didáticos. Nesta atividade moveu-o o sopro entusiástico de Jules Michelet ao vibrar com o poder do conhecimento histórico no qual “*não é um homem que fala, é o tempo que grita*” (Michelet, Jules. *El estudiante*, 1972, p.XI). Tempo que está na sua *Chronologia da História Rio-Grandense* (primeira edição 1916) e para quem se esforça para tornar o brado audível, com a utilização de todos os recursos disponíveis da inteligência, da razão, das emoções e das técnicas de ensino e aprendizagem.

Modesto, funcionário público do Estado do Rio Grande do Sul, função na qual foi professor do Instituto de Educação, republicano e certamente encantado com a reforma do ensino de *José Pedro Varela* no Uruguai, respondeu a uma nova demanda intelectual com a produção de livros didáticos com a eficiência e a eficácia de um competente e comprometido professor impregnado pelo entusiasmo da inovação das técnicas de aprendizagem.

Guerreiro Lima na sua obra *Chronologia da História Rio-Grandense*, editada pela livraria do Globo, a partir de 1916, dirigiu-se aos seus leitores precisando seus princípios pedagógicos:

*Professor Livre docente da Universidade Federal de Minas Gerais. Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.



AO LEITOR

Este processo de ensinar a historia, ainda que muito conhecido e divulgado em outros lugares, no nosso é inteiramente novo, ao que nos consta. Existem, é verdade, entre nós, trabalhos deste gênero; nenhum, porém, com caráter didático.

*Entretanto não é de desprezar o seu valioso contingente, tão bem expresso na conhecida sentença: **A Chronologia e a Geographia são os dous olhos da Historia.***

Se bem que sejam as datas como postes collocados ao longo do caminho, da Historia, a indical-o ao viajero, não resta duvida que tem certa aridez o seu estudo.

*Eis porque tratamos de amenisal-o, já por meio de figuras, retratos e mappas, já intercalando leituras interessantes de escriptores patricios, já apresentando **pequenos** esboços biographicos dos nossos homens **notáveis**.*

O Auctor
(1916)

O autor constrói e estrutura a “*Chronologia...* segundo a sequência de tempos e espaços, estes últimos sempre referenciados a cartogramas de localização dos acontecimentos ou fatos, Explícita, nesta organização, a plena aceitação e aplicação do princípio de que a *cronologia (o tempo) e a geografia (o espaço) são os dois olhos da história*, Estas concepções teóricas e a utilização de instrumentos pedagógicos hoje conhecidos pelos avanços da neurologia, situam o autor como inovador dos métodos de ensino e aprendizagem ao utilizar técnicas e tecnologias então disponíveis numa perspectiva ousada e científica cujas bases eram desconhecidas na sua época, embora pudessem ser intuídas. Inclui-se neste processo a diagramação moderna de seus livros, utilizando por exemplo, tipos e tamanhos de letras muito provocativas à imaginação como são as capas de seus diversos livros e, em particular, a da *Chronologia*.

Certamente Guerreiro Lima ignorava os atuais conhecimentos sobre os controles ou filtros dos processos biofísicos e bioquímicos sobre a transformação das informações em conhecimento e aprendizagem. Entretanto, quando registra que o estudo da História, utilizando a cronologia, poderiam ser um pouco árido, está dizendo que o método utilizado por ele poderia filtrar as informações dificultando a aprendizagem. O que ele claramente identifica é de que a temática e as formas de abordá-la exigiam que se apresentassem como “interessantes” isto é, capazes de romper alguns filtros das sensações em relação as informações transformando-a em comportamento Isto é admirável no trabalho de Guerreiro Lima: a aprendizagem e o conhecimento como prazer.

É em consequência da profunda e criativa observação de seus alunos que Guerreiro Lima introduz a variedade de técnicas e de símbolos na apresentação gráfica e de conteúdo de seus livros didáticos, capazes de ativar as emoções. Nisto mostrou um inovador. Ele não foi um mero transmissor de informações – o prazer dos eruditos – mas o utilizador dos processos da memória capazes de dar eficiência e eficácia às informações. Ele foi, de fato, um mestre o que se expressa na construção de seus livros didáticos.

Guerreiro Lima foi, com certeza, um inovador na concepção, elaboração e editoração de livros didáticos no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Ao romper com a aridez da homogeneidade que limita e restringe, acrescenta na sua obra, como inovador criativo, além da sequência do tempo e espaço, um conjunto de textos de vários autores. Além de técnica de reforço da atenção, a utilização de textos de diversos autores revela o homem generoso e aberto que vai procurar nos pesquisadores os textos que despertem o “interesse”.

Os autores cujos textos foram utilizados por Guerreiro Lima na *Cronologia da história Rio-Grandense* foram: Teodoro Sampaio; Carlos Teschauer; Alfredo Rodrigues (3); Alfredo Varela (3); Thomé Gonçalves; João Maia; Alcides Cruz; Augusto Porto Alegre; Ambrósio Schupp (2); Afonso Celso; José Garibaldi; Pinto de Campos; De Farrapos; Cunha Junior. José Arthur Montenegro; Dyonísio Cerqueira; Damasceno Viewira; Tobias Montreiro; Victor de Brito; Achylles Porto Alegre; Alcides Maya; além de dois textos sem autor indicado. Os autores são brasileiros exceto Garibaldi, e muito rios-grandenses, ocupando vinte e nove páginas (29) de um livro de 128, Estas transcrições revelam, com clareza, o espírito aberto de Guerreiro Lima, posição fundamental para o exercício do magistério.

Sem a arrogância dos “especialistas” e dos “eruditos” para os quais as suas pesquisas e suas técnicas seriam por si só suficientes para fazer avançar os processos eficientes e eficazes de ensino e aprendizagem, Guerreiro Lima inova com a utilização das técnicas de representação simbólicas disponíveis.

Outro fato marcante que transparece na obra de Guerreiro Lima é o seu imenso esforço de atualização do conhecimento e das formas de transmiti-los nos processos de ensino e aprendizagem.

Tive a satisfação de participar dos esforços em organizar ou tentar organizar o acervo do professor Guerreiro Lima que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, um dos melhores, mais completos e raros acervos doados por membros fundadores do IHGRGS. Uma das primeiras iniciativas nesta organização foi do professor Raphael Copstein. Continuamos – ainda que vagarosamente – o seu trabalho, a começar pelos livros de sua autoria – todos didáticos – e os de sua biblioteca que é um belo e rico acervo bibliográfico.

Embora tivesse clara percepção de produzir livros sobre o Rio Grande do Sul não Guerreiro Lima não ficou limitado ao regionalismo isolante, produzindo livros para as escolas do Brasil, um dos quais chegou a tiragem de 45 mil exemplares! Após organizar esta produção os esforços foram concentrados na organização dos livros nos quais estudava, se atualizava e encontrava sugestões para suas próprias obras. É impressionante a qualidade dessa bibliografia absolutamente moderna para a época. Estes livros estão no acervo da biblioteca do IHGRGS e se constituem numa valiosa acervo por sua qualidade técnica e gráfica especialmente na área de geografia e cartografia. A seguir foi organizada a mapoteca de Guerreiro Lima incorporando-a a mapoteca geral. O seu material cartográfico é constituída de mapas (impressos, cópias e originais do próprio Guerreiro Lima), atlas e um conjunto de desenhos cartográficos do autor. É constituída fundamentalmente de croquis, esboços e sínteses cartográficas. Este é mais um rico acervo disponível à investigação da produção intelectual de um homem que certamente contribuiu para que o Rio Grande do Sul se transformasse se não o principal, pelo menos num muito importante pólo da indústria de livros didáticos e paradidáticos do país, posição que perdeu.

Entre os membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, A Guerreiro Lima teve uma importante e contínua participação. Na sua atividade profissional mostrou-se, como republicano, preocupado com a educação de seu povo através da educação de qualidade cujo paradigma, por um longo período foi a escola da Republica Oriental do Uruguai que, segundo o então Presidente do Estado, Augusto Borges de Medeiros *A Republica do Uruguai é verdadeiro modelo na organização do ensino primário, tendo realizado admiráveis progressos nesse ramo da administração pública* (Medeiros, Borges de. Mensagem à Assembléia dos Representantes, 1913, p. 11);

Afonso Guerreiro Lima representa o processo inovador uruguaio na educação da Primeira República no Rio Grande do Sul. Ele não foi anacrônico, voltado para o passado. Ele foi um construtor de futuro, o homem democrático que se empenhou na abertura de oportunidades.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília: Inep/MEC, 1989.

CARR, Edwar H. ? **Qué és la história?** Barcelona; Editorial Ariel. 1995.

COMTE, August. **Discurso sobre o espírito positivista**. In.: Os Pensadores. XXXIII, São Paulo. 1973.

FIGUEIRA, José Henrique. **? Quieres leer?** Montevideo. Talleres gráficos de “Casa A.T. Ramos”, s/d (Primeira edição de 1892).

GARCIA, Raquel Sanches. **Morfología del texto y producción de sentido en la lectura.** Ayer. Ver. De la Asociación de Historia Contemporânea.(58). Madrid,2005.

GOURS, Joseph. **O valor da História.** Coimbra. Livraria Almedina. 1979.

INGENIEROS, José. **O homem medíocre.** Rio de Janeiro. Livraria para todos.1963.

ISQUIERDO, Ivan. EDINA, J.H. **Memory Information:** The sequence of biochemical events in the hippocampus and its connection to activity in other brain structures. *Neurobiology of Learning and memory* (68) 1997.

ISQUIERDO, Ivan. **Questões sobre memória.** São Leopoldo (RS), Editora UNISINOS. 2003.

LIMA, A.F. **Chronologia da História Rio-Grandense.** Porto Alegre/Sta. Maria. Editores L.P. Barcellos & Comp. Livraria do Globo.1916.

LIMA. A. G . **Noções de Cosmografia.** Porto Alegre. Livraria do Globo.1930.

LIMA. A. G. **Atlas Escolar.** Porto Alegre. Editôra Globo. 1952.

LIMA. A. G. **Atlas Escolar.** Brasil. Porto Alegre. Globo.1932.

LIMA. A. G. **Cronologia da História Rio-Grandense.** Porto Alegre. Edição da Livraria do Globo.1936.

LIMA. A. G. **Geografia Secundária.** Porto Alegre. Livraria do Globo. 1932 (5 volumes).

LIMA. A. G. **Noções de História do Brasil.** Porto Alegre. Livraria do Globo. 1933,

LIMA. A. G. **Terra-Água-Ar.** Porto Alegre. Livraria do Globo.1942.

LIMA. A. G; **Noções de Geografia.** I Parte. Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Livraria do Globo, 1924.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. Editora da URGs/DAC/SEC/RS. 1978.

MEDEIROS, A.A e Borges de. **Mensagem à Assembleia dos Representantes, 20 Setembro 1913.** Porto Alegre. Graf. A Federação.1913,.

MICHELET, Jules. **El estudiante.** Mexico. Siglo Veintiuno Editores. 1972.

- NEVES, Gervásio Rodrigo. **Borges de Medeiros e a Política VCultural no Rio Grande do Sul. Projeto e pesquisa.**2011.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. **Leituras consideradas fundamentais para conhecer o Rio Frande do Sul na metade dp século XX.** Ciência & Letras Revista da Faculdade Porto –Alegretense de Educação e Ciência, 41, Jan-Jun. 2007.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. **Livros didáticos: de polo à margem.** In.: colóquio “ Ensino, formação moral e cidadania em livros didáticos no Rio Grande do Sul (1850-1950)”, Porto Alegre. IHGRGS. 25 agosto.,2011.
- NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach; SILVA, Elisiane da. **Julio de Castilhos:** juventude e política. Porto Alegre. Fundação Ulysses Guimarães/ Fundação de Apoio ao Colégio Júlio de Castilhos.2010.
- ORTEGA. Naria Libda. **Imagibar la lectura versus ler las imagens.** Ayer. Ver. De la Asociación de Historia Contemporânea.(58). Madrid,2005.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção,. São Paulo. Hucitec. 1996.
- SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais.** São Paulo. Editora Ática.1994.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas. Autores Associados, 2007.
- SELBACH, Simone. (Supervisão geral). **História e Didática.** Petrópolis (RJ). Editora Vozes.2010.
- SELBACH, Simone. (Supervisão geral). **Geografiua e didática.** Petrópolis (RJ). Editora Vozes.2010.
- TAMBARA, Elomar. **Educação e Positivismo no Brasil.** In: STEPHANOU,Maria; CAMARA Maria Helena Bastos (Org.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A produção de identidades alfabetizadas sul-riograndense na intersecção de influências europeias e latino-americana.** Educação. Vol.27 (2), 2004.
- TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A adoção da cartilha maternal na instrução pública gaúcha.** Porto Alegre. UFRGS. Faculdade de Educação.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo. Ática, 2007.

SATURNINO DE BRITO: O PLANEJAMENTO E A IDEOLOGIA.

Günter Weimer¹



Francisco Saturnino Rodrigues de Brito é uma das figuras mais singulares na história do urbanismo brasileiro. Difícilmente poderemos encontrar uma personalidade que tenha desfrutado de tanta fama, nacional e internacional, e, ao mesmo tempo, que tenha sido relegado a tão longo esquecimento como ele. Felizmente, a partir da última década começaram a surgir diversos trabalhos dispostos a re-avaliar suas contribuições ao desenvolvimento do urbanismo brasileiro². Como costuma acontecer com figuras controvertidas, ainda hoje é vítima de incompreensões de toda a ordem, que tendem, ora ao exagero, ora ao menosprezo. É nossa intenção, na presente contribuição, tentar fazer um resumo, mas, dentro do possível, completo levantamento de sua obras e, a seguir, tentar fazer uma avaliação do sentido e do significado da mesma.

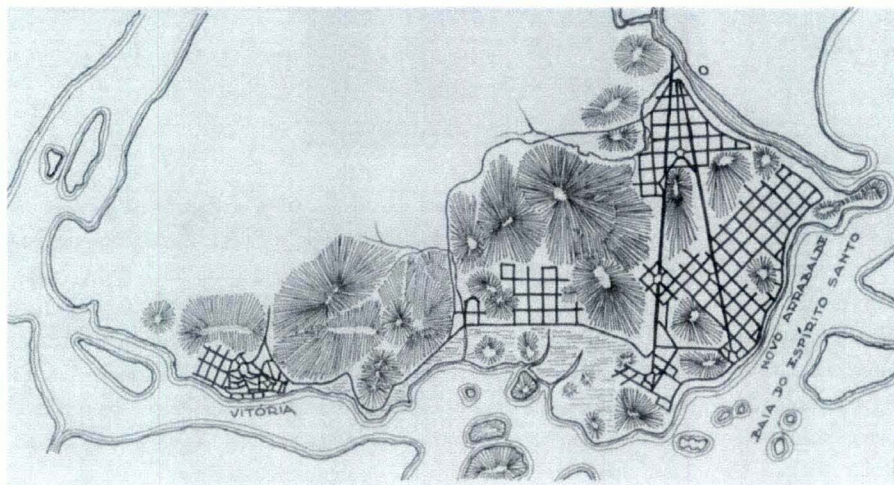
O início de suas atividades

Saturnino de Brito (como se tornaria conhecido) nasceu em Campos, Rio de Janeiro, a 04.07.1864, como filho de Francisco Pinto Rodrigues de Brito e de Mariana Saturnino Rodrigues de Brito e faleceu em Pelotas, RS, a 10.03.1929. Formado em engenharia civil pela Politécnica do Rio de Janeiro, teve a felicidade de concluir seus estudos às vésperas da proclamação da Re-

¹Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, UNISINOS e FAU-PUC-RS. Membro efetivo do IHGRGS e IHSL.

²Dentre eles devem ser destacados ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de: A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito, S. Paulo, FAU-USP, 1992, dissertação de mestrado; WEIMER, Günter: A política sanitária como diretriz de planejamento na República Velha, in: WEIMER, G. (org.): Urbanismo no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, EdUFRGS, 1992, p. 93/108; MOREIRA, Fernando Diniz: A construção de uma cidade moderna: Recife, 1909-1926, Recife, MDU-UFPE, 1994, dissertação de mestrado; MOREIRA, F. D.: A contribuição de Saturnino de Brito para a modernização do Recife (1909-1915), in: CARDOSO & OLIVEIRA (org.): (Re)discutindo o modernismo, Salvador, UFBA, 1997, p. 269/83; ANDRADE, C.R.M.: Saturnino de Brito: um projetista de cidades, in: AU, S. Paulo (72):67/74, 1997.

pública, quando o país estava acordando da longa letargia do Império, para ser jogado em nova dinâmica que se materializou na realização de grandes obras e, para as quais, havia uma escassa mão-de-obra capaz de administrá-las. Estas condições lhe facultaram o privilégio de, desde logo, se dedicou a obras de grande vulto. Em 1887 começou a trabalhar na construção de ferrovias que se estenderam de Pernambuco até o Ceará. Estava trabalhando neste estado em 1892 quando foi contratado para participar da construções do açude de Cedro, em Quixadá³, que iniciaria uma série de importantes obras com as quais a República recém proclamada pretendia acabar com as secas no Nordeste. Neste encargo conheceu o eng. Aarão Reis que logo se tornaria conhecido como o urbanista de Belo Horizonte. Foi por intermédio dele que Brito foi contratado para colaborar na implantação da nova capital mineira no posto de engenheiro sanitarista que viria a definir o futuro de sua carreira. Neste sentido, Brito, desde logo, ocuparia um lugar especial dentro da intelectualidade brasileiro por ter optado por uma especialização numa época em que a ideologia vigente privilegiava o conhecimento enciclopédico, o “gênio universal”.



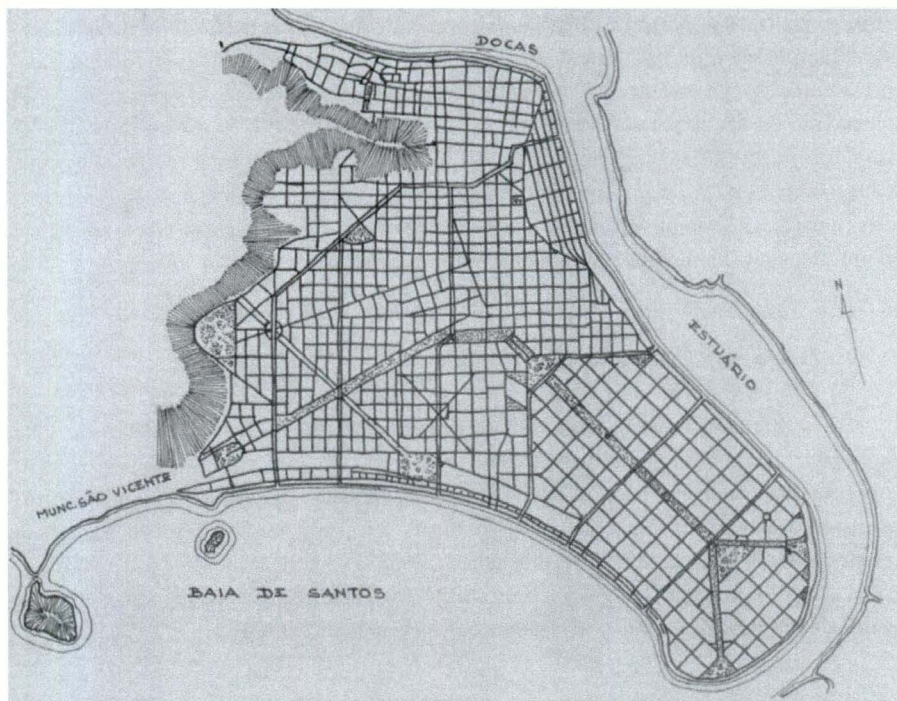
Desenho do Arrabalde Novo, Vitória, Espírito Santo
Proj.: F. Saturnino de Brito - 1896

Desentendimentos com a administração da implantação da cidade que levou a seu rompimento com Reis, fizeram com que a participação de Brito se resumisse ao curto período de 09.1894 a 05.1895. Mas esta participação lhe deu o suficiente renome para ser contratado para projetar o saneamento de uma extensão da cidade de Vitória conhecida como Novo Arrabalde. A notoriedade deste projeto derivou de sua proposta de drenagem dos manguezais e de aterros de áreas inundáveis e menos pelo plano de arruamento que alguns julgam ter sido inspirado no de Belo Horizonte por apresentar duas diagonais sobre uma rede de ruas ortogonais entre si. Logo a seguir seria contratado pela Comissão de Saneamento de São Paulo na qual permaneceria por dois anos fazendo os planos de saneamento de Campinas, Amparo, Sorocaba, Ribeirão Preto e Limeira. Em Campinas utilizou, pela primeira vez, canais de drenagem que viriam a ser uma espécie de marca registrada de seus projetos a partir de então.

³TELLES, Pedro C. da Silva: História da engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX), Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1984, p. 292

A precoce fama internacional

Em 1898 foi encarregado de um projeto da mais alta responsabilidade que era o do saneamento da cidade de Santos que era conhecida como a “cidade maldita” devido à alta incidência de doenças tropicais contra as quais havia pouco recursos à época. Sua obstinada luta para drenar o terreno para acabar com as águas estagnadas, para fornecer água de altas qualidades de potabilidade a cada unidade residencial, de exigir a instalação obrigatória de instalações sanitárias domiciliares providas de esgotamento cloacal e o fomento da ventilação e insolação das construções, minorou rapidamente a incidência destas doenças.



Projeto do saneamento da cidade de Santos, São Paulo

Proj.: Saturnino de Brito

As melhorias ambientais e de saúde pública da baixada santista correram o mundo. A demonstração mais eloqüente de sua fama foi o reconhecimento internacional expresso na concessão da láurea de Serviços Prestados à Humanidade, em Paris e lhe facultou a publicação do livro *Le Tracé Sanitaire des Villes* que era seu maior orgulho e ao qual fazia referências constantes em seus relatórios. Ter um livro publicado na “Meca do positivismo” era uma honra que poucos sul-americanos tiveram a oportunidade de ostentar a este tempo. Porém, sua glória maior foi ver esta publicação ser convertida em referência obrigatória dos estudiosos nas artes do ofício em seu tempo.

Estas distinções lhe abriram as portas para a contratação de um número cada vez maior de projetos. Para o estado do Rio de Janeiro executou os projetos de saneamento de

Petrópolis, Paraíba do Sul, Itaocara e Campos, sua cidade natal, além de elaborar proposições de saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía de Guanabara. Por extensão, o estado de Minas Gerais também contratou seus serviços para sanear Juiz de Fora, Uberaba, Poços de Caldas e Teófilo Otoni. Neste rol também entrou a capital do estado do Paraná, a cidade de Curitiba⁴.

Com o crescente prestígio baseado na defesa intransigente dos princípios comteanos, seu renome foi se multiplicando entre os positivistas sul-rio-grandenses que gostavam de se proclamar como os mais fiéis seguidores de Comte no Brasil. Não seria, pois, de admirar que, em 1909, o intendente de Rio Grande, o capitão Juvenal Octaviano Müller, um dos expoentes do positivismo religioso do estado e fundador da Escola de Engenharia de Porto Alegre, o contratasse para fazer o projeto de saneamento da cidade que administrava. Devido à inesperada morte do intendente, este projeto, mesmo concluído, não foi realizado. Entrementes, Brito foi contratado para fazer o projeto mais completo de sua carreira, o do saneamento de Recife⁵. Nesta cidade permaneceu de 1909 a 1915, época em que também assumiu o projeto de saneamento de Paraíba do Norte que, mais tarde, receberia o nome de João Pessoa e de Aracajú. Este período corresponde ao auge de sua fama. Novas descobertas científicas e conquistas experimentais vieram a colocar em questão as teorias por ele defendidas, em razão do que seu renome começou e entrar em declínio.

O ostracismo no Rio Grande do Sul

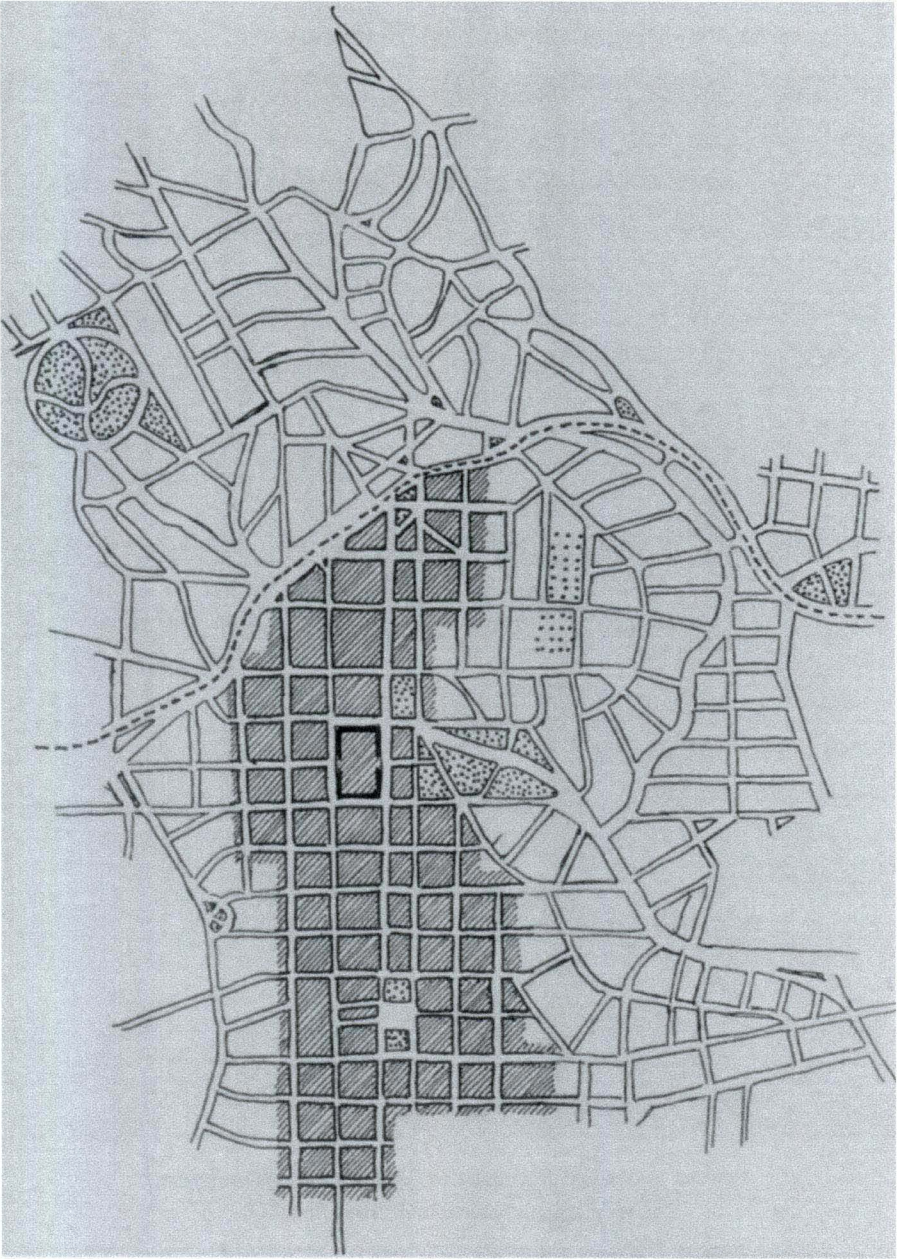
Não foi, pois, por acaso, que os positivistas rio-grandenses correrem em seu socorro e lhe ofereceram guarida quando suas teorias começaram a ser contestadas. Sua retirada dos palcos do estrelato não significou um arrefecimento de suas atividades. Inicialmente retomou o projeto de Rio Grande⁶ que evoluiu muito devagar devido à recessão econômica provocada pela I Grande Guerra. Superadas as maiores dificuldades, propôs a construção de um canal de cerca de 50 km, que captaria as águas do rio São Gonçalo⁷, junto à cidade de Pelotas, que seriam tratadas quando de sua chegada em Rio Grande, obra que foi concluída em 1921.

⁴Estes projetos foram todos publicados em suas Obras completas.

⁵Ver MOREIRA, Fernando D.: A contribuição de Saturnino de Brito para a modernização do Recife (1909-1915). In: CARDO-SO & OLIVEIRA: (Re)discutindo o modernismo. Salvador. UFBa, 1997, p.269/83.

⁶Este projeto foi concluído em 12/1917. Tratava-se do projeto de 1909 no qual foram atualizados os custos. No ano seguinte o mesmo foi publicado, na íntegra, pela Escola de Engenharia de Porto Alegre.

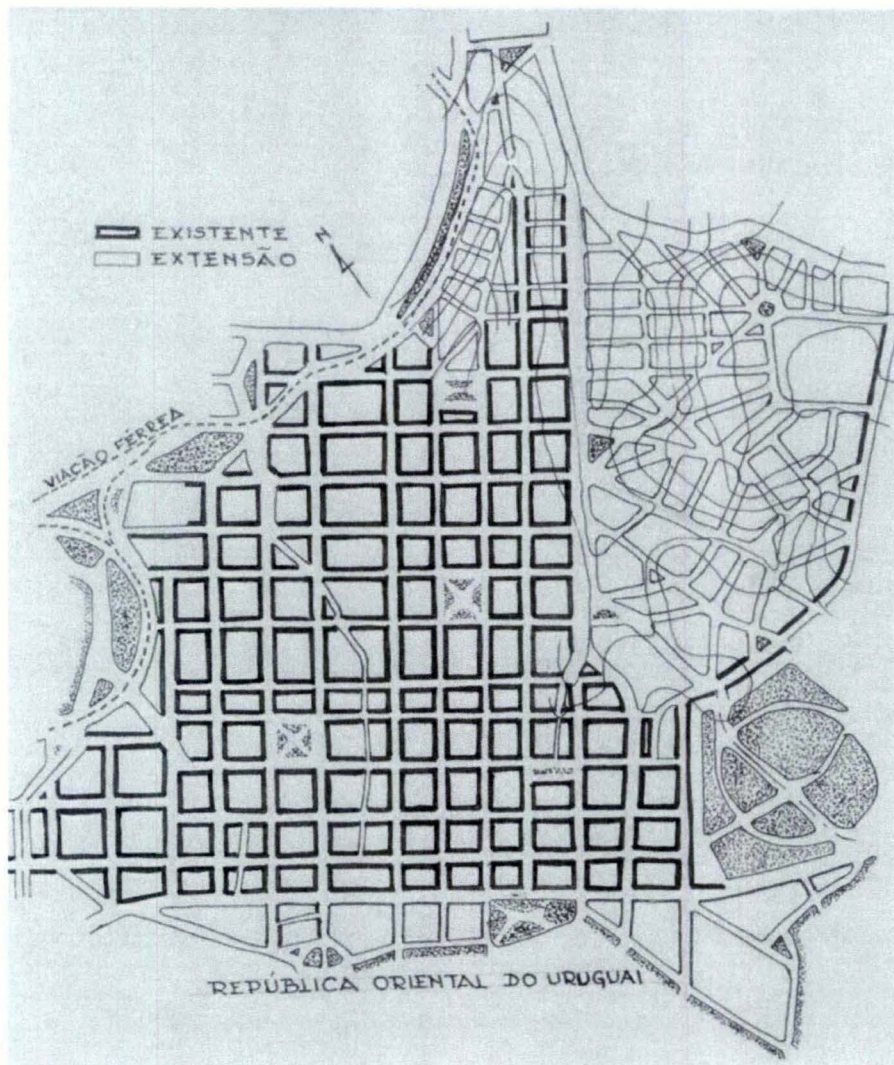
⁷O projeto inicial de captação de água em poços artesanais mostrou-se inadequado pelo fato das águas serem salobras. Inicialmente, Brito argumentou que as instalações de captação teriam sido mal feitas, mas ficou demonstrado que, apesar das melhorias propostas, a qualidade de água não melhorava. Esta foi a razão pela qual tiveram de ser feitos altos investimentos para captar as águas a grande distância.



Desenho de Cachoeira do Sul (achuriado) com respectiva ampliação proposta por F. Saturnino de Brito, em 1919

Enquanto acompanhava a construção desta obra, lançou-se ao febril trabalho de projetos sanitaristas das cidades de Santa Maria (1918), Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Rosário, Cruz

Alta (todos de 1919), Santana do Livramento (1920), São Leopoldo (1922), Uruguiana e São Gabriel (ambas de 1923), Iraí (1924), Pelotas* (1926) e Alegrete (1927).

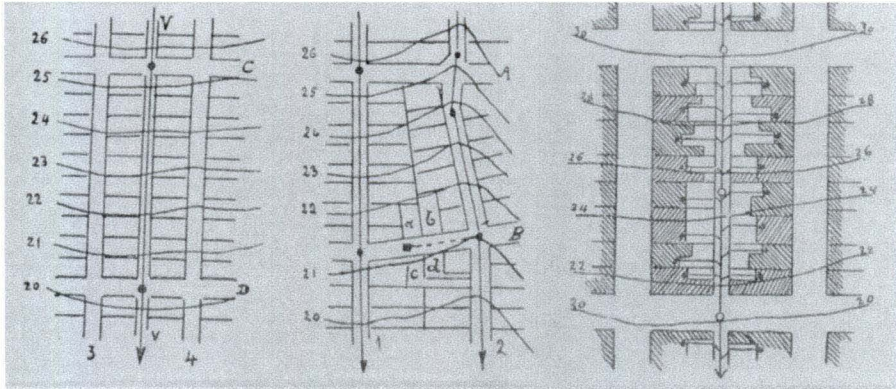


O plano tradicional de Santana do Livramento com a proposta de ampliação de Saturnino de Brito, de 1920.

Estes projetos são interessantes pelo fato de Brito ter proposto ampliações às redes viárias existentes. Estas haviam sido, na maioria, projetadas por arquitetos militares portugueses com base nos preceitos pombalinos,⁴ da segunda metade do século XVIII e se constituíam em ruas retas

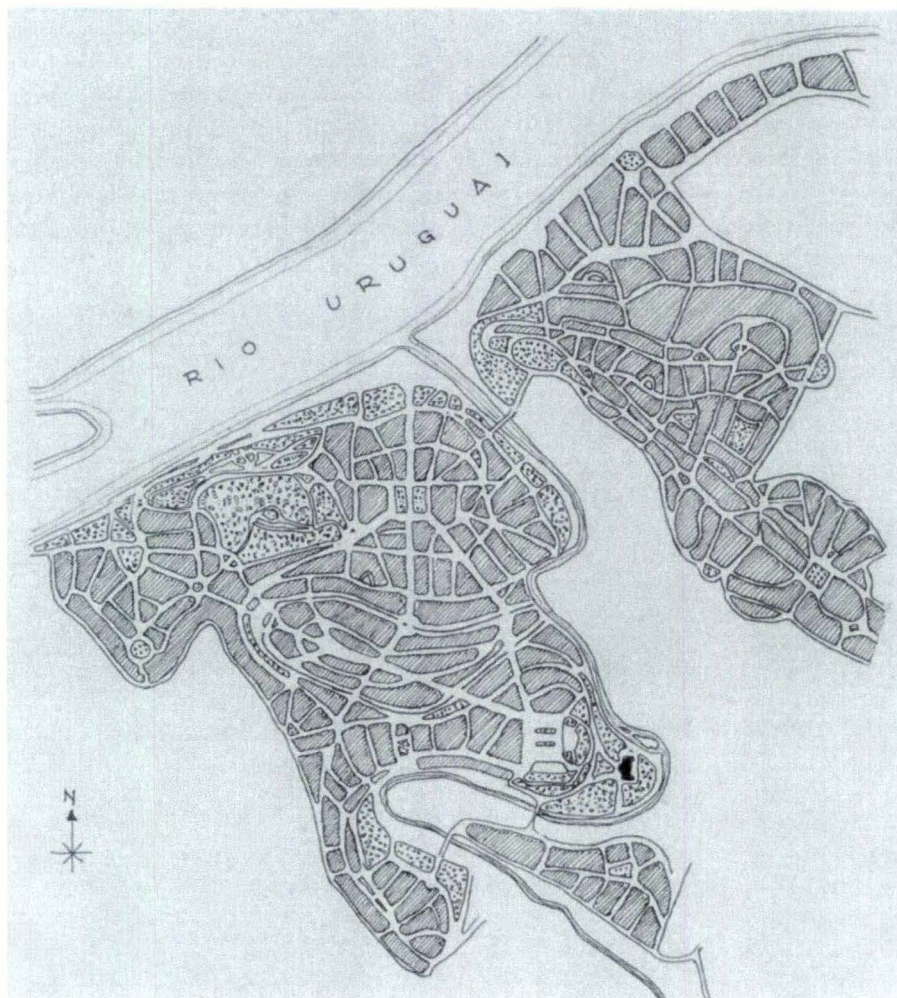
*É curioso que propusesse a construção de duas barragens para captação de água, um no arroio Fragata, com uma canalização de 16 km e outra no arroio Pelotas, com canalização de 30 km quando a cidade estava localizada nas margens do rio São Gonçalo no qual eram captadas as águas de abastecimento de Rio Grande. A única explicação plausível para esta contradição seria de preferir o abastecimento por gravidade em lugar de recalques mecânicos.

e ortogonais entre si. Este traçado recebia severas críticas de Brito por julgá-las inadequadas ao saneamento. Suas propostas de ampliação sempre partiam da topografia: uma parte das ruas eram traçadas na rígida observância à horizontalidade imposta pelas curvas de nível em oposição às transversais que eram traçadas segundo as linhas de maior declividade nas quais eram colocadas as redes de abastecimento e de esgotamento. Tratava-se, portanto, de um procedimento eminentemente tecnicista e do qual resultava uma rede viária confusa, em formas que têm sido tachadas de labirínticas o que estava em clara oposição aos princípios da ordem e clareza propagada pelos positivistas⁹.



Desenhos de arruamentos segundo a conveniência das redes de abastecimento de água e de esgotos. Proj.: Saturnino de Brito

⁹O caso mais típico deste traçado é o que foi utilizado na cidade de Iraí. A existência de águas minerais – tidas pelos positivistas, como as mais saudáveis, apesar das impurezas químicas que lhes são peculiares – serviu de base para promovê-la a uma estação de águas com fins terapêuticos. O projeto da cidade ficou a cargo de outro líder positivista (de orientação religiosa) Carlos Torres Gonçalves que, sob a orientação de Saturnino de Brito projetou uma cidade de acordo com as curvas de nível, renunciando completamente ao traçado que havia proposto, pouco antes, para a cidade de Erechim com um tramado de ruas ortogonais cortadas por duas avenidas a 45º, à semelhança do plano de Belo Horizonte.



Desenho da cidade de Iraí. Proj.: Carlos Torres Gonçalves
sob orientação de Saturnino de Brito

Paralelamente a isto, Brito ainda atuava como consultor de numerosos outros projeto de saneamento que estavam em execução no estado sob a responsabilidade de seguidores seus (entre eles, Bagé, Rio Pardo, Itaqui, Dom Pedrito, Taquara, Bento Gonçalves, Jaguarão, Arroio Grande, Quaraí e Novo Hamburgo) que requeriam investimentos muito além da capacidade financeira tanto do estado como das municipalidades e que encontrariam seu fatal fim na crise econômica mundial de 1929 o que coincidiu, virtualmente, com o fim da hegemonia positivista no estado. Brito teria o desprazer de assistir a derrocada do positivismo com a vitória de Getúlio Vargas em 1928, com substituição do positivismo pelo populismo, mas seria poupado de ver o autoritarismo das elites provinciais ser transferido para a esfera federal com a vitória do golpe de 1930 que significou a total derrocada do positivismo rio-grandense bem como a completa paralisação de seus projetos em consequência da quebra da bolsa de Nova Iorque devido a seu falecimento em

inícios de 1929, na idade de 64 anos. Apesar de sua avançada idade associado a encargos tão diversificados, em seus últimos anos ainda encontrou tempo para desenvolver complexos projetos de saneamento das bacias dos rios Tietê¹⁰ e Paraíba do Sul e da Lagoa Feia. Estes foram projetos restritos à engenharia civil e que teriam pouca vinculações com o planejamento urbano, mas que seriam, depois, utilizados pelo prefeito Prestes Maia, no seu conhecido Plano de Avenidas.

Pela simples enumeração destes projetos, fica demonstrada a importância de suas obras nas quatro décadas de sua atuação profissional. Difícilmente se encontrará no país algum técnico com um currículo tão extenso. Esta é a razão pela qual deveria ser mais conhecido e mais estudado. Lamentavelmente, após sua morte, sua estrela foi se apagando aos poucos. Ao fim do Estado Novo, durante os anos mais difíceis da IIa Guerra Mundial, a Câmara dos Deputados aprovou uma lei que levou a Imprensa Nacional a publicar seus escritos¹¹. Suas *Obras Completas* publicadas em 23 volumes hoje são de difícil acesso devido a sua raridade. A implantação do modernismo com sua postura de fazer tábula rasa com tudo o que se referia ao passado recente, levou ao esquecimento de sua obra maiúscula e que precisa ser urgentemente revista.

As bases ideológicas do saneamento das cidades

As agitações populares que sacudiram a Europa em meados do século XIX fomentaram o surgimento de diversas correntes de reformas sociais dentre as quais a do positivismo teve, transitoriamente, a maior aceitação popular possivelmente por seu caráter utópico e, ao mesmo tempo, conservador. Contradições internas do sistema filosófico que delegava às ciências a única via de se chegar à verdade em detrimento da própria filosofia, fizeram com que esta corrente do pensamento rapidamente entrasse em oclusão na Europa mas encontraria ampla gama de seguidores na América Latina. No Brasil, seus maiores entusiastas estavam nos corpos docentes e dissentes das poucas escolas de ensino superior dentre as quais se destacaria a Politécnica do Rio de Janeiro. Inicialmente, o autor de maior prestígio foi o enciclopedista Émile Littré que, aos poucos, foi perdendo em importância para Auguste Comte. Certamente o conteúdo mais conservador e menos panfletário dos escritos deste autor eram mais conveniente à intelectualidade que ainda estava profundamente arraigada no latifúndio escravagista.

É sabido que Comte tinha sérios problemas de relacionamento que o levaram a ser demitido de suas funções docentes na Politécnica de Paris pela qual sempre alimentou uma ambígua relação de admiração e desprezo. Problemas de perturbações mentais levaram-no a diversas internações onde foi submetido a tratamentos inadequados devido ao atraso da psiquiatria, o que o levou a alimentar séria repulsa pela medicina e pelos médicos. Por esta via, chegou à conclusão que os problemas de saúde pública eram, em primeira linha, um problema de engenharia. Segundo esta concepção, ambientes pútridos produziam “miasmas”, isto é, emanações que contaminariam os seres vivos e, assim, se constituíam na origem de todas as doenças. Portanto, a existência de um ambiente saudável seria a pressuposto da saúde humana.

Esta teoria caiu nas graças dos engenheiros civis. Segundo seus pontos de vista, ambiente saudável passou a ser definido como a disposição abundante de ar e água pura, de profusa insola-

¹⁰Ver análise destes projetos em ANDRADE, Carlos R. Monteiro de: *Saturnino de Brito: um projetista de cidades*, AU, S. Paulo (72):74, 1997.

¹¹Alguns não puderam ser publicados porque haviam sido perdidos.

ção nas edificações. Com a aplicação destes princípios na construção civil, houve uma considerável melhoria nos modos de vida e nos aspectos visuais das cidades. As estreitas casas de “porta e janela” que se espremiavam umas contra as outras, deram lugar a prédios isolados dentro de terrenos largos, com pés-direitos altos, posto que a quantidade de ar contida nos prédios era tida como um índice de salubridade. As janelas se tornaram amplas e altas para favorecer a circulação do ar, com a obrigatoriedade de cada compartimento dispor da sua, pondo fim às tradicionais alcovas, de origem muçulmana, que eram muito propensas à disseminação de doenças infecto-contagiosas. Com a liberação da superfície dos terrenos de sua completa ocupação, surgiram os jardins que, por sua vez, também melhoraram a circulação do ar e melhoraram consideravelmente o aspecto visual dos assentamentos humanos. Estes foram resultados imediatos e altamente positivos que resultaram das concepções higienistas difundidas pelos positivistas¹².

Os resultados positivos deste proselitismo encorajaram os adeptos da nova doutrina que, entretanto, havia se convertido em religião, para exigir investimentos cada vez maiores, visando implantar serviços mais abrangentes, especialmente, os de água tratada. As tradicionais fontes de água urbanas, com a densificação das cidades, haviam se tornado perigosas pela progressiva contaminação dos lençóis freáticos. Já no fim do Império foram realizados grandes investimentos com as estações de tratamento de água e com seu abastecimento domiciliar. Mas a disposição abundante do líquido teve por consequência o amplo uso do mesmo o que veio a comprometer ainda mais a contaminação dos lençóis. E este foi um problema herdado pela República e que passaria a exigir investimentos ainda mais polpidos.

Por influência do método classificatório adotado pelos positivistas, desde logo, descobriram que o esgoto cloacal era muito mais poluente que o pluvial. Sem que houvesse uma justificativa lógica para a separação dos dois – pois ambos se destinavam ao esgotamento – adotaram a postura de sua separação, o que veio a onerar sobremaneira as instalações das redes. Os altos custos das instalações destas redes exigiram que houvesse um rígido controle dos gastos de água o que exigiu um rigoroso controle nas instalações de equipamentos, problema que foi solucionado, em larga escala, como a implantação de rigorosas normas das instalações dos equipamentos, acompanhado de uma rigorosa fiscalização de seus usos. Isto levou a uma proliferação de leis impositivas que vieram a se somar aos tradicionais e flexíveis códigos de posturas herdados desde os inícios da colonização, por imposição do governo português. Pela forma como foram levadas estas gestões, as mesmas acabaram por ser implantadas por vias de força que resultaram numa considerável resistência por parte da população o que, por sua vez, veio a tomar formas cada vez mais centralizadas das decisões e que, não raro, resultaram em confrontações violentas.

Pois, foi exatamente esta centralização de decisões que favoreceu a implantação dos planos de saneamento das cidades. Como foi assinalado, os custos das instalações destes serviços – embora necessários – eram de um porte que as finanças públicas não podiam suportar e que, fatalmente, levariam a um endividamento progressivo e ao colapso na primeira crise econômica. Mesmo que esta, de início ainda estava num horizonte longínquo, desde logo, os executores destes planos eram obrigados a se sujeitar a uma parcimoniosa aplicação dos recursos. Eram estas as imposições das circunstâncias e que têm sido objeto de interpretações contraditórias. A lógica da forma como estes serviços eram implantados requeria que as canalizações fossem implantadas nos talvegues topográficos que eram, ao mesmo tempo, as áreas menos valorizadas por serem o escoadouro na-

¹²Este assunto foi exaustivamente explorado por vez primeira na já clássica obra de REIS Fo, Nestor Goulart: Quadros da arquitetura brasileira, S. Paulo, Perspectiva, 1970.

tural das águas fluviais. Como estas canalizações exigiam uma permanente manutenção de limpeza, era natural que estes canais fossem providos de vias de rolamento em todo o percurso. Por isto, é infundada a atribuição de “rasgos de genialidade” aos implantadores destes serviços na concepção de redes viárias. A verdade é que estas redes surgiram como um subproduto das canalizações e, quando mais tarde, com a implantação de indústria automotiva foi necessário ampliar as vias de rolamento, os novos planejadores tiveram de ampliar estas vias por estarem situados nos locais menos valorizados e, portanto, de menores custos em desapropriações. Isto também vale para sua postura quanto ao “respeito” ao patrimônio histórico. A postura eminentemente tecnicista destes planejadores indica claramente que pouco estavam inclinado a se preocupar com valores imateriais da sociedade. Se, por vezes, faziam concessões ao patrimônio, isto tinha muito mais a ver com o montante dos investimentos combinado com os permanentes atritos com a sociedade: na relação custo/benefício, podia ser mais conveniente evitar a demolição de um prédio histórico.

Outra questão de fundamental importância na implantação destes planos de saneamento foi a forte oposição que foi se formando ao longo do tempo e que conduziu a fortes contestações aos próprios fundamentos dos procedimentos adotados. Ao valorizar os procedimentos científicos, algumas concepções básicas do positivismo acabariam por ser vítimas de sua própria criação. A implantação de instituições de caráter científico levaria à comprovação do equívoco da teoria dos “miasmas”. A hipótese da existência de micro-organismos foi objeto de chacota da parte dos positivistas posto que, segundo Comte, sua existência só poderia ser aceita se pudessem ser constatada a sua existência por via de um dos órgãos de percepção. Como os instrumentos ópticos existentes à época eram pouco potentes e não permitiam sua visualização, a teoria de que seres vivos (como insetos ou roedores) se constituíam em transmissores de micro-organismos era tomada como “elucubração nefelibática” e o “pobre mosquito” era apresentado como a vítima da “incúria dos pseudo-cientistas”.

Quando, porém, o progresso da ciência comprovou a efetiva existência dos micro-organismos – daí a importância da descoberta do *Tripanosoma cruzii* – os fundamentos teóricos dos sanitaristas começou a ruir e só não foi levado ao colapso imediato devido ao apoio de governantes comprometidos com os fundamentos religiosos do positivismo comteano. Objetivamente, no caso de Saturnino de Brito, o prosseguimento de suas atividades só foi facultado pelo apoio ideológico do governo Borges de Medeiros e de alguns dirigentes retrógrados de aparelhos estatais paulistas. Tanto isto é verdade que bastou a que estes dirigentes fossem destituídos do poder para que os planos de saneamento fossem abandonados em definitivo.

Finalmente, ainda parece ser pertinente examinar a questão da estética que – pretensamente – teria sido um fator que teria influenciado a ação planejadora dos positivistas em geral e de Saturnino de Brito, em particular. Segundo se alega, em 1905 o autor teria tomado contato com o livro de Camillo Sitte e saído bem impressionado. Não temos como duvidar destas assertivas, pois a única pessoa que poderia dar um testemunho definitivo a este respeito seria o próprio Saturnino de Brito. De nossa parte, no entanto, duvidamos que preceitos estéticos tenham tido alguma influência em qualquer tipo de decisão no planejamento destes autores. A começar, pela postura do próprio Comte para o qual a estética era um fator totalmente desprezível. Em seus escritos, só esporadicamente encontramos algumas referências à estética do tipo “a beleza é o esplendor da verdade” e afirmações grandiloquentes assemelhadas e que jamais foram objeto de exame mais profundo. E, tal pai, tal filho. Como o mestre, os sanitaristas comteanos por vezes se referiam a um eventual fator estético, mas com o qual, literalmente, não sabiam o que fazer. O objeto de

suas preocupações eram as soluções técnicas e dentro deste universo, preocupações com estética certamente não passavam de outras, entre tantas, “elucubrações nefelibáticas”.

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa

Jali Meirinho¹

Faleceu, em La Paz, na Bolívia, em 24 de novembro de 2010, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Nasceu, em Florianópolis, aos 11 de abril de 1941, filho de Ylmar de Almeida Corrêa e Ave-lina Pederneiras Corrêa. Morreu, em La Paz (Bolívia), no dia 24 de novembro de 2010. Bacharel e Licenciado em História (UFSC – 1963) e Doutor em História (USP – 1982). Ingressou, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 1971, sendo seu presidente de 1997 a 2010.

Possuía os títulos:

Especialização em História (UFSC) – 1974; Especialização em História Oral (UFF) – 1975; Mestrado em História (UFSC) – 1977; Professor Catedrático de História Antiga da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Universitária da Região de Joinville, Joinville, de 1968 a 1977; Professor Catedrático do Curso de Educação Artística da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, Florianópolis, de 1976 a 1979; Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) até 1991, quando se aposentou por tempo de serviço.

Pertenceu as seguintes instituições:

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (correspondente); Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (emérito), e correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Brasília e Goiás; Academia Portuguesa da História, do Instituto Histórico y Geográfico do Uruguai, da Academia Portuguesa de La Historia; Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (sócio fundador); Instituto Histórico de Petrópolis (RJ) (correspondente) e Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba (SP) (correspondente); Academia Catarinense de Letras (titular da Cadeira nº 17); Academia Catarinense de Filosofia (titular); Academia Catarinense de Medicina (sócio honorário); Academia Petropolitana de Educação (correspondente); Colégio Brasileiro de Genealogia (correspondente); Associação Brasileira de Críticos de Arte; Associação Internacional de Críticos de Arte.

Exerceu as seguintes funções:

Membro da Comissão de Assistência e Orientação ao Estudante da Universidade Federal de Santa Catarina, de 1976 a 1979; Membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, de 1980 a 1984, e de 1988 a 1991; Coordenador do Curso de Mestrado

¹Membro correspondente do IHRGS, e membro do IHGB e do IHGSC.

em História da UFSC (1983/1990); Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História - lato sensu - especialização, ministrado pela Universidade Federal de Santa Catarina em convênio com a Faculdade de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, em Chapecó, S.C., de 1986 a 1987; Sub Chefe do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, em 1988 e 1989; Membro da Comissão de Consultores da Área de História da CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, para avaliação do desempenho dos cursos de Pós-Graduação em História, em 1987 e em 1988; Diretor do Museu de Arte de Santa Catarina, depois Museu de Arte de Santa Catarina (1963/1969); Diretor do Departamento de Cultura do Estado de Santa Catarina (1969/1975); Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 1975; Membro do Conselho Estadual de Cultura (SC) em diversas épocas;

Livros Publicados:

Cultura, Integração e Desenvolvimento. Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, 1971. 60 p.; *Contribuição ao estudo da Legislação Mesopotâmica*. Florianópolis: s/ed. 1971, 49 p.; *Catálogo de História Oral* (Organizador). Florianópolis: UFSC/Lab. de História Oral. 1977, 159 p.; *História Oral, Teoria e Técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978, 91 p.; *Quatro Artistas da Cerâmica*. Florianópolis: UFSC, 1978, 106 p. (bilíngüe português/inglês); *Guia dos Governantes de Santa Catarina* Florianópolis: Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, 1979.; *Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983, 360 p.; *Um Estado entre duas Repúblicas. A Revolução de Trinta e a Política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984, 316 p.; *Catálogo das Dissertações e Teses dos Cursos de Pós-Graduação em História*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. 400 p.; *Nereu Ramos* (organizador). Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura: Associação Portobello de Cultura, 1988. 168 p.; *Militares e Civis num Governo sem Rumo. O Governo Provisório revolucionário no Sul do Brasil. 1893/1894*. Florianópolis: Ed. da UFSC / Ed. Lunardelli, 1990, 157 p.; *Da Engrenagem ao Chip: A parceria da Escola com a Indústria* (organizador). Florianópolis: SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina, Centro de Documentação e Informação, 1994. 94 p.; *A Academia Catarinense de Letras, sua Criação e Relações com o Poder*. Florianópolis: ACL, 1996, 104 p.; *História da Cultura Catarinense. Vol 1. O Estado e as Idéias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, 236 p.; *Diálogo com Clio*. Florianópolis: Insular, 2003, 208 p.; *Manuel Paranhos da Silva Velloso, Artífice da Nacionalidade no Brasil Monárquico*. Florianópolis: IHGSC, série Ensaio nº 1, 2003, 80 p.; *História de Florianópolis Ilustrada*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004, 376 p. - 2ª edição (rev. e amp.), 2005, 384 p.; *Jerônimo Coelho, um Liberal na formação do II Império*. Florianópolis: Associação Catarinense de Imprensa – Casa do Jornalista, Ed. Insular, 2006, 144 p.

Verbetes Biográficos:

Indicador Catarinense das Artes Plásticas. Florianópolis: FCC, 1988. p. 46.; GOMES, Manoel. *Memória Barriga-Verde*. Florianópolis: Lunardelli, 1990. p. 60.; *Antologia da Academia Catari-*

nense de Letras. Florianópolis: Ed. da Academia Catarinense de Letras, 1991. p. 166.; *Indicador Catarinense de Escritores*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura: Paralelo 27, 1993. p. 64.; Foi autor de dezenas de capítulos em obras coletivas, prefácio de livros, apresentação de exposições de arte, artigos em revistas especializadas e jornais.

Era casado com Evangelia Kotzias Corrêa, tendo deixado o filho Ylmar Corrêa Neto, a nora Ester Dantas Corrêa e a neta Catarina. Suas exéquias ocorreram no dia 01 de dezembro de 2010, no Palácio Cruz e Sousa, sede do IHGSC em Florianópolis, de onde o corpo foi levado ao crematório em Balneário Camboriu.

Na despedida, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, um grande público compareceu. Disseram adeus, em nome da Academia Catarinense de Letras, o presidente Pérciles Prade; do IHGSC, o vice-presidente Osvaldo Ferreira de Melo, sendo as exéquias dirigida pelo pe. Pedro Keller e os agradecimentos pela esposa Evangelia Kotzias Corrêa. No ato final, no crematório Vaticano, interpretaram suas homenagens Nelson Grisard, da Academia Catarinense de Medicina; José Carlos Pacheco; sócio do IHGSC e Augusto César Zeferino, vice-presidente que assumiu a presidência da instituição.

PROYECTOS MONARQUICOS EN EL RÍO DE LA PLATA 1808 – 1816

Walter Rela¹

Nota aclaratoria: El presente artículo forma parte de un trabajo más extenso del Dr. Rela sobre el federalismo en el Río de la Plata y los intentos monárquicos desarrollados por fuerzas políticas y gobernantes de Montevideo y Buenos Aires a lo largo de 1808 a 1816. Dada su extensión total (911 pp.), donde se incluye la documentación pertinente, hemos seleccionado dos capítulos de gran interés y reveladores del espíritu político y de los intereses en juego en ese período. El Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata pone a disposición de los interesados la versión completa de este trabajo. **Prof. Mag. Eduardo R. Palermo.**

Introducción

Mis armas no han tenido otro objeto que sostener la voluntad General de lo pueblos, en cuyo obsequio he estado pronto a sacrificar mi existencia” José Artigas al Cabildo de Montevideo, 25 de mayo de 1815.

Examinando cuidadosamente los marcos teórico e histórico básicos como para sentar una hipótesis confirmamos que hubo entre 1808 y 1819 cuatro frustrados proyectos de instaurar una monarquía en el Río de la Plata entre 1808 y 1819. El primero que implicó a la corona portuguesa y en particular a la Princesa Carlota Joaquina, española, hija de Carlos IV, hermana de Fernando, tuvo asidero en pleno período colonial y en un momento crucial de la historia política y militar de España ocupada por las fuerzas francesas que originariamente se sirvieron de su territorio para invadir Portugal pero terminaron ocupándola y quedando bajo el monarca José I.

Pero las tres siguientes se llevaron a cabo cinco años después de la gesta de Mayo con una Revolución Oriental culminada en la expulsión de las tropas Españolas y que en un 10 de enero de 1815 el Cnel. Fructuoso Rivera derrotaba a Manuel Dorrego en la batalla de Guayabos (Salto) poniendo fin a la dominación porteña en tierra oriental, lo que determinaba la salida de sus tropas del territorio.

¿Qué móviles tuvieron esas dos gestiones en Europa, España 1815 y Francia 1819? ¿Y otra proponiendo al Inca Juan Bautista Tupac Amarú en 1816? ¿Y el ofrecimiento de Tutelaje a Gran Bretaña en 1815? Sin descuidar los pormenores de la lucha entre los caudillos provinciales con Buenos Aires que llevaron a la anarquía a la Argentina, uno sobresale y en el baso mi argumento: una evidente conducta de conspiración contra la doctrina republicano-federalista que defendió D. José Gervasio Artigas acompañado por gobernadores provinciales de Corrientes, Santa Fe, Entre Ríos, Córdoba y Misiones en lucha abierta contra el Director Supremo Gervasio A. Posadas que es derrotado el 28 de febrero de 1814 en Espinillo.

Artigas contaba ya con dos gloriosos títulos: Jefe de los Orientales y Protector de los Pueblos Libres. Políticos y militares porteños con nombre propio fueron sus enemigos a muerte:

¹Membro Correspondente do IHGRGS

Carlos A. Alvear, Martín de Pueyrredón, Gervasio A. Posadas, Manuel de Sarratea, que lo combatieron tenazmente y hasta lo declaran públicamente “traidor a la patria”, pusieron a precio su cabeza.

Está probado que alentaron o aceptaron con alivio las dos invasiones portuguesas, la de 1811, hecha a solicitud del gobernador Elío el 15 de julio de ese año y la del 7 de agosto de 1816. Recordemos que en pleno Sitio de Montevideo, después de la exitosa acción militar de Las Piedras del 18 de mayo de 1811, se ratificó la firma del Tratado de Pacificación o Armisticio entre Elío y la Primera Junta porteña el 20 de octubre, que implicó la retirada del Gral. Rondeau del sitio, quien de inmediato embarcó sus tropas por el puerto del Sauce con destino a Buenos Aires.

Artigas ante tal traición, el 23 de octubre abandonó el Sitio y con 4 mil criollos, “*rodeado de ellos que aman su PATRIA*” emprendió la ruta N.O. y acampó en principio en las costas del río San José. Así se inició una página vibrante de voluntad expresa de un pueblo digno que lucha por su libertad y que es reconocida tradicionalmente como el “*Éxodo del pueblo oriental*”. Desde ese momento (sin duda antes) es combatido a extremos inimaginables por los *porteños*. Un lustro dedicado al trabajo de investigación sobre las raíces profundas de la Revolución Oriental y su personaje más relevante me permitieron publicar trabajos parciales tanto sobre “su acción política”, “su acción militar” o ambas. Ahora dedico este trabajo a un opuesto: el de la acción de los enemigos al ideario político republicano-federalista que defendió con total convicción y fe inquebrantable, con armas de la Patria Oriental y de las Provincias Argentinas de profunda convicción federalista que enfrentó sin tregua al centralismo de Buenos Aires.

Fueron años de lucha con altibajos de triunfos y derrotas militares, hasta que el 22 de enero de 1820, vencido su lugarteniente Andrés Latorre en las puntas del arroyo Tacuarembó chico por los portugueses, el Jefe de los Orientales tuvo que cruzar el río Uruguay e internarse en el territorio argentino por Misiones. No tuvo tregua y allí lo esperaban nuevos y duros enfrentamientos con Francisco Ramírez en tres batallas adversas: Las Guachas (junio 13), las Tunas (junio 24) y Ávalos (julio 17, 23, 24) que lo obligan a retirarse a Corrientes. Esta situación que lo acercaba a un final injusto lo obligó a abandonar definitivamente la lucha armada y la causa republicana-federalista e ingresar en tierra del Paraguay por Itapúa el 5 de setiembre de 1820, acompañado de un puñado de fieles.

Para este asunto de los tres intentos de monarquismo a miembros de la corte española y francesa, más uno de ofrecimiento liso y llano de tutelaje a Gran Bretaña, como metodología tratamos uno por uno estos actos conspiratorios del sistema republicano-federal dentro del proceso de la independencia política del Río de la Plata.

Los gobernantes porteños que como *argentinos* tenían en su haber la gesta de San Martín en Chile y Perú y como hispanoamericanos les tocaba también el triunfo de Ayacucho, en lo local-regional buscaron a cualquier precio entre las familias reales europeas a alguien capaz de ser coronado en “*una monarquía moderada e independiente*”, adaptada al sistema parlamentario británico. No midieron la profunda traición que inferían al destino de pueblos Rioplatenses que con sacrificio de sus vidas habían luchado por la instauración del sistema republicano. Estos pocos “*iluminados porteños*” pero dueños del poder político decidieron cuidar sus intereses personales y de grupo, heredados o ganados contra los de los patriotas jugados por una revolución renovadora. Mas aún, a los opositores se les acusó de “miopía política” que no les dejaba ver “*que en esos días*” sólo una transición monárquica entronizando príncipes europeos era lo único “*conveniente y posible de terminar con la anarquía*”. Ar-

gumentaban que frente a la lucha fratricida desencadenada por los caudillos provinciales contra los “porteños”, sumada a la acción de Artigas en la Provincia Oriental, convertido en su enemigo jurado, era imposible hablar de consolidar un gobierno estable en todo el territorio argentino y oriental.

Es imprescindible replantear el antecedente de 1808 cuando se pretendió que la princesa portuguesa Carlota Joaquina podría ser factible monarca en pleno coloniaje y por las circunstancias puntuales de España (Carlos IV y su heredero Fernando a merced de la voluntad de Napoleón), pero las gestiones no prosperaron según veremos.

La idea no se desestimó, se esperó una coyuntura más favorable, así en 1815 la Misión Sarraatea, Belgrano y Rivadavia que fueron a España con intención de conseguir el reconocimiento independentista (que fracasó) también pretendió “*intentar negociar como heredero al Príncipe Francisco de Paula, hijo de Carlos IV*”. El resultado fue negativo y regresaron a Buenos Aires con las manos vacías.

También en 1815 surgió una gestión indigna, obra de un pro-hombre, enemigo jurado de Artigas: el Director General Carlos María de Alvear que redactó y firmó convencido que era una obra maestra de diplomacia y sentido de la gobernabilidad, la famosa carta para Lord Strangford embajador británico en la corte portuguesa de Río de Janeiro con una propuesta muy concreta y con argumentos que entendía de recibo. Así el 26 de marzo de 1815 puso en manos de un fiel emisario como “*D. Manuel García mi consejero de Estado*” frase con la que encabezó la misiva que en lo modular decía:

“En estas circunstancias, solamente la generosa Nación Británica puede poner remedio eficaz a tantos males acogiendo en sus brazos a estas provincias que obedecerán a su gobierno y recibirán sus leyes con el mayor placer, porque conocen que es el único medio de evitar la destrucción del país...”

Esta otra fracasada misión, estuvo dirigida directamente a conspirar deliberadamente contra el ideario de Artigas que había hecho carne del mismo y pesaba mucho políticamente en las provincias que consolidaron la Liga Federal.

Otro paso fue en pleno Congreso de Tucumán, donde en sesión secreta del 6 de julio de 1816, Manuel Belgrano propuso auscultar la posibilidad de convocar a un representante “*de la dinastía de los Incas*”. Se pensó en Juan Bautista Tupac Amaru, descendiente de los Incas y que había sido 20 años prisionero de España en cárceles de Cádiz. Tampoco prosperó.

La última de las conspiraciones contra Artigas y su ideal republicano-federalista que contaban con el apoyo nada menos que de los caudillos de las provincias de Entre Ríos, Santa Fe, Córdoba, Corrientes, Misiones, que lo habían proclamado su “PROTECTOR” junto con su Pátria, la Provincia Oriental, que lo sintió siempre como su JEFE NATURAL, tuvo como gestor al párroco Valentín Gómez que viajó a Europa en 1819 para negociar un representante de la casa de Orleans. Negada rotundamente esta pretensión, en canje el embajador recibió como contraoferta le de que “*invitara al duque de Lucca*” sobrino de Fernando VII. Como era de esperar, también fracasó.

A estos episodios dedico este trabajo, que como en anteriores, me apoyo sólo en documentos-probanzas, para lo que los acompaño de una selección de documentos esclarecedores, todos publicados y con cita de su origen.

1. El Proyecto Carlotista 1808-1809.

De este aspecto parcial del gran tema que va desde la creación del Virreinato por Carlos III en 1776 con el nombramiento de un personaje de excepción en la lucha contra el expansionismo portugués, sentado en bases reales en el territorio de la Colonia del Sacramento, como fue D. Pedro de Cevallos, hasta la Junta Grande, creada en Buenos Aires por criollos patriotas en la tercera y última Acta del Cabildo del 25 de mayo de 1810, nos interesa la llamada “Diplomacia de Portugal” que involucra el tema “Proyecto Carlotista” de los años 1808-1809.

Seis asuntos se relacionan cronológicamente:

1. Invasiones Napoleónicas a Portugal (18 de octubre de 1807) y la salida de Lisboa de Juan VI con la Corte (noviembre 27 de 1807 hacia Brasil, llegada a Bahía el 23 de enero de 1808), instalación en Río de Janeiro como sede de la corona (mayo 8 de 1808).

2. La invasión a España por las tropas napoleónicas (febrero de 1808). Creación de la Junta Central Suprema de Gobierno del Reino presidida por el Conde de Floridablanca, 28 de septiembre de 1808. José Manuel de Goyeneche representante de la Junta llega al Río de la Plata.

3. El Virreinato del Río de la Plata con su titular Santiago de Liniers (febrero 10 de 1807- enero 11 de 1809) subrogante de Sobremonte por decisión de la Audiencia a consecuencia de su conducta durante las Invasiones Inglesas a Buenos Aires y quien a su vez será sustituido por Baltasar Hidalgo de Cisneros nombrado por la Junta Central de España (llegó a Montevideo el 29 de junio de 1809 y un mes después hizo su “entrada triunfal en Buenos Aires”).

4. La Junta de Montevideo del 21 de septiembre de 1808, el gobernador Elío como Presidente y su disolución por Orden Real el 3 de julio de 1809 que traía el virrey Cisneros por disposición juntista.

5. El enfrentamiento de Martín de Alzaga y Mariano Moreno con Liniers y el fracasado levantamiento del 1 de enero de 1809.

6. El Tratado Apodaca - Canning firmado el 14 de enero de 1809 que otorgó por parte de la Junta de España beneficios comerciales a Inglaterra en las colonias.

Pero ahora me interesa en particular trabajar un tema que la historia tradicional denominó: “El proyecto carlotista” y que involucró la misión secreta del Brigadier D. Francisco Xavier Curado en el decisivo bienio 1808-1809 ante personajes de primera línea entre los que se contaban criollos de Buenos Aires, que posteriormente serían figuras relevantes de la Revolución de Mayo.

“El proyecto carlotista”.

El príncipe regente D. Juan VI que gobernaba por la enfermedad de su madre, la reina María, protegido por Inglaterra que acompañó con sus navíos de guerra a los portugueses que lo trasladaron a Bahía, casado con la princesa Carlota Joaquina hija de Carlos IV y por tanto hermana de Fernando, instalado en Río de Janeiro rehabilitó la tradicional doctrina expansionista hacia el Río de la Plata, cuyo origen se encuentra en 1531 cuando Pero Lopes de Sousa llegó hasta las bocas del río Paraná en plan exploratorio, desatando la furia de Carlos I, quien firmó una contundente Orden Real prohibiendo la navegación de extranjeros por todo el río de la Plata considerado *Mare Clausum* “propiedad de España”.

Ahora el panorama era otro, estamos en 1808, habían pasado 31 años de la pérdida definitiva de la Colonia del Sacramento, Carlos IV y Fernando protagonistas de los conocidos y tristes episodios de Bayona, estaban sometidos a las decisiones de Napoleón que trajo de Nápoles a su hermano José Bonaparte para coronarlo rey de España como José I.

Desde principios de 1808, en que se instaló la Corte portuguesa en el Brasil, la tensión entre las colonias españolas y portuguesas fue en aumento. El regente Juan fue sólo un títere manejado por los ingleses, las ambiciones de Portugal hacia la Banda Oriental fueron una constante en su política exterior. Los ingleses no hicieron nada para frenar este deseo portugués, incluso por momentos alentaron las disputas en torno a la parte oriental del Río de la Plata, pero al conocerse que España había sido invadida, los acontecimientos derivaron en la alianza española-británica, estos últimos frenaron momentáneamente los intentos de agresión armada hacia el Virreinato del Río de la Plata.

El Brasil ya se había convertido en un lugar invadido por las manufacturas inglesas. La preocupación central de los británicos en América era conseguir nuevos mercados, a la vez que debían evitar que los criollos se embarcaran en revoluciones que no pudieran ser controladas con facilidad. Extorsionando a España con su ayuda, por la que ingresaban al mercado americano, por lo que se encontraron con una situación que les era conveniente, cualquier convulsión política podía poner en peligro el desarrollo del comercio.

La situación en el Río de la Plata era propicia para todo tipo de intrigas, en lo que los ingleses eran verdaderos maestros. Desde Río de Janeiro surgió la decisión de imponer a la infanta Carlota Joaquina al frente del Virreinato. Este proyecto fue alentado por Sydney Smith, jefe de la escuadra inglesa en el Atlántico Sur, era a la vez consejero y amante de la princesa, que no mantenía buenas relaciones, ni conyugales, ni políticas con su esposo. Souza Coutinho, ministro de Relaciones Exteriores y de Guerra del Brasil, también participó en un principio del proyecto, además contó con la mirada benevolente de lord Strangford, embajador inglés en Río de Janeiro. Strangford cambió de actitud cuando recibió órdenes de Canning, canciller inglés, de no impulsar ningún cambio en la forma de gobierno de las colonias españolas.

El 2 de septiembre de 1808, Canning escribió a Strangford que en esos momentos no se podía “*fomentar ningún proyecto hostil a la Paz e Independencia de los dominios españoles en América del Sur*”.

El 25 de septiembre se instaló en Aranjuez la Suprema Junta Central con el apoyo del ministro británico, marqués Wellesley. Sydney Smith recibió la orden de abandonar su plan de instalar a la princesa Carlota en Buenos Aires. Varios patriotas se vieron seducidos por la posibilidad de establecer una monarquía moderada, donde los criollos tuvieran participación en el gobier-

no. Entre los simpatizantes de ese proyecto se encontraban Belgrano, Castelli, Nicolás Rodríguez Peña, Vieytes, Berutti y otros; todos los cuales tuvieron una destacada actuación en la Revolución de 1810. Estos no tardaron en darse cuenta de lo difícil que podía ser luchar por la independencia de su patria, cuando potencias extranjeras se entrometían en los asuntos internos.

Los políticos ingleses temieron que la participación de elementos revolucionarios en este plan desatará un movimiento que no pudieran controlar por lo que prefirieron poner fin al proyecto de encumbrar a la infanta. Saturnino Rodríguez Peña, desde el Brasil participaba de la aventura, de acuerdo con Smith decidieron enviar a Paroissen al Río de la Plata, con el objeto de entrevistarse con alguno de los amigos de Rodríguez Peña, para ponerlos al tanto de las maquinaciones de Carlota y sus seguidores.

Mientras esto ocurría, José Presas, secretario de la infanta, la convence de que su nombre era utilizado con fines revolucionarios, esto causó verdadero pánico en la conservadora princesa, que no tuvo mejor idea que enviar, en el mismo barco en que viajó Paroissen, a otro emisario con un mensaje para Liniers donde delataba a sus partidarios. Al llegar al Río de la Plata, Paroissen fue arrestado, de esta forma la princesa Carlota entregaba a quienes querían coronarla. Fue así como los patriotas tomaron conciencia de que no había que esperar demasiado de los extranjeros para llevar a cabo sus planes de emancipación.

Los ingleses, la infanta y su amante, temían que cualquier intento por modificar el gobierno en Buenos Aires pudiera transformarse en un proceso de consecuencias imprevisibles. El gobierno británico decidió cortar por lo sano y reemplazar a Sydney Smith, el que mostraba mayor entusiasmo con el plan.

Algunos historiadores vuelven a esforzarse para tratar de salvar la participación del gobierno británico en esta nueva intriga, sintomáticamente la responsabilidad vuelve a caer sobre la cabeza de un aventurero. En las invasiones fue Popham, aquí la culpabilidad recayó en Smith. Los hechos demostraron que en el comienzo del proyecto, tanto Strangford como Souza Coutinho apoyaron el plan carlotista, y recordemos que difícilmente los portugueses pudieran realizar algo sin el consentimiento de los ingleses. Por otra parte, Saturnino Rodríguez Peña quien también actuó en los acontecimientos que estamos siguiendo, estaba a sueldo de los británicos desde que había ayudado a escapar a Beresford. Para nuestra sorpresa existen historiadores argentinos que no dudan de calificar de patriota a este empleado de la corona británica, tal vez lo fuera desde el punto de vista inglés.

Los auténticos patriotas que cometieron el error de participar de esta aventura no tardaron en rectificar el rumbo, otros como Moreno, desconfiaron de la infanta y sus amigos ingleses, optando por permanecer al margen de los sucesos.

En cuanto a la América española era de mantenimiento de los regímenes virreinales con sus titulares al frente, cabildos, audiencias, milicias, comercio, riqueza pecuaria en algunas regiones, todo funcionaba sin interrupción.

Por otra parte, los ingleses, que desde Utrecht en 1713 habían hecho del Río de la Plata un centro de interés comercial para introducir sus manufacturas, encontraban eco en un aliado incondicional como el regente Juan en un momento en que la vulnerabilidad de España era manifiesta, pero también había un peligro latente y era de que los criollos entraran en el camino independentista cuyo control no era fácil de manejar si éste llegara a extremos.

Así surgió la "decisión" de imponer a la infanta Carlota Joaquina "al frente del Virreinato" alentada en particular por el influyente jefe de la escuadra inglesa en el Atlántico Sur, Sydney

Smith. Inglaterra, cuya habilidad diplomática estaba más que probada, usó a los funcionarios portugueses de alta jerarquía como el Ministro de Relaciones Exteriores y Guerra del Brasil Rodrigo Sousa Coutinho para sus planes que estaban en conocimiento y contaba con el visto bueno del embajador británico en Río de Janeiro, Lord Strangford. Todo parecía un camino sin obstáculos hasta que la situación en Europa cambió a raíz de la lucha que el pueblo español emprendió contra las tropas de ocupación francesa, después del levantamiento espontáneo y masacre del 2 de mayo de 1808.

Con esos datos, en consecuencia actuó el Ministro George Canning. Se respetó la cadena de mandos y Smith recibió “la orden” de abandonar el “Proyecto carlotista” para el Río de la Plata, desde que Inglaterra y España eran aliados en Europa contra Francia. Pero la interpretación de este cambio no es tan sencilla ni se reduce a esta síntesis ni menos decir que algunos criollos patriotas se involucraron favoreciendo el “proyecto” apuntando como se dijo sin mucho fundamento a la conveniencia de instalar una “moderada monarquía” en el Plata siempre que ellos tuviesen participación activa de los mismos en las futuras decisiones de gobierno. Pero tres factores confluyeron contra la viabilidad del “Proyecto carlotista”:

1. El temor inglés de que fuera prólogo de futuros “movimientos revolucionarios” por criollos patriotas, asunto que estaba “en el aire”.

2. Al contrario, la convicción de los patriotas de que si Inglaterra y Portugal “se apoderaban política y militarmente del Río de la Plata” era más difícil llevar adelante cualquier plan independentista.

3. La presión que ejerció el consejero personal de la infanta, José Presas, quien la convenció de que “existía una trama hábilmente urdida en Buenos Aires” y que su nombre iba a ser usado con “fines revolucionarios” por quienes la apoyaban “que no eran más que unos arribistas”.

Entramos en pormenores del “Proyecto carlotista” que involucran la Misión secreta del Mariscal Francisco Xavier Curado en el Río de la Plata (1808-1809). Ante la situación que padecían y que al parecer no tenía futuro político claro, su padre Carlos IV y su hermano Fernando VII, la infanta Carlota Joaquina consideró que había llegado “su hora de reclamar sus derechos a ocupar su lugar en las colonias de América como legítima heredera”. Entonces los movimientos coordinados del ministro Sousa Coutinho, Sydney Smith, en primera instancia Lord Strangford, Saturnino Rodríguez Peña, podían concretar tal pretensión.

El proyecto contó con el apoyo del Regente Juan quien el 19 de agosto de 1808 ante el firme pedido de su mujer “*de que conserve y proteja los derechos que su augusta Casa de Borbon tiene al trono de España e Indias*”. Mientras tanto en Río de Janeiro Sidney Smith tomó su propia decisión y preparó su escuadra para trasladar a la Infanta hasta Montevideo cuando fuese oportuno, alentado por las noticias que le llegaban desde Buenos Aires y que puntualmente puso en conocimiento del regente Juan.

Una carta particular de Buenos Aires, contiene esta frase (está fechada el 22 de agosto), “*Ayer se ha jurado al Sr. Don Fernando 7º, a pesar de las órdenes del Gran Napoleón y hay aquí cerca (de) nuestra suerte tantas opiniones como cabezas aunque en la Proclama se ordena la uniformidad de ideas*”.

Otra carta de Manco Capac, Inca, descendiente de los antiguos reyes del Perú, muestra que piensa plantear sus pretensiones: “*los republicanos no han levantado aún la cabeza, pero trabajan sin tregua en secreto (...) Cumpro con mi conciencia advirtiéndole de un peligro. Existe otro no menos grave que nacería si se escucharan las proposiciones insidiosas de algunos individuos que, para mejor tener el poder entre sus manos en Buenos Ayres, si no lo es para destruir la monarquía, proponen hacerla electiva en la persona de Don Pedro*”.

Se conserva una importante documentación en el Palacio Real de Río de Janeiro, que estamos usando aquí como probanzas en la que figura una nota firmada por Castelli, Beruti, Rodríguez Peña y Belgrano, el 20 de setiembre de 1808:

“En ocasion tan angustiada como la que ha tocado á los Soberanos de España, nada podia sernos tan satisfactorio como la proximidad de V.A.R. y los altos Titulos con que la Serenisima Sra. Princesa del Brasil Da. Carlota Joaquina, y el Serenisimo Señor Infante Dn. Pedro Carlos han significado los derechos de la Augusta Casa de Borbon al Trono de America. (...) confiamos en que V.A.R. se sirva prestar su proteccion Real para los efectos que puede prometernos la felicidad de estar baxo los auspicios de tan ilustre Soberanía, sin los embarazos que la faccion pueda oponer.” (3)

Mientras tanto en Río de Janeiro Saturnino Rodríguez Peña movió sus influencias criollas, también los consultó sobre “el proyecto carlotista” como una fórmula aceptable, de transición para tener “una independencia ordenada” aunque existía el peligro de que de concretarse “el virreinato del Río de la Plata pasase a manos portuguesas y llegase a formar parte del Brasil”. El 4 de octubre de 1808 por su parte le escribió una carta a Carlota Joaquina:

“Los Americanos en la forma más solemne que por aora les es posible, se dirigen à S.A.R. la Señora Doña Carlota Joaquina, Princesa de Portugal é Infanta de España, y la suplican les dispense la mayor gracia, y prueba de su generosidad dignandose trasladarse al Río de la Plata, donde la aclamaran por su Regenta en los términos que sean compatibles con la dignidad de la una, y libertad de los otros. (...) Aunque debemos afianzarnos y sostener como indudable principio, que toda la autoridad es del Pueblo, y que este solo puede delegarla, sin embargo la creacion de una nueva familia Real: nos conduciria á mil desordenes y riesgos. Al contrario la dignidad ya creada, y adornada al presente de tan divinas qualidades, y que separandose absolutamente de la Dominacion Portuguesa se establecerá en esos territorios nos ofrece una eterna felicidad y quantas satisfacciones puede prometerse una nacion establecida afirmada y sostenida con las mas extraordinarias ventajas; añadiendo que sin duda alguna debemos contar con la proteccion y auxilios de la Inglaterra”.

Don Juan no era ajeno a todos estos movimientos, los seguía atentamente, consultaba a sus asesores y por fin se decidió, el 19 de noviembre de 1808, a firmar una carta en la que expresa textualmente:

“nunca mas que ahora ha necesitado España de los recursos de America: ni esta mas de mi presencia, que en las criticas circunstancias del día; en que las Ciudades de Monte-Video y Buenos-Ayres, están expuestas á ser victimas de la mayor Anarquía. La proclama que en nombre de mi muy querido Hermano, promulgó en 15 de agosto, el Gobierno de Buenos-Ayres es muy ambigua, es susceptible no solo de qualesquier sentido, sino tambien de qualesquiera faccion y partido (...) La institucion y ejercicio de una autoridad superior á la del Virrey, es el unico medio, y mas eficaz, para arrancar de raiz aquella sisaña (...) V.A.R. ha visto, por la car-

ta que le han remitido aquellos honrados y fieles habitantes de Buenos-Ayres, los grandes deseos que tienen de que pase y me presente en persona, para estar entre ellos mismos (...).

Ante este documento el virrey Liniers que había jurado lealtad a Fernando VII y reconocido a la Junta Suprema de Sevilla como “representante legítima” hizo las respectivas consultas de rigor a las máximas autoridades: Cabildo, Audiencia, Obispo, Consulado, gobernador de Montevideo para conocer sus opiniones y dar adecuada respuesta a la Infanta.

La situación aunque seguía siendo confusa, el “proyecto carlotista” no cesó en su trámite al punto que se sabe que en octubre de 1808 la Infanta alentada por el giro que podría favorecer sus planes intentó viajar a Buenos Aires para hacerse presente.

Los ingleses que a esta altura estaban movidos por otros intereses, eran aliados de España contra Napoleón y tenían en gestación la eventual firma de un tratado comercial global con franquicias para todas las colonias españolas en América, se opusieron terminantemente. Estaba gestándose el Tratado Apodaca-Canning que aunque recién se concretará en enero de 1809 tuvo una cuidadosa fase de negociación de meses.

El 2 de abril de 1809, Felipe Contucci hizo saber al ministro Sousa Coutinho lo que sigue: “

Excmo Señor Conde de Linhares (...) Todos convienen en q' la situación de estos Países es crítica, y que la conducta q' se ha tenido por Ese Gavine te ha formado tres partidos; uno, el de reconocer por Regenta a S.A.R. la Señora Princesa Da. Carlota; otro el de arrojar del mando á Liniers, sea quien quiera el q' le substituya, el qual podrá agregarse á aquel; y otro el de constituirse en un gobierno democrático; para el que trabajan los Ingleses del modo mas eficaz; pero todos pendientes del resultado de los sucesos de España operan sordamente, y si nó se tienen tomadas todas las medidas para prevenir los males, y conseguir el pensamiento de mi misión, la América del Sud sufrirá mucho, sin provechos de sus contendores”.

Napoleón interesado en el Río de la Plata había enviado desde Bayona como emisario personal a Claude Enrique Esteban Bernard, marqués de Sassenay, que arribó a Maldonado el 9 de agosto de 1808 desde donde se trasladó a Montevideo pero con estrictas órdenes de entregar en manos de Liniers unos pliegos en los que explicaba la real situación de España en Europa y de que José Bonaparte, como José I era rey de España. Esto inquietó a los británicos, además de que corría la noticia de que también los franceses prepararían una escuadra con destino al Río de la Plata.

Sin extremar riesgos Inglaterra debía proteger su comercio en la región y entonces el ministro de Guerra, Castlereagh decidió que un enviado “secreto”, James Burke viajase a Buenos Aires para entrevistarse con las autoridades y también con los patriotas que alentaban el “proyecto carlotista” para poner a ambas partes al mismo tiempo de cual era la política británica, que consistía en “neutralizar los intentos franceses en el Plata”.

Todo se definió cuando los ingleses sopesando los beneficios y las desventajas del “proyecto carlotista” encomendaron a Strangford, el 29 de mayo de 1809 que comunicara al ministro Sousa Coutinho que:

“el Gobierno Británico desaprueba de plano, todo Proyecto que tenga por fin el menor cambio en los negocios de la América Española; que he recibido orden de oponérmele, en Nombre de mi Soberano, quien no cree que haya llegado el momento de plantear las pretensiones de la Señora Princesa del Brasil; pero en el caso de que ese momento llegase a ocurrir, a causa de la extinción de las otras ramas de la monarquía española, o en consecuencia de otros sucesos, Su Majestad no dejará de sostener los justos derechos de la Augusta Esposa de su Ilustre y Antiguo Aliado”.

Esta es una parte del asunto, nos queda por tratar la actuación del agente secreto mariscal Joaquim Xavier Curado en el Río de la Plata que se inicia en mayo de 1808 en Buenos Aires. Dos días después de la afrentosa carta que el conde de Linhares, Sousa Coutinho, envió al Cabildo de Buenos Aires, el 13 de marzo de 1808 que ante la inminente ofensiva napoleónica sobre el Río de la Plata, Portugal, criticando duramente la conducta de los monarcas españoles padre e hijo, Carlos IV y Fernando VII, propone que su corona sería “garante con sus armas de la defensa del virreinato.” En lo medular dice que:

“Ante la dependencia de la Monarquía Española en Europa a Francia y a la casi entera aniquilación de la misma le ofrece toda la protección del Príncipe Regente en forma amigable para evitar toda efusión de sangre, y en caso e no ser oídas / estas propuestas/ entonces su Alteza Real será obligado a obrar en comunidad con su poderoso Aliado /Inglaterra/Usted que comprende el Cabildo y es el Padre de la Patria y debe tomar estas consideraciones en la más seria consideración y queriendo someterse a la protección y vasallaje de Su Alteza Real debe por otro lado... la reunión de ambos países bajo el dominio de un tal grande Príncipe”.

Como parte del plan el mariscal Curado fue investido de credenciales para dirigirse ante Liniers y ofrecerle por parte de Portugal con la autorización del Regente D. Juan “un tratado de Paz y otro de Comercio” que permitiría al virreinato seguridades militares frente a los franceses si ocurriese una invasión. El Cabildo respondió con dureza al ministro Coutinho, declaró una vez más su fidelidad a Fernando VII y a la Corona, el 29 de abril de 1808. Liniers le hizo saber a Curado, el 30 de abril, que el gobernador de Montevideo, Elío estaba autorizado por él como virrey a tratar los asuntos que lo traían al Plata y que a él se dirigiese. Actuó en consecuencia con la resolución del Cabildo de no dejar que Curado arribase a Buenos Aires. Al mismo tiempo Liniers escribió el 31 de mayo de 1808 un extenso oficio a Manuel Godoy informándolo de la situación.

El 22 de agosto se conocen por fin los términos de la propuesta que Curado debía entregar a Liniers acatando las órdenes de D. Juan. El 6 de setiembre Curado y Elío se encuentran en Pando un pueblo cercano a Montevideo y le comunica la parte medular del “proyecto carlotista” pero además añade insidiosamente algo halagador para Elío en su disputa con Liniers: *“éste afrancesado que actuaba como virrey del Río de la Plata, estaba en entendimiento con Napoleón y tarde o temprano le entregará el virreinato”.*

El asunto siguió y Saturnino Rodríguez Peña hizo un último esfuerzo por mantener en vivo “el proyecto carlotista” del que era un defensor. Aquí termina el ciclo del “Proyecto carlotista” pero siguen otros locales de gran importancia a los que ya aludimos, como el fracasado

levantamiento de Martín de Alzaga y Mariano Moreno del 1 de enero de 1809 que pedían la destitución de Liniers hasta el nombramiento el 11 de enero de Baltasar Hidalgo de Cisneros como virrey del Río de la Plata. Para finalizar con el tema traducimos de su original en portugués las partes sustantivas del valioso artículo de la Prof^a. Francisca Nogueira de Acevedo, de la Universidad Federal de Rio de Janeiro publicado en Topoi, en diciembre de 2002: *“Ante la amenaza de un conflicto en la Península, entre España y Portugal Souza Coutinho ordenó que ‘Buenos Aires e Montevideu deveriam ser invadidas por tropas portuguesas y también reforzar las guarniciones de Rio Grande del Sur y que Joaquim Xavier Curado gobernador de Santa Catalina fuese el coordinador de la operación’.*

Siguiendo estrictas instrucciones el militar de carrera envió un oficio a Elío pidiendo permiso para pasar desde allí a Buenos Aires para estrechar vínculos de amistad y comercio entre el Río de la Plata y Portugal con sede en Rio de Janeiro (16 de abril de 1808). Al día siguiente el Presidente del cabildo de Buenos Aires convocó una reunión urgente para tratar el plan de Curado que consideraban peligroso, al punto de estar convencidos de que Portugal era un enemigo de cuidado. Pidieron a Elío que lo detuviera en Montevideo y no lo dejase pasar a Buenos Aires, por otra parte Liniers el 26 de abril recomendaba a Elío *“que tratase a Curado como representante de la Corona portuguesa ‘con la precaución y reserva que corresponde’* y averiguar exactamente que se traía entre manos, además del tratado de paz y comercio. Curado permaneció en Montevideo, examinó la situación con agudeza, dedujo que la invasión pacífica era inviable, que los criollos que colaboraban con el “proyecto carlotista” eran ambiguos en sus pareceres y que solo *“uma guerra com grande apparatus bélico”* haría posible la conquista del Plata. Este es en síntesis el informe que pasó al ministro Souza Coutinho, cuando su “misión secreta” ya había sido descubierta por Elío. Sin embargo este fracaso portugués de 1808-1809 no desmoralizaría a Sousa Coutinho ni a la Corte portuguesa y aunque Inglaterra les negó apoyo, en 1811 a pedido de Elío, sitiado por los patriotas artiguistas, D. Juan VI ordenó a las tropas portuguesas de Rio Grande invadir la Banda Oriental en julio 15 con 5 mil soldados que entraron por la frontera norte, ocupando Melo el día 23 y siguiendo hacia el SE llegando a Santa Teresa el 5 de setiembre.

Conviene recordar que en su “Proclama de Justificação” a los vecinos de la Banda Oriental el comandante Diego de Sousa afirmaba que: *“No es con intención de conquistar vuestro país, que determinó a entrar en él; el objeto de mis operaciones tendrá solamente en vista apaciguar las querellas de una revolución que desgraciadamente os inquieta y os obliga a derramar la sangre de vuestros propios compatriotas”.*

Las misiones de Sarratea, Belgrano y Rivadavia y su fracaso en obtener el reconocimiento español

El regreso de Fernando VII al trono español en marzo de 1814 junto con las primeras medidas por él adoptadas como la nulidad de los decretos de las Cortes, la reimplantación del Consejo de Indias y la disposición de enviar expediciones militares a América conformaron un cuadro de extrema gravedad para la revolución en las Provincias Unidas. Consecuentemente, el director supremo Gervasio Posadas propuso el 13 de septiembre de 1814 el nombramiento de Manuel Belgrano y de Pedro Medrano -luego reemplazado por Bernardino Rivadavia - como enviados ante el gobierno español. Las instrucciones públicas, firmadas el 9 de diciembre de dicho año por

Posadas y Nicolás Herrera, señalaban que los enviados debían presentar sus felicitaciones a Fernando VII por su regreso al trono español, pero también debían informar de la situación política de las provincias rioplatenses, subrayando los abusos y crueldades por parte de las autoridades españolas. Quedaba explicitada en estas instrucciones públicas la decisión de las provincias del Plata de luchar desesperadamente a favor de su autonomía, más allá de sus palabras de lealtad a la figura real. Dichas instrucciones agregaban que los diputados rioplatenses estaban autorizados a aceptar proposiciones españolas, que examinadas por las provincias en la Asamblea de sus Representantes pudieran admitirse sin chocar con “la opinión de los pueblos”. Por cierto, a través de este mecanismo de consulta, el gobierno del Río de la Plata pretendía ganar tiempo para evitar el envío de expediciones militares por parte de la Madre Patria. Al final de las instrucciones públicas, se encargaba a los diputados *“reproducir sin cesar ante la persona del Rey las más reverentes súplicas para que se digne dar una mirada generosa sobre estos inocentes y desgraciados Pueblos que de otro modo quedarán sumergidos en los horrores de una guerra interminable y sangrienta”*, lo que nuevamente denotaba la voluntad de combatir tenazmente por parte del gobierno rioplatense². Voluntad que entre otras armas se expresó a través de la lucrativa guerra de corso. El contenido de las instrucciones reservadas, destinadas a Bernardino Rivadavia el 10 de diciembre de 1814, resultaba aún más significativo en cuanto a sus alcances que el correspondiente a las instrucciones públicas. Decía lo siguiente:

“Que las miras del Gobierno, sea cual fuere la situación de España, sólo tienen por objeto la independencia política de este Continente, o a lo menos la libertad civil de estas Provincias. Como debe ser obra del tiempo y de la política, el diputado tratará de entretejer la conclusión de este negocio todo lo que pueda sin compromiso de la buena fe en su misión”.

Asimismo, Rivadavia debía proponer el envío de emisarios reales a las provincias del Río de la Plata “para que instruidos de su verdadero estado consulten los medios de una conciliación acordada con sus representantes sobre bases de seguridad, igualdad y justicia”.

En caso de fracasar esta proposición y si

“peligrase el curso de la negociación, entonces hará ver con destreza que los Americanos no entrarán jamás por partido alguno que no gire sobre estas dos bases o la venida de un príncipe de la Casa Real de España que mande en soberano este Continente bajo las formas Constitucionales que establezcan las Provincias; o el vínculo y dependencia de ellas de la Corona de España, quedando la administración de todos sus ramos en manos de los Americanos”.

²Ver contenido de las instrucciones públicas firmadas el 9 de diciembre de 1814 por Gervasio Posadas y Nicolás Herrera a Manuel Belgrano y Pedro Medrano, citado en Mario Belgrano, “La política externa con los Estados de Europa (1813-1816)”, Academia Nacional de la Historia, Ricardo Levene (comp.), Historia de la Nación Argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862), vol. VI, 1ª secc., Buenos Aires, El Ateneo, 1947, p. 418.

Por su parte, el gobierno del Río de la Plata admitía las regalías del rey de España en materia de nombramiento de empleos, impuestos, etc., “en quanto no comprometan la seguridad y libertad del país. Sobre estas dos bases girará el Diputado sus negociaciones... sin olvidar que el tratado de vera sancionarse en la Asamblea de los Diputados de estas Provincias por haberse reservado esta facultad”.

Como se desprende del texto de las instrucciones, la insistencia en la resolución de la Asamblea era una estrategia destinada a evitar los compromisos definitivos por parte de los enviados rioplatenses en Madrid, y con ello el gobierno de las Provincias Unidas pretendía -bastante ingenuamente- llevar las negociaciones a la larga de modo de demorar la temida partida de la expedición de Cádiz. En caso de que Fernando VII insistiera en la subordinación de las Provincias Unidas a su autoridad, el diputado se debía dirigir a otra corte extranjera “para sacar algún partido ventajoso que asegure la libertad civil de estas Provincias, sin detenerse, en admitir tratados políticos y de comercio, que puedan estimular su atención porque el fin es conseguir una protección respetable de alguna Potencia de primer orden, contra las tentativas opresoras de España”.

Las instrucciones mencionaban como ejemplos de dichas potencias de primer orden a Inglaterra, Rusia, Francia, Alemania y Estados Unidos. Antes de pasar a Madrid, Rivadavia debía informarse a través de Manuel de Sarratea acerca de la política inglesa respecto de la América Española

*“por que, en el caso que pueda conseguirse que la Nación Inglesa quiera mandar un Príncipe de su Casa Real o de otra de sus aliadas para que se corone en esta parte del Mundo bajo la constitución que fixen estos Pueblos o bajo otras formas liberales tomando sobre sí la obligación de allanar las dificultades que oponga la España o las demás Potencias Europeas, entonces omitirá su viaje a España y sólo tratará con la Inglaterra”*³.

Los comisionados Belgrano y Rivadavia salieron de Buenos Aires el 18 de diciembre de 1814 y llegaron a Río de Janeiro el 12 de enero de 1815. Tuvieron varias entrevistas con lord Strangford, quien les aseguró que su gobierno no permitiría al de Brasil la intervención en el Río de la Plata, dato que resultaba importante para los enviados porteños, pues alejaba el miedo de que las fuerzas expedicionarias españolas encontrasen un respaldo en Brasil. Al encargado de negocios de España, Andrés Villalba, los comisionados le advirtieron sobre los perjuicios para América y la monarquía que sobrevendrían de la expedición del general Morillo.

Villalba les aconsejó dirigirse lo antes posible a Madrid para prevenir la partida de la expedición y evitar la intervención de una potencia extranjera en la cuestión. Belgrano y Rivadavia no fueron recibidos ni por el Príncipe Regente ni por la Infanta Carlota, y tampoco consiguieron eco en sus reclamos respecto de incidentes producidos en la frontera con la Banda Oriental⁴. Por otro lado, un tiempo antes que los arriba mencionados, el Triunvirato había enviado en misión diplomática a Europa a Mariano de Sarratea, luego de la malograda intervención de éste en el sitio de Montevideo. Ante la intransigencia de Fernando VII, Sarratea debía establecer contactos con Carlos IV, exiliado en Roma, y ofrecerle la coronación de su hijo Francisco de Paula en el Río de la Plata. El objetivo mínimo era demorar la partida de la expedición de Morillo y el máximo, si

³Texto de las instrucciones reservadas en *ibid.*, pp. 419-420.

⁴*Ibid.*, pp. 421-422.

se podía, provocar la desunión de la familia real española. Estos objetivos se desprendían de las propias palabras de Sarratea dirigidas por carta al director supremo Gervasio Posadas el 27 de marzo de 1815: “no descubro otro arbitrio, que más pronto pueda substraernos a riesgos semejantes a los que hemos corrido hasta aquí”. La percepción del enviado rioplatense consistía en que, en el estado de fermento reinante en España, cualquier cosa que pudiera tender a dividir los ánimos y ofrecer puntos de apoyo a los disidentes, debía causar grandísimos cuidados a su gobierno. Así afirmaba que “una simple declaración del rey padre traería la consternación en el gobierno de su hijo Fernando VII”. Se trataba de “ganar tiempo, entreteniendo al general Morillo si fuese posible. (...) No es verosímil que él detenga sus operaciones, pero V.S. tampoco ha de detener la suya, poco o nada se pierde con tentar el vaho”⁵.

No menos significativas resultaban las declaraciones de Sarratea al general Carlos de Alvear: “entretanto aquí he movido la única tecla que hay que menear; y si encontramos dispuesta la materia, enredaremos la lista en disposición que no la desenredará ni el mismo demonio”⁶. Este plan de Sarratea se conoce en los textos de historia con el nombre de “negocio de Italia”. Las palabras del Director Supremo Alvarez Thomas -sucesor de Posadas y de Alvear- a Sarratea no dejaban dudas acerca del alcance de este plan:

“Vea usted la necesidad de barajar el proyectillo de Italia y entretenerlo sin pasar a compromisos serios hasta que veamos en que para el Congreso General, el rumbo que deben tomar las relaciones exteriores. Váyase usted con pies de plomo, y redúzcase a trabajar sobre la protección de nuestra independencia, haciendo que se ahorre sangre, pues por lo visto, los Españoles no se juntan con los Americanos, a lo menos con los de este rumbo”⁷.

Sarratea había encargado al conde de Cabarrús la tarea de entablar la negociación con Carlos IV, pero limitándose a darle instrucciones meramente verbales. Los acontecimientos europeos obligaron a Carlos IV, residente en Italia, a postergar una decisión respecto de este tema. En una segunda ronda de negociaciones del conde de Cabarrús con Carlos IV, el primero llevó instrucciones escritas, que entre otros elementos incluía un manifiesto que Carlos IV debía firmar, por el cual cedía a su hijo Francisco de Paula “el dominio y señorío de los territorios que formaban el virreinato de Buenos Aires, la presidencia de Chile y provincias de Puno, Arequipa y Cuzco con sus costas e islas adyacentes”. Se incluía además un proyecto de constitución monárquico-constitucional. La nueva monarquía tendría el nombre de Reino Unido del Río de la Plata⁸. Pero en vísperas de la partida de Cabarrús a Italia, Napoleón Bonaparte era derrotado en Waterloo. Este cambio en el contexto europeo hizo prever una reacción del autoritarismo monárquico contra las ideas liberales y malogró las negociaciones con Carlos IV.

Frustrado el “negocio de Italia”, Sarratea pensó en la opción de propiciar la creación, en el antiguo virreinato de Buenos Aires y reino de Chile, de un estado independiente con un príncipe de la casa real española al frente del mismo. Para ello, nuevamente utilizó a Cabarrús como mediador. Cabarrús celebró dos entrevistas con el ministro de estado español, Pedro Cevallos. Este

⁵Sarratea a Posadas, Londres, 27 de marzo de 1815, en *ibid.*, pp. 422-423.

⁶Gregorio F. Rodríguez, *Historia de Alvear*, Buenos Aires, 1913, t. II, p. 241, 3 de abril de 1815; Carlos Correa Luna, *Rivadavia y la simulación monárquica de 1815*, Buenos Aires, 1929, p. 16; Mario Belgrano, *Belgrano*, Buenos Aires, 1927, p. 252, cit. en *ibid.*, p. 423.

⁷Alvarez Thomas a Sarratea, Buenos Aires, 10 de julio de 1815, en Gregorio F. Rodríguez, *Contribución histórica y documental*, Buenos Aires, 1921, tomo I, p. 192; Carlos Correa Luna, *op. cit.*, p. 67 y Mario Belgrano, *Belgrano*, p. 254, fuentes citadas en *ibid.*, p. 423.

⁸*Ibid.*, p. 424.

último rechazó la idea de un estado independiente en el Plata, pues implicaba un insulto a la soberanía del rey, cuya aceptación era la condición *sine qua non* de cualquier arreglo con los representantes diplomáticos de las Provincias Unidas. En adelante, Cevallos se negó a recibir a Cabarrús. Las negociaciones de Sarratea, Belgrano y Rivadavia se complicaron con el desacuerdo entre el primero y los otros dos, generado por el alcance de las negociaciones de Cabarrús. Sarratea temía que el rey Fernando VII fuera capaz de convencer a Rivadavia de alcanzar una reconciliación basada en la sumisión a España. Basado en ese temor, Sarratea buscó desacreditar a Rivadavia poniendo las negociaciones con la corte española en peligro⁹. Estos cortocircuitos personales se potenciaban gracias a la complicidad que representaba la lentitud en el intercambio epistolar, exacerbada por las distancias que separaban a Buenos Aires de Europa. Las intrigas de Sarratea lograron que la misión de Rivadavia no consiguiera ni la reconciliación con Fernando VII ni el reconocimiento real de la independencia porteña respecto de la metrópoli. Por cierto, las divisiones facciosas, en el ámbito de las relaciones internas, impedían el acuerdo acerca de una forma de gobierno para las Provincias Unidas y la conformación de un Estado nacional, y, trasladadas al campo de las relaciones diplomáticas exteriores, provocaban una pugna entre los distintos representantes diplomáticos por obtener ventajas personales o de su bando ante las cortes europeas.

La lucha entre Sarratea y Rivadavia, que no sería la única de este período, era un abrumador reflejo del estado de anarquía en el que estaba envuelto el gobierno rioplatense. Por su parte, Rivadavia intentó entrevistarse con Cevallos hacia fines de mayo de 1816 prescindiendo de Cabarrús y Sarratea. Pero la aparición, cerca de Cádiz, de una expedición corsaria proveniente de Buenos Aires -y que había hecho varias presas- dificultó el desempeño de las entrevistas entre Rivadavia y Cevallos.

Finalmente, en oficio del 21 de junio de 1816, el ministro Cevallos ponía término a las conferencias y le comunicaba a Rivadavia que el propio rey había ordenado su salida del territorio español. El 15 de julio, partía Rivadavia de Madrid sin haber obtenido su propósito. Pero las gestiones diplomáticas del gobierno de Buenos Aires en el escenario europeo no culminaron con el fracaso de esa misión. En enero de 1817 el director supremo Juan Martín de Pueyrredón enviaba a Antonio José Valdés, editor de *El Censor*, periódico de Buenos Aires, a las cortes de Rusia y Austria para obtener su mediación en la lucha de las Provincias Unidas con España. Pueyrredón temía una combinación secreta entre fuerzas de España y Portugal contra las Provincias Unidas. Pero la misión Valdés fracasó porque Rivadavia se ocupó de presentarlo ante Pueyrredón como un traidor que ofrecía el reino de Buenos Aires a un príncipe austríaco y afirmaba que la embajada española había publicado sus escritos. Rivadavia sentía que Valdés corroía el crédito de Pueyrredón y la causa americana. Pero Pueyrredón tenía una fuente de información adicional: había accedido a una nota escrita por su secretario de gobierno, a Rivadavia, en donde el primero aseguraba que Valdés había probado ser un “*hombre perverso*” que provocaba la “*indignación de los buenos americanos*”¹⁰.

⁹Rivadavia a Belgrano, París, 5 de diciembre de 1815, en Emilio Ravignani, (ed.), Documentos para la historia argentina, vols. XXI y XXII, Buenos Aires, Imprenta de la Universidad, 1933-1936, XXII, 102 ff, citado en A.M. Rhodes, op. cit., p. 91.

¹⁰Secretario de Gobierno a Rivadavia, 31 de julio de 1818, Documentos para la historia argentina, XXI, 298, en ibid., p. 102.

Tentativa de 1815 para transformar a la Argentina e Colonia Inglesa. La Misión García ate Lord Strangford - los Pliegos

Sobre el contenido de los pliegos que llevaba García, Mitre en su Historia de Belgrano (II, 232 y sgtes.) transcribe párrafos del uno y del otro, y da a entender que ambos eran de distinta redacción aunque “*vaciando los mismos conceptos*”. De la misma opinión es López. (Historia Argentina VI, 66 y sgtes.). Rivadavia en carta a Alvear del 3 de marzo de 1815¹¹ dice que ambos eran idénticos, aunque esta identidad bien puede referirse al fondo que no a la forma. El pliego a Lord Strangford decía así:

“El Supremo Director don Carlos Alvear al Lord Strangford Muy señor mío: B. Manuel García, mi consejero de Estado instruirá a V. E. de mis últimos designios con respecto a la pacificación y futura suerte de estas provincias. “Cinco años de repetidas experiencias han hecho ver a todos los hombres de juicio y opinión, que este país no está en edad ni en estado de gobernarse por sí mismo, y que necesita una mano exterior que lo dirija y contenga en la esfera del orden, antes que se precipite en los horrores de la anarquía. “Pero también ha hecho conocer el tiempo la imposibilidad de que vuelva a la antigua dominación, porque el odio a los españoles, que ha excitado el orgullo y opresión desde el tiempo de la conquista, ha subido de punto con los sucesos y desengaños de su fiera durante la revolución. Ha sido necesaria toda la prudencia política y ascendiente del gobierno actual, para apagar la irritación que ha causado en la masa de los habitantes el envío de Diputados al Rey. La sola idea de composición con los españoles los exalta hasta el fanatismo y todos juran en público y en secreto morir antes que sujetarse a la metrópoli. “En estas circunstancias solamente la generosa nación británica puede poner un remedio eficaz a tantos males, acogiendo en sus brazos a estas provincias que obedecerán a su gobierno y recibirán sus leyes con el mayor placer: porque conocen que es el único medio de evitar la destrucción del país, a que están dispuestos antes de volver a la antigua servidumbre, y esperan de la sabiduría de esa Nación una existencia pacífica y dichosa. “Yo no dudo asegurar a V. E. bajo mi palabra de honor, Que este es el voto y el objeto de las esperanzas de todos los hombres sensatos, que son los que forman la opinión real de los pueblos, y si alguna idea puede lisonjearme en el mando que obtengo, no es otra que la de poder concurrir con autoridad y poder a la realización de este medida toda vez que se acepte por la Gran Bretaña. “Sin entrar en los arcanos de la política del gabinete inglés, he llegado a persuadirme que el proyecto no ofrece grandes embarazos en su ejecución. La disposición de estas provincias es la más favorable, y su opinión está apoyada en la necesidad y en la conveniencia, que son el estímulo más fuerte del corazón humano. “Por lo tocante a la Nación inglesa no crea que puede presentarse otro inconveniente, que aquel que ofrece la delicadeza del decoro nacional por las consideraciones a la alianza y relaciones con el Rey de España. “Pero yo no veo que este sentimiento de pundonor haya de preferirse al grande interés que puede prometerse la Inglaterra de la posesión exclusiva de este continente, y la gloria de evitar la destrucción de una parte considerable del nuevo mundo, especialmente si se reflexiona que la resistencia

¹¹Rodríguez, G. Contribución Histórica y Documentos, p.152. Buenos Aires: 1921.

a nuestras solicitudes, tan lejos de asegurar a los españoles la reconquista de estos países, no haría más que autorizar una guerra civil interminable, que los haría inútiles para la metrópoli en perjuicio de todas las naciones europeas. La Inglaterra que ha protegido la libertad de los negros en la costa de África, impidiendo con la fuerza el comercio de la esclavatura a sus más íntimos aliados, no puede abandonar a su suerte a los habitantes del Río de la Plata en el acto mismo en que se arrojan a sus brazos generosos. Crea V. E. que yo tendría el mayor sentimiento, si una repulsa pusiese a estos pueblos en los bordes de la desesperación, porque veo hasta que punto llegarían sus desgracias, y la dificultad de contenerlas, cuando el desorden haya hecho ineficaz todo remedio. Pero yo estoy muy distante de imaginarlo, porque conozco que la posesión de estos países no es estorbo a la Inglaterra para expresar sus sentimientos de adhesión a España, en mejor oportunidad y cuando el estado de los negocios no presente los resultados funestos que tratan de evitarse. “Yo deseo que V. E. se digne escuchar a mí enviado, acordar con él lo que V. E. juzgue conducente, y manifestarme sus sentimientos, en la inteligencia que estoy dispuesto a dar todas las pruebas de la sinceridad de esta comunicación y tomar de consuno las medidas que sean necesarias para realizar el proyecto, si en el concepto de V. E. puede encontrar una acogida, feliz en el ánimo del Rey y de la Nación. Dios guarde etc. Buenos Aires, 25 de enero de 1815. “Carlos de Alvear. Excmo. Sr. Vizconde Strangford, embajador de S. M. B. en la Corte del Brasil”¹².

El otro pliego – mucho más explícito dentro de la misma idea – tenía estos otros párrafos que no existen en la comunicación al embajador ante la corte de Río:

“Estas provincias desean pertenecer a la Gran Bretaña, recibir sus leyes, obedecer a su gobierno y vivir bajo su influjo poderoso. Ellas se abandonan sin condición alguna a la generosidad y buena fe del pueblo inglés, y yo estoy dispuesto a sostener tan justa solicitud para librarlas de los males que las afligen. Es necesario que se aprovechen los momentos, que vengan tropas que impongan a los genios discolos, y un jefe autorizado que empiece a dar al país las formas que sean del beneplácito del rey y de la nación, a cuyos efectos espero que V. E. me dará sus avisos con la reserva y prontitud que conviene preparar oportunamente la ejecución”¹³.

Finalmente el documento que servía de presentación a García estaba concebido en estos términos: “Excmo. Señor: El estado de los asuntos en este país me obliga a encargar a Don Manuel José García Secretario de este Gobierno, de la obligación de comunicarse verbalmente con V. E. en la esperanza que se determine algo, que pueda ser conveniente para los intereses de la Gran Bretaña, y tan eficaz para estas provincias como las circunstancias requieren. Él lleva las instrucciones y autorizaciones necesarias. Tengo una legítima esperanza que V. E. estará dispuesto a dar a estos países una nueva prueba de su disposición para protegerlos. “Tengo de honor etc. Carlos de Alvear. Buenos Aires, enero 25 de 1815. Al Sr. Vizconde Strangford, embajador de S. M. B. ante la Corte de Brasil”¹⁴.

¹²López, Vicente Fidel. Historia Argentina. Buenos Aires: 1882.

¹³Mitre, Bartolomé. Historia de Belgrano, p.282. Buenos Aires: 1902.

¹⁴Archivo Británico. Citado por Rodríguez, op.cit. p. 106.

La sumisión a Inglaterra

Aparentemente, pues, la guerra de la independencia se terminaba con la transformación de la colonia española en colonia inglesa. Ha sido llamada esta negociación pedido de protectorado a Inglaterra, pero en realidad es algo más que el protectorado lo que solicitaba Alvear en sus notas: es la completa sumisión a Inglaterra, la transformación en colonia británica. No de otra manera se pueden interpretar los párrafos: “Acogiendo (Inglaterra) en sus brazos a estas provincias que obedecerán a su gobierno, y recibirán sus leyes” de la nota a Strangford; y “Estas provincias desean pertenecer a la Gran Bretaña, recibir sus leyes, obedecer a su gobierno... se abandonan sin condición alguna... que venga un jefe autorizado que empiece a dar al país las formas que sean del beneplácito del Rey y de la Nación” de la similar al Ministro de Relaciones Exteriores británico.

Mitre – que critica justamente y con duros términos la gestión – la llama empero “*alianza o protectorado de la Inglaterra*”. El término ambiguo se impuso y es empleado por López, que disculpa la gestión por las necesidades de la época y la seguridad de que sería rechazada, aunque “*la prueba de que nuestros hombres tenían razón, es que la Inglaterra hizo todo lo que ellos le pedían, aunque usando de otros medios más disimulados, que le permitieron mantenerse irreproachable en las formas*” (V, 238).

Por la imposibilidad de mantener un comando político que se le escapaba de las manos, y poseído de la certeza de que fuera de su partido no había más meta que la anarquía y la ruina de las Provincias Unidas, el Director Alvear solicitaba la anexión a Inglaterra, y se ponía a las órdenes del embajador inglés hasta tanto llegaba “*el jefe autorizado*”. A lo menos eso decían los pliegos de los que era portador García, dejando para otro lugar de este estudio el análisis de la suposición, planteada por algunos, sobre la falta de sinceridad de la propuesta. La causa del pedido a Inglaterra era la necesidad del partido gobernante para mantenerse en la administración con tropas extranjeras que se “*impusieran a los genios díscolos*”. Pero el hecho efectivo que lo desencadenó fue la amenaza de la expedición española que se preparaba en Cádiz, y la falta de fe para esperar el triunfo de Buenos Aires en esa emergencia.

En Río de Janeiro

García llegó a Río de Janeiro el 23 de febrero y solicitó inmediatamente audiencia a Strangford. Es sugerente que esta audiencia se realizara la noche del 26, no solamente por lo inusitado de la hora, sino por cuanto el 26 fue domingo. Pero hay algo más extraño aún. Se encontraban en la misma ciudad Rivadavia y Belgrano desde los primeros días de enero, y no solamente García – colega y amigo de ambos – no los buscó, sino que su actitud da la impresión de que se ocultaba de ellos. El día 28 Rivadavia escribió extrañadísimo a Alvear en el párrafo final de una larguísima carta:

“Iba a seguir con las noticias del día, pero vengo de ver a Lord Strangford, y este me ha sorprendido con la noticia de que García ha estado con él, que le ha hablado sobre varios particulares. ... Lo mandamos buscar... No se ha podido encontrar a García, y sólo hemos averiguado que hace seis días que llegó... esta conducta es muy extraña... Strangford que ha extrañado lo que era indispensable que no supiese yo de García, me ha mandado preguntar por su secretario si he encontrado a dicho

*García, y si he sabido su objeto o comisión ... en fin esperamos a la inteligencia de estos misterios*¹⁵.

Sin hablar pues con sus colegas, sin enterarse personalmente de las disposiciones del embajador inglés por boca de Rivadavia y Belgrano, sin estar al tanto de todas las cosas de que podían instruirlo los comisionados de Posadas (que ya llevaban cuarenta días en la ciudad), García quiso hablar con Lord Strangford. Es evidente que obraba así por la conveniencia de su misión, de la cual no quería participar ni dejar traslucir nada, a los otros delegados. Tal vez tuvo la esperanza, luego frustrada, de embarcarse de regreso inmediatamente, sin que Rivadavia ni Belgrano se enteraran siquiera de su paso fugaz por el Brasil. El día 26 se realizaba la conferencia. En la información que escribió García el 27 sobre la misma, nada dice de la presentación de los pliegos. Hace una relación sucinta y aparentemente inocente en su comunicación al gobierno:

Lord Strangford: *comenzó hablando de la “buena disposición de su gobierno para contribuir en cuando lo permitieran los compromisos con S. M. Católica a fin de que las Provincias del Río de la Plata obtuviesen todas aquellas mejoras a que tenían indudablemente derecho”.*

García: *planteó dos cuestiones: 1º “si S. M. B. podría interponer su influjo a fin de que se suspendieran las hostilidades y se entablase una negociación pacífica entre la metrópoli y los insurrectos”, y 2º “si en caso de ser desairada su interferencia podría prestarles a aquellos su protección e impedir el bloqueo del Río de la Plata toda vez que lo intentase S. M. C.”, agregando estas palabras pronunciadas por él... “me veo obligado a rogar a V. E. quiera darme respuestas positivas, pues son de absoluta necesidad a mi gobierno para la dirección ulterior de sus negocios”. Lord Strangford: después de un corto silencio contestó “que nada positivo podía asegurar sobre los puntos indicados: y que de hecho sus instrucciones no le facultaban para oponerse al bloqueo del Río de la Plata ni a las hostilidades de S. M. C.”.*

García: *El objeto de mi misión ante V. E. se ha cumplido. Mi gobierno deberá a la franqueza de V. E. un desengaño de precio incalculable en las circunstancias actuales”. Lord Strangford: le expresó entonces el deseo “de tener por escrito lo sustancial” de lo hablado.*

¹⁵Comisión de Rivadavia ante España...1814-1821. Universidad de Buenos Aires: 1933.

Al día siguiente García le entregó el Memorial que analizaré más adelante, y Strangford le “ratificó los mismos principios” expresados la noche anterior¹⁶.

Salta a la vista que el informe del 27 de febrero es incompleto. Hay algo que el comisionado argentino no dice, y espera que comprenda el gobernante porteño entre los renglones de sus frases. No es posible que García abandonara sus funciones delicadas en el Consejo de Estado – precisamente en esos momentos – y realizado un largo viaje de treinta días para irle a repetir a Lord Strangford el mismo pedido que habían hecho Rivadavia y Belgrano. No es posible que ese solamente fuera todo el objeto de su negociación, ni que manifestara tan profundo “desengaño de precio incalculable” simplemente porque el embajador inglés no tenía instrucciones para oponerse al bloqueo español. ¡Cómo podía suponer sinceramente García que Inglaterra aliada de España por el tratado de 1809 (todavía no conocía el tratado de 1814) iba a dar instrucciones a su embajador, precisamente, de violar la neutralidad en perjuicio de su aliada! ¡Y cómo podía suponerse que creyera sinceramente que el embajador podría obrar en ese sentido sin instrucciones terminantes!

El Memorial

El informe de García oculta o disfraza la verdad, aunque hay algo en su redacción que hace comprender su verdadero propósito: explicarle a Alvear la rotunda negativa del embajador inglés, pero de modo tal que solamente el remitente de los pliegos pudiera entenderlo. Fueron muchas precauciones enigmáticas¹⁷ que usaron el Director Supremo y su Consejo de Estado para dejar los menores rastros posibles de la desgraciada negociación.

Lo cierto es que García no entregó los famosos pliegos, y en su lugar confeccionó un Memorial a pedido del embajador que este hizo seguir a Inglaterra. Pero pasa otra cosa enigmática con este Memorial: a estar el informe del 27 de febrero este fue entregado el mismo día. Pero el original que se encuentra en el Archivo Británico lleva fecha 3 de marzo. Y la copia que remitió García a Buenos Aires tiene otra fecha: 4 de marzo. Y entre el ejemplar de Londres y el de Buenos Aires hay diferencias muy grandes en el tono general, como en párrafos que han sido omitidos tanto en uno, como en otro. Para aumentar más el problema hay una tercera versión del Memorial, basada en los borradores existentes entre los papeles de García, que difiere de los otros dos textos: este borrador no lleva fecha¹⁸.

Da la impresión de que García confeccionó un primer Memorial, que entregó el 27 de febrero a Lord Strangford, comunicándoselo a su gobierno ese mismo día. Pero sus términos no debieron complacer al embajador que solicitó correcciones, tal vez en más de una reunión. A través de la copia enviada a Buenos Aires, y de los borradores, puede seguirse la evolución que tomó el documento para llegar a su forma última.

Veamos: la copia del Archivo de Buenos Aires después de historiar la revolución argentina, dice: “*En esta tentativa se han sostenido los gobiernos provisionales del Río de la Plata hasta que S. M. B., a cuya sombra se acogieron desde luego, quisiese indicarles su destino*”. El original del Archivo Británico dice en lugar del párrafo subrayado: “*hasta que S. M. B., cedería a las súplicas de su infortunado pueblo, y les haría conocer su destino*”. La copia de Buenos Aires, dice: “*sin embargo del si-*

¹⁶Calvo, Carlos. *Anales Históricas*, t.II, p. 255 y ss. Buenos Aires: s/f.

¹⁷Se refiere a “reservas” mantenidas entre Alvear y García.

¹⁸Instituto de Investigaciones Históricas. Universidad de Buenos Aires: 1933-1938. En borrador Arch. García.

lencio que ha guardado el gabinete británico en todas nuestras instituciones". El original de Londres agrega "...sobre las repetidas y patéticas peticiones que se le han hecho". La copia de Buenos Aires: "Inglaterra lo deja al pueblo argentino abandonado a sí mismo y se niega a sus reclamaciones". El original: "...rehúsa escuchar sus humildes súplicas". La copia: "Pero el honor mismo del gobierno del Río de la Plata exige que detenga en lo posible el terremoto de tantos males y que tome un partido más conveniente que el que le dicta la desesperación. Todo hasta la esclavitud es preferible a la anarquía. En tales circunstancias una sola palabra de la Gran Bretaña bastaría a hacer la felicidad de mil pueblos y abriría una escena gloriosa al nombre inglés y consolante a la humanidad". El borrador - que sirvió a Mitre en su versión: "Todo es mejor que la anarquía, y aun el mismo gobierno español después de ejercitar su venganza y de agobiar al país con su yugo de fierro, dejaría alguna esperanza más de prosperidad que las pasiones desencadenadas de pueblos en anarquía". El original inglés en cambio dice: "y aun el más tiránico mantendrá mejor esperanza de prosperidad que la desordenada voluntad del populacho".

Finalmente, el original de Londres tiene un párrafo muy elogioso para Strangford "a quien ha considerado siempre como el órgano de la voluntad del gobierno británico respecto a estos países" agregando que le hace esas declaraciones "por consideraciones a la particular confianza que tiene V. E. el gobierno del Río de la Plata", que no contiene la copia enviada a Buenos Aires.

¿Cómo se explican esas modificaciones? Posiblemente el documento de Buenos Aires fue copia de una versión no aceptada por Strangford - tal vez de la primera versión - y el borrador que se encuentra entre los papeles de García de una segunda versión, también rechazada. Puede fundarse esta hipótesis en las siguientes circunstancias: 1º) Que la copia de Buenos Aires contiene expresiones claras sobre un pedido de protectorado que no podían convenir a la situación de Inglaterra con España. 2º) Que indudablemente el embajador británico no aceptó el párrafo: "Inglaterra se niega a sus reclamaciones" cuyo tono no admitió, e indicó su sustitución por: "rehúsa escuchar sus humildes súplicas" más conforme con la índole de la misión. 3º) Que Inglaterra, aliada de España, no podía aceptar los párrafos ofensivos para esta como "el gobierno español después de ejercitar su venganza y de agobiar al país con su yugo de hierro" que fue sustituido por el impersonal "y aun el más tiránico...". 4º) Que por indicación de Lord Strangford, o para complacer a éste, García agregó a la versión definitiva los párrafos elogiosos para el embajador, que sería para los argentinos *the right man in the right place*. A lo menos en un documento que iría a manos de sus superiores jerárquicos en tiempos difíciles para su carrera.

Es decir que el propio embajador frenaba los impulsos argentinos. Lord Strangford no quería nada que pudiera interpretarse como una petición, aun implícita, de colonialismo. El Memorial, por lacrimosa que fuera su redacción, ya no era lo mismo que el pliego firmado por Alvear.

Propósitos de la misión

¿Fue esta una negociación encaminada a impedir u obstaculizar la expedición española, que según las noticias recibidas en Buenos Aires ya se daba a la vela en enero de 1815? Sí, en parte. Es evidente que García apuró con urgencia su viaje, se embarcó el 28 de enero llevando las cartas de Alvear fechadas el 25; llega a Río el 23 de febrero, y es recibido por Lord Strangford el domingo 26. El motivo determinante del viaje de García debió ser el anuncio de la próxima llegada de la expedición española. De esta nada se sabía en Buenos Aires durante los primeros días de enero,

y Rivadavia se entera solamente el 15 en Río de Janeiro, y se apresura a escribir el mismo día al gobierno con la angustia consiguiente.

En Buenos Aires, se debió saber la noticia el día 25 o muy poco antes (desde luego que por otro conducto, pues la carta de Rivadavia debió tardar veinte días en llegar), y la primera noticia oficial que se da al público es el Manifiesto de la Asamblea del 26 de enero invitando a la calma y a la unión ante el peligro. También el Cabildo publica una Proclama de cuatro folios el 31 instando “a la reconciliación de todos para organizar la mejor defensa”. Alvear no tenía mucha fe en la reconciliación, y ya el barco de García navegaba mar adentro portando otra defensa que se entendía más eficaz. Pero el temor ante la expedición española no fue el único motivo para entregarse a Inglaterra. Alvear apuró ese 25 de enero, algo que ya se estaba gestando tiempo atrás, y cuyas huellas encontramos por todas partes.

García defendiéndose tiempo después de un cargo que le hace Sarratea por haber entregado el famoso pliego a Rivadavia, escribía el 6 de febrero de 1816: “*El pliego no podía perjudicar a nadie, pues en el país no se tenía por traición cualquier sacrificio en favor de los ingleses y aun la total sumisión en la alternativa de pertenecer otra vez a España*”. Claro está que García se refiere al pensamiento de los hombres del gobierno (tal vez solamente de algunos de ellos) y no debe suponerse que el país entero estaba conforme con tan extraña medida. El secreto guardado por Alvear, Herrera, García y Rivadavia confirma esta suposición. En las Instrucciones Secretas dadas a Rivadavia el 10 de diciembre de 1814 por Posadas y su ministro Herrera – y que debería abrir al llegar a Londres – se lee:

“Tendrá muy presente en el desempeño de su comisión, que las miras del gobierno, sea cual fuere el interés de España, solo tienen por objeto la independencia política de este continente, o a lo menos la libertad civil de estas provincias” (ins. 2º) “Si el gabinete español insistiese en la dependencia servil de estas Provincias rechazando toda convención justa y racional, entonces convertirá el diputado toda su atención en las Cortes extranjeras para sacar algún partido ventajoso que asegure la libertad civil de estas provincias, sin detenerse en admitir tratados políticos y de comercio que puedan estimular su ambición; porque el fin es conseguir una protección respetable de alguna potencia de primer orden... La Inglaterra, la Rusia, la Francia, la Alemania, y los Estados Unidos deben fijar la atención del diputado en esta parte, la más delicada de su comisión (instr. 3º). “Tomará, los conocimientos necesarios sobre las miras o máxima política que sigue el gabinete inglés con respecto a las provincias disidentes de la América española, porque en el caso que pueda conseguirse que la Nación, inglesa pueda mandar un príncipe de su Casa Real o de otras de sus aliadas para que se corone en esta parte del mundo bajo la constitución que rijen estos pueblos, o bajo otras formas liberales, tomando sobre sí la obligación de allanar las dificultades que se opongan, entonces admitirá su viaje a España... Lo que acaba de decirse se entiende también para el caso que la Inglaterra quiera protegernos para nuestra independencia por otro medio que no sea precisamente la venida de un príncipe o el establecimiento de una nueva dinastía en el continente: pues en tales circunstancias se entrará en negociaciones sin detenerse en concesiones ni privilegios y cualesquiera prerrogativa que no comprometan la libertad pública” (instr. 5º). Todo esto lo haría Rivadavia exclusivamente “pudiendo hacerle a Sarratea las comunicaciones que crea necesarias” (instr. 8º), pero sin enterar a

Belgrano, cuyo único objeto parece haber sido acompañar la misión y quedarse en Londres como garantía de patriotismo.

Gregorio Tagle – en documento que cita Manuel R. García¹⁹ – escribía por esa época quejándose del excesivo patriotismo del gobierno: *“Tampoco han querido conocer la diferencia que hay entre defender una libertad ya establecida, y el hacerla nacer y consolidarla... No quiera Dios que el actual gobierno caiga en estos errores. Demasiado convencido estoy de que los pueblos americanos necesitan libertad e independencia, especialmente del gobierno español y porque lo estoy temblando cuando veo los riesgos que corren por la demasiada impetuosidad de sus conductores... Hasta ahora hemos querido trazar a nuestros negocios estos dos únicos tópicos: soberanía perfectísima o esclavitud completa; yo no sé si fuera de estos extremos podría hallarse también el resultado que deseamos”*.

Nada tiene de extraño la existencia de un pensamiento así en un grupo calificador de la opinión pública. Desgraciadamente no todos los hombres que actuaron en la Revolución tenían completa fe en el triunfo definitivo: ni tampoco todos los que vinieron con posterioridad a la declaración de la independencia dejaron de buscar ese término medio entre soberanía y esclavitud que preocupaba a Tagle.

Por eso vuelvo a repetir: Alvear y Herrera apuraron en enero de 1815 una esperanza que alentaban algunos hombres de Buenos Aires. El sometimiento total a Inglaterra no fue una ficción, ni un recurso extremo: fue algo perfectamente premeditado, como lo demuestran las Instrucciones reservadas a Rivadavia, (desconocidas hasta hace poco), y las cartas y declaraciones de hombres de la época. La hipótesis sostenida por algunos historiadores – entre ellos López – de que el pedido se hacía con plena conciencia de su rechazo por Inglaterra, no resiste un análisis lógico. ¿Habría ido García a Río de Janeiro solamente para ganar la benevolencia de Lord Strangford, dándole una muestra tan completa de amistad como la contenida en el pliego de Alvear, pero en conocimiento de que el embajador inglés no podía dar curso al mismo? ¿O se esperaba que Lord Strangford tramitara el petitorio, y a la espera de que el gabinete resolviera su rechazo, por las dudas hostilizaría la expedición española?

Planear racionalmente esta hipótesis es contestarla: no puede atribuirse a Alvear, y los ministros y consejeros que decidieron la partida de García, la puerilidad de suponer al embajador inglés tan necio como para soslayar la neutralidad o benevolencia inglesa sin tener órdenes precisas de su gobierno, y tan mal informado de las cosas de su propia patria que podía creer posible lo que desde Buenos Aires se sabía inadmisible.

Otros historiadores – Ruiz Guiñazú – han intentado la explicación de la misión García partiendo de la premisa de que el gobierno de Alvear *“intentaba una maniobra diplomática, y no estaba dispuesto a cumplir lo prometido”*²⁰. (15) No hay nada que nos permita aceptar una suposición semejante, pues en la correspondencia de García, de Rivadavia o de Sarratea no se encuentra alusión alguna a la fe única posible del comisionado de Alvear. Pero sobre todo no es fácilmente comprensible qué haría el Director para impedir la llegada de los nuevos dueños, una vez que estos hubieran aceptado el petitorio y cumplido su consecuencia inmediata que era la guerra con España. Una cosa era tener pendiente la posibilidad de una expedición española, que al fin nunca llegó; y otra bien distinta entenderse con las escuadras británicas que llegarían con “las tropas y

¹⁹ Archivo de Manuel José García. Inéditos. Londres: 1881.

²⁰ Ruiz Guiñazú, Enrique. Lord Strangford y la Revolución de Mayo, p.233. Buenos Aires: 1937.

el Jefe autorizado” que pedían los pliegos. Debe concluirse necesariamente que García fue a Río de Janeiro a solicitar sinceramente el dominio británico. No por la amenaza que significaba un cuerpo expedicionario de 12.000 hombres (ocho años atrás Buenos Aires rechazó mayor número de invasores) sino por la imposibilidad del gobierno de Alvear para mantener sus posiciones políticas, y el convencimiento de algunos hombres de la necesidad de aceptar la dominación extranjera, como mal menor que la soberanía popular representada por Artigas y su Confederación de Pueblos Libres.

Carta de Alvear a Lord Strangford, Río de Janeiro, 1815:

“D. Manuel García, mi consejero de Estado, instruirá a V.S. de mis últimos designios con respecto a la pacificación y futura suerte de estas provincias. Cinco años de repetidas experiencias han hecho ver de un modo indudable a todos los hombres de juicio y opinión, que este país no está en edad ni estado de gobernarse por sí mismo, y que necesita una mano exterior que lo dirija y contenga en la esfera del orden antes que se precipite en los horrores de la anarquía. Pero también ha hecho conocer el tiempo de imposibilidad de que vuelva a la antigua dominación, porque el odio a los españoles, que ha excitado su orgullo y opresión desde el tiempo de la conquista, ha subido de punto con los sucesos y desengaños de su fiereza durante la Revolución. Ha sido necesaria toda la prudencia política y ascendiente del gobierno actual, para apagar la irritación que ha causado en la masa de estos habitantes el envío de Diputados al Rey. La sola idea de composición con los españoles los exalta hasta el fanatismo, y todos juran en público y en secreto morir antes que sujetarse a la Metrópoli. En estas circunstancias, solamente la generosa Nación Británica puede poner un remedio eficaz a tantos males, acogiendo en sus brazos a estas provincias, que obedecerán su gobierno y recibirán sus leyes con el mayor placer, porque conocen que es el único medio de evitar la destrucción del país, a que están dispuestos antes que volver a la antigua servidumbre, y esperan de la sabiduría de esa Nación una existencia pacífica y dichosa. Yo no dudo asegurar a V.E. sobre mi palabra de honor, que éste es el voto y el objeto de las esperanzas de todos los hombres sensatos, que son los que forman la opinión real de los Pueblos; y si alguna idea puede lisonjarme en el mando que obtengo, no es otra que la de poder concurrir con la autoridad y el poder a la realización de esta medida, toda vez que se acepte por la Gran Bretaña. Sin entrar en los arcanos de la Política del Gabinete Inglés, yo he llegado a persuadirme que el proyecto no ofrece grandes embarazos en la ejecución. La disposición de estas provincias es la más favorable, y su opinión está apoyada en la necesidad y la conveniencia, que son los estímulos más fuertes del corazón. Por lo tocante a la Nación inglesa, no creo que pueda presentarse otro inconveniente que aquel que ofrece la delicadeza del decoro nacional por las consideraciones debidas a la alianza y relaciones con el rey de España. Pero yo no veo que este sentimiento de pundonor haya de preferirse al grande interés que puede prometerse la Inglaterra de la posesión exclusiva de este continente; y a la gloria de evitar su destrucción de una parte tan considerable del Nuevo Mundo, especialmente si se reflexiona que la resistencia a nuestras solicitudes lejos de asegurar a los españoles la reconquista de estos países no haría más que autorizar una guerra civil interminable, que los haría inútiles para la Metrópoli en perjuicio de todas las Naciones Europeas. La Inglaterra, que ha protegido la Libertad de los negros en la costa de Africa, impi- diendo con la fuerza el comercio de esclavatura a sus más íntimos aliados, no puede

abandonar a su suerte a los habitantes del Río de la Plata en el acto mismo en que se arrojan a sus brazos generosos. Crea V.E. que yo tendría el mayor sentimiento si una repulsa pusiese a estos Pueblos en los bordes de la desesperación, porque veo hasta qué punto llegarían sus desgracias y la dificultad de contenerla, cuando el desorden haya hecho ineficaz todo remedio. Pero yo estoy muy distante de imaginarlo, porque conozco que la posesión de estos países no es estorbo a la Inglaterra para expresar sus sentimientos de afección a la España, en mejor oportunidad, y cuando el estado de los negocios no presente los resultados funestos que tratan de evitarse. Yo deseo que V.E. se digne escuchar a mi enviado Dr. Manuel García, acordar con él lo que V.E. juzgue conducente y manifestarle sus sentimientos, en la inteligencia que estoy dispuesto a dar todas las pruebas de sinceridad de esta comunicación y tomar de consumo las medidas que sean necesarias para realizar el proyecto, si en el concepto de V.E. puede encontrar una acogida feliz en el ánimo del Rey y de la Nación”.

La posición de Lord Strangford

Ya he dicho que en febrero de 1815 la posición política de Strangford estaba comprometida. En la correspondencia del diplomático inglés con la corte de Saint James, publicada por Rodríguez en su *Contribución histórica y documental*, encontrábamos que en diciembre 31 de 1814 el embajador *“presiente que va a ser atacado por las intrigas de personas de esta Corte”*, y se queja de que *“se haga una cuestión de veracidad entre el ministro del Rey y el Soberano ante quien está acreditado”*, pidiendo el imposible de que el Canciller británico *“sin sentimiento de delicadeza y fundado raramente en la elevada posición de este último”* dé igual valor a las manifestaciones suyas que a las del propio Regente de Portugal. El 14 de marzo Strangford acusa la notificación de su retiro, considerando que *“es un verdadero consuelo para mí pensar que dentro de poco tiempo apareceré ante mi Soberano, para poner a sus pies un fiel informe de mi conducta mientras estaba encargado de esta misión, y justificarme de las imputaciones que han sido arrojadas sobre ella”*.

Es decir que, en el preciso momento de conferenciar el embajador con el comisionado argentino, ya estaba decretado en Londres el retiro del primero. Ante ello la gestión de García se tornaba absolutamente inútil – por lo menos en el trámite que le era personal a Lord Strangford- y esto debió contribuir a su negativa a recibir el pliego que le estaba dirigido, y aconsejar que el destinado a Londres fuera llevado personalmente por Rivadavia a la cancillería británica.

La entrevista de Strangford con García, relatada por el primero

La comunicación del embajador británico a su gobierno sobre la entrevista tenida con García es sobradamente expresiva. Cuenta en ella la deposición de Posadas: *“por atribuirle el ejército el propósito de sacrificarlo al resentimiento de España”* a causa de la misión de Rivadavia y Belgrano. Y dice que Alvear I. Y agrega: *“Había algo en el tono de las comunicaciones de García tan expresivo hacia una resolución de parte de su gobierno, para considerar este como último pedido que creía justificado, y recurrir luego a cualquier extremo, si pareciese que la Gran Bretaña estaba cabalmente decidida a negarle toda protección que yo he deseado en un caso de tanta importancia, que el objeto*

de su misión para mí, fuese expuesto con la mayor claridad, y por eso le rogué exponer por escrito la sustancia de las representaciones de que estaba encargada”

A través de las palabras diplomáticas empleadas por Strangford, puede comprenderse su papel en el cambio de objeto de la misión: *“Como réplica a esta comunicación, yo le declaré verbalmente que todavía me era imposible del todo darle ninguna información acerca del papel que mi Corte podría creer conveniente asumir”* y *“que el modo más seguro para el gobierno de Buenos Aires de obtener en el futuro la protección y los buenos oficios de la Gran Bretaña, en el caso de que ella deseara o fuese autorizada para emplearlos, sería perseverando en la moderación de la conducta del Director Posadas y demostrar el mismo deseo de efectuar una reconciliación con España en condiciones justas y honrosas”*. Y aunque reconoce *“que no le corresponde ofrecer ninguna opinión sobre estos asuntos”*, considera *“como una certeza la pérdida de todas las ventajas que ha obtenido hasta ahora en las Provincias del Plata”*, y teme *“que por la negativa de escuchar sus repetidos pedidos de protección contra la venganza de España, en forma de mediación o de cualquier otro modo habría hecho nacer un sentimiento muy distinto hacia nosotros, del que pudiéramos haber despertado”*.

Respira todo este informe el despecho del diplomático vencido en la política que ha llevado constantemente desde que llegó a Río con la familia real portuguesa. Y sus entrelíneas son sobradamente expresivas. Ese cualquier otro modo - que no fuera una mediación - de ejercerse la protección de Gran Bretaña en el Río de la Plata ante el peligro de la expedición española, es bastante elocuente.

A GUERRA FRIA E A POLÍTICA BRASILEIRA

Moacyr Flores¹

Esta reflexão sobre movimentos sociais e políticos abrange o período da Guerra Fria. Eric Hobsbawm coloca esse período dentro da Era dos Extremos (1914-1990), um período heterogêneo, tendo como divisor de águas a década de 1970, mas marcado pelo “constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada Guerra Fria”. (Hobsbawm, p. 223).

A conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, entre Roosevelt, Stálin e Churchill, resultou na determinação de áreas de influências entre as superpotências.

A guerra fria iniciou quando o cogumelo da explosão da bomba atômica elevou-se em Hiroshima, em 6.8.1945, e terminou com a queda do muro de Berlim, em 9.11.1989. A Guerra Fria era um estado de tensão decorrente de uma política de hostilidade entre os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que não chegaram a conflito armado, a não ser em determinados locais, como a Coreia.

A expressão passou a ser usada depois da tomada de Praga, em 1948, pelos comunistas.

O bloqueio de Berlim pelos soviéticos, em 1947, foi respondido pelo plano Marshall (1948-1952) dos norte-americanos com auxílio a 17 países europeus. Dentro da paranóia da iminência de Terceira Guerra, os antigos aliados criam a OTAN, em 1949, em resposta ao programa atômico soviético.

A Guerra Fria passou por várias fases: de 1950 a 1960, período de muita tensão por causa do medo da guerra atômica. A tensão aumentava pela intolerância entre as duas potências. De 1960 a 1980 a guerra fria passou ao estágio da coexistência pacífica, apesar do conflito gerado pela tentativa de instalação de mísseis soviéticos na ilha de Cuba. Construído de 1961 a 1965, o muro de 155 km de extensão isolou parte de Berlim, conforme as forças de ocupação, formando um enclave no território comunista. Os beligerantes foram retirados da Áustria. Os norte-americanos tomaram conta do território japonês, excluindo os soviéticos. Em 1981 o ator e presidente dos Estados Unidos, Robert Reagan, desenvolveu a chamada Guerra nas Estrelas, pelo medo dos foguetes de longo alcance. Em 1987, num ato de tolerância eliminaram as armas de curto e longo alcance. A guerra fria chega ao fim com a derrocada da União Soviética, com o movimento que iniciou na Polônia e terminou com queda do Muro de Berlim.

No contexto inicial da Guerra Fria, os Estados Unidos foram considerados como um país do primeiro mundo, a URSS como sendo do segundo mundo, restando aos países descolonizados da Ásia e da África, bem como aos países da América do Sul a denominação de terceiro mundo, ou seja, o mundo dos pobres.

A Conferência de Bandung, na Indonésia, em abril de 1955, estabeleceu os princípios que deveriam nortear os países do terceiro mundo: o não alinhamento com os Estados Unidos ou com a URSS, combater o imperialismo norte-americano e apoiar os países árabes na luta contra o estado de Israel.

O terceiro mundo apresentava como características a alta taxa de natalidade, a baixa renda familiar, fraca industrialização, rendimento agrícola insuficiente para alimentar a população, baixa escolarização, com predomínio de importação de tecnologia.

¹Membro efetivo do IHGRGS.

A China tentou liderar o terceiro mundo, mas não foi aceita.

Com a crise mundial de 1970-80, o terceiro mundo sofreu modificações, com a diferenciação de três grupos de países. Faziam parte dessa categoria os países industrializados (Brasil, Índia, México, Coreia do Sul, Cingapura, Hongkong e Taiwan, os países produtores de petróleo (Arábia Saudita, Kuwait, Omã, Emirados Árabes, Líbia, Argélia e Venezuela; por último os países menos avançados (Etiópia, Bangladesh, Mali, República do Congo, Burkina Fasso, Nepal e Mianmar).

A Guerra Fria desenvolveu a corrida armamentista dos EUA e da URSS, ao criar o clima de tensão e medo de nova guerra total. Os norte-americanos expandiram suas empresas com a instalação de subsidiárias em países aliados com mão de obra barata, mercado consumidor e que permitisse a remessa de lucro.

O Brasil tornou-se montador de veículos e de eletrodomésticos, preparando e adaptando seu parque industrial, sem desenvolvimento de tecnologia própria e sem o uso de engenharia reversa.

Em 1º.1.1959, os revolucionários liderados por Fidel Castro derrubaram o ditador Fulgêncio Batista, colocando na presidência Manuel Urrutia. O ministro Fidel Castro empreendeu reforma agrária geral com o confisco das propriedades de plantadores norte-americanos de cana-de-açúcar e de tabaco. No final do ano, Fidel deportou o presidente e líderes revolucionários. Recebendo apoio da URSS, Fidel aumentou a oposição aos Estados Unidos, que decretou o embargo comercial, em outubro de 1960.

Em 1961 os Estados Unidos financiaram a invasão de exilados cubanos, que fracassou na baía dos Porcos, acelerando o processo de aplicação do modelo soviético de planificação estatal.

Durante a coexistência pacífica da Guerra Fria, Nikita Krushev tentou instalar mísseis em Cuba. O presidente John Kennedy decretou o bloqueio de armas para Cuba, sob protesto soviético. As duas superpotências aceitaram a solução dada pela ONU: retirada dos mísseis russos, Cuba assumia o compromisso de não aceitar armas ofensivas e os Estados Unidos se comprometiam a não invadir Cuba. Em 28.9.1962 a crise se desfez.

Graças ao plano Marshall, a Europa Ocidental tornou-se dependente do modelo norte-americano. Os países da Europa Oriental formaram o bloco de satélites da URSS, tanto na esfera política como na econômica. O domínio soviético na Hungria, Bulgária, Romênia, Iugoslávia, Polônia, Tchecoslováquia, Albânia e Alemanha Oriental desenvolveu-se com choques ideológicos e nacionalistas.

Durante o período de desestalinização, a República Popular da Hungria retirou-se do Pacto de Varsóvia, formando um governo de coalizão em 30.10.1956. Tropas soviéticas reprimiram com violência a resistência armada da população. Com a liberação política em 1987, a Hungria implantou a liberação democrática e em 1989 abriu a fronteira com Áustria, permitindo que cidadãos da Alemanha Oriental passassem para a Ocidental.

De janeiro a agosto de 1968, os tchecos tentaram a liberação do domínio soviético, conservando o regime comunista sob o governo de Dubcek, convocando um congresso e abolindo a censura. De 20 a 21 de agosto 1968, na chamada primavera de Praga, forças de cinco países do Pacto de Varsóvia esmagaram a corrente inovadora da Tchecoslováquia.

Em 1949 a República Popular da China tornou-se independente e promoveu a repartição das terras entre os camponeses e a construção de complexos industriais. Dez anos depois entrou em conflito ideológico e por área de influência com a URSS.

A China, em 1966, realizou a Grande Revolução Cultural Proletária com a finalidade de mudar os valores e costumes, tendo como base a adaptação do marxismo ao maoísmo. Destinaram

milhares de pessoas a trabalhos forçados para serem reeducadas. Reatou relações diplomáticas com o Brasil em 1974 e com os Estados Unidos em 1979.

A descolonização da Ásia e África intensificou-se com a coexistência pacífica da Guerra Fria. Em 2.9.1945 o Vietnã tornou-se independente.

A resistência pacífica, pregada por Ghandi contra a dominação inglesa, resultou na independência da Índia. Por sua diversidade de idiomas, a Índia adotou o inglês como uma das línguas oficiais.

No Extremo Oriente, o território da Coreia, ao norte do paralelo 38º, conquistou sua independência em 1948.

De 1969 a 1974, tornaram-se independentes 49 países da África, alguns deles mergulhando em guerra civil, pelo ódio entre os clãs.

A América Latina mergulhou no turbilhão de choques ideológicos, facilitados pela tradição política de ditadores populistas ou militares. De 1979 a 1989, Nicarágua teve um governo sandinista que mergulhou o país em guerra civil.

A guerra civil devastou El Salvador. A República do Haiti, governada por sucessivos ditadores, não conseguiu sair da miséria generalizada. O Paraguai manteve sua tradição de ditadores que impediam o país se desenvolver. O general Alfredo Stroessner governou o país de 1954 a 1989.

No Chile, o general Pinochet, em 1973, através de golpe, instalou um governo implacável na perseguição aos intelectuais e militantes de esquerda.

Durante o período da Guerra Fria a América Latina manteve instabilidade política, sem meios de conseguir sair do subdesenvolvimento, com aumento vertiginoso da dívida externa e com inflação galopante.

Por que a ONU apenas protestou contra as invasões na Tchecoslováquia e na Hungria, ao invés de socorrer o povo esmagado pelos russos?

Raymond Aron desenvolve a idéia que durante a Guerra Fria só havia duas soluções para a crise entre os Estados Unidos e a URSS: guerra total ou conciliação de acordo com os interesses. O medo de uma guerra total levava à conciliação de interesses. (Aron, p. 478).

Retorno à democracia

No Brasil acontecia um aparente paradoxo: o governo ditatorial de Getúlio Vargas, denominado Estado Novo, entrou na Segunda Guerra ao lado da democracia, contra as nações fascistas.

Esse posicionamento, em 1942, ocorreu com a mudança nas vitórias aliadas e na participação dos Estados Unidos na guerra, com seu imenso poderio militar e industrial. O chamado Manifesto dos Mineiros, em 1943, e o I Congresso de Escritores, em 1945, geraram um clima de ambigüidade e desconfianças, em relação à formação de uma república sindical de Vargas. O Estado Novo estava com o tempo limitado, pois em novembro de 1943, Vargas promete “reajustar a estrutura política com ampla consulta ao povo brasileiro”.

Vargas conquistou a simpatia popular com a Consolidação das Leis Trabalhistas, sindicalização maciça e aumento salarial ao funcionalismo. A queda de Vargas não resultou unicamente de pressões externas, mas principalmente da ação de oficiais do Exército, apoiados pelas oligarquias políticas que estavam alijadas do poder. (Weffort, p. 2255).

Apesar das medidas adotadas por Vargas, a dissolução do Estado Novo continuava. As eleições marcadas para 2.12.1945 aumentaram a desconfiança de que Vargas pretendia continuar no poder. As oligarquias políticas fundaram partidos para disputarem as eleições à Assembléia Constituinte. A União Democrática Nacional (UDN) reuniu a oposição ferrenha à Vargas, misturando extremistas de direita com a esquerda, empresários e militares, todos favoráveis à entrada do capital estrangeiro, contra a política nacionalista de Vargas.

O Partido Social Democrático (PSD) estava formado por setores conservadores, tanto na área rural como na área urbana. Apoiava Vargas.

O Partido Trabalhista Brasileiro congregava líderes sindicais e trabalhadores urbanos, com pouca penetração na área rural.

No mês de abril, o Partido Comunista Brasileiro recebeu anistia e seu líder Luís Carlos Prestes, por orientação de Moscou, apoiou o Movimento Queremista, que pretendia a permanência de Vargas no poder. Em comício do queremismo, Prestes sorridente estava ao lado de Vargas, conforme fotografia do momento.

A abertura democrática estava confusa por causa da conciliação entre as diferentes correntes políticas, todas querendo participar das benesses do poder.

A UDN pressionava para a abertura ao capital estrangeiro, sem Vargas no poder. Vargas respondeu em junho de 1945 com a Lei Malaia, que controlava a formação de trustes econômicos. O líder udenista Otávio Mangabeira pediu a intervenção militar no Brasil para evitar a continuação da ditadura de Vargas. O Movimento Queremista iniciou a campanha da Constituinte com Getúlio Vargas.

João Amazonas dirigiu o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) para agrupar os líderes sindicais e formar aliança com o governo.

Os líderes da UDN conspiram para derrubar Vargas antes da realização das eleições. Em 27.10.1945 os militares proibiram a realização do comício do MUT.

Em 29.10.1945 os generais Goes Monteiro e Cordeiro de Farias retiraram o apoio das Forças Armadas a Vargas que renunciou. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu provisoriamente a presidência da República até a posse do presidente eleito.

A existência de dois candidatos militares, general Eurico Gaspar Dutra (PSD-PTB) e brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), demonstravam a insegurança política do momento provocada pelas oligarquias políticas, distanciadas das necessidades básicas da população brasileira.

Em 18.9.1946 a Assembléia Constituinte promulgou a nova Constituição, com características liberais: forma republicana, modo presidencialista, com divisão e equilíbrio de poderes, federação, sufrágio universal, liberdade de opinião, censura aos espetáculos públicos, sindicatos corporativos. O regime caracterizou-se pelo populismo, isto é, um governo sensível às pressões populares e que manipulava as aspirações do povo.

O general Eurico Gaspar Dutra conduziu seu governo alinhado aos Estados Unidos dentro do esquema da Guerra Fria, com abertura para a importação e implantação de empresas norte-americanas. O governo implantou o plano SALTE, saúde, alimentação, transporte e energia, que não conseguiu desenvolver. Procurou controlar a inflação através da contenção dos salários, intervindo nos sindicatos. No setor de ensino criou o plano da Alfabetização de Adultos. Outra medida popular foi a Fundação da Casa Popular.

Getúlio Dornelles Vargas, em 1951, contando com apoio de sindicatos e de defensores nacionalista de industrialização, elegeu-se com 48,7% dos votos, tendo como vice Café Filho, do PSP.

Vargas incentivou a industrialização, usinas hidrelétricas, construção de rodovias e eletricidade, deixando ao capital estrangeiro as indústrias de bens de consumo. Em 1951, Vargas enviou ao Congresso Nacional o projeto de criação da Petrobrás.

A UDN passou a identificar o populismo e o nacionalismo de Vargas como sendo de origem comunista.

Em 1954, o ministro do Trabalho, João Belchior Marques Goulart, propôs o aumento de 100% ao salário mínimo. Os industriais, os conservadores e as Forças Armadas pressionaram Vargas, que demitiu João Goulart. Enviou ao Congresso o projeto de criação da Eletrobrás. O jornalista Carlos Lacerda desenvolveu acirrados ataques a Vargas, a tal ponto que sofreu um atentado, do qual saiu ferido o major da Aeronáutica Rubens Vaz, que escoltava o jornalista.

Sem apoio das Forças Armadas, Vargas recusou renunciar, suicidando-se na manhã de 24.8.1954. Café Filho assumiu o governo, nomeando o general Henrique Teixeira Lott como ministro do Exército.

Juscelino Kubitschek de Oliveira elegeu-se presidente da República com 36% dos votos. A UDN não reconheceu o resultado, mediante acusação de fraude eleitoral e preparou um golpe. O vice-presidente Café Filho adoeceu e Carlos Luz, presidente da Câmara de deputados, assumiu a presidência da República, tomando posição contrária à posse de Kubitschek. O general Lott ordenou que tanques ocupassem pontos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro. Os golpistas Lacerda, Carlos Luz e outros líderes fugiram. O Congresso elegeu o senador Nereu Ramos para presidente, até a posse do presidente eleito. Em 1º.2.1956, Kubitschek assumiu o governo junto com seu vice João Goulart.

O governo de Juscelino Kubitschek enfrentou diversas crises: levante da Aeronáutica em Jacareacanga, críticas da Banda de Música da UDN, intensificação da crise econômica que pôs em perigo seu Plano de Metas. Em 1956 a taxa de inflação atingiu o patamar de 19,2% e em 1960 chegou a 30,9%.

Eclodiram greves em vários estados do Brasil em busca de melhorias salariais. Em 1956 ocorreram 15 greves, atingindo principalmente o setor de transportes; em 1957 aconteceram 28 greves, em luta por melhoria salarial e contra a carestia; 1958 houve 29 greves; em 1959 os sindicatos realizaram 65 greves e no ano de 1960 totalizaram 68.

Em São Paulo surgiu o Movimento de Renovação Sindical contra a instituição do imposto sindical e o *peleguismo* getulista. Organizaram também a Frente Nacional do Trabalho, de orientação católica.

Movimentos sociais rurais

Duas grandes secas atingiram o Nordeste, em 1952 e 1958, com milhares de flagelados sem água e sem comida, migrando para o Sudeste. Os flagelos aumentaram as atividades das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, apoiados por liderança de setores da Igreja.

Em dezembro de 1954, Francisco Julião, deputado estadual de Pernambuco pelo Partido Socialista, recebeu os trabalhadores do engenho Galiléia que estavam para ser despejados do local de trabalho. Solidário com os trabalhadores, Julião legalizou a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que deu origem às Ligas Camponesas. O político udenista

Cid Sampaio, eleito governador de Pernambuco, com apoio dos comunistas, desapropriou o engenho Galiléia, entregando-o aos trabalhadores.

Segundo Francisco Julião o camponês não deveria ser pervertido pelas doutrinações sectárias. Devia-se inculcar nos filiados a convicção de que a luta jurídica não funcionava e que só conseguiria a posse da terra pela força, na marra. (Carone, p. 240-41).

Desde 1909 os governos federais planejavam combater as secas periódicas com a construção de açúdes, represando a água durante a estação da chuva.

Kubitschek determinou a construção da barragem de Orós, no Ceará, quando ficou claro que a solução não estava na irrigação de agricultura primitiva de pequenos agricultores. A população do Nordeste estava concentrada na área rural, 66,5%, com renda per capita abaixo de 100 dólares. Na zona da Mata, fértil e úmida, concentravam-se os latifúndios que exploravam os canaviais. Na zona rural o salário correspondia a 50% ao salário da cidade.

Diante do quadro de miséria e de exploração, o movimento das Ligas Camponesas cresceu no Nordeste entre 1954 e 1960. O bispo Dom Hélder Câmara organizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se preocupou com as condições de ordem material geradoras de tremendas injustiças sociais.

Finalmente, em 1960 a CNBB estimulou a reforma agrária e no ano seguinte lançou o Movimento de Educação de Base.

Com as eleições parlamentares de 1958 a oposição venceu no Nordeste. O governo buscou centralizar o poder através da criação da SUDENE, em 15.12.1959, pela Lei 3.692. O Nordeste recebe o mini-programa de metas baseado no binômio industrialização e agricultura irrigada, sem que houvesse modificação da estrutura fundiária.

A industrialização modificou a distribuição da população no Brasil. Em 1940 a população rural constituía 68,75% do total brasileiro. Dez anos após, a população rural decresceu para 54,02%, aumentando a concentração na área urbana. Em 1970 a maior parte da população brasileira estava nas grandes cidades.

A migração do campo para a cidade aconteceu pela procura de emprego nas indústrias e nos serviços auxiliares; pela facilidade de transporte entre a cidade e o campo; pela impossibilidade de sobreviver no campo por causa da alta densidade populacional nas regiões de minifúndio; pela melhoria da rede de ensino; por atendimento médico e hospitalar; por ofertas de atividades de lazer.

Embora houvesse campanha para o controle de natalidade, com o uso da pílula, a taxa de crescimento da população aumentou de 1,5%, em 1940, para 3,1% em 1960, graças à diminuição da taxa de mortalidade infantil, uso de vacinas e tratamento de doenças infecto-contagiosas, bem como o aumento da esperança de vida.

De acordo com a região, a seca e a enchente periódicas agiram como agentes dispersores de população rural.

Na década de 1950 aconteceu a chamada revolução verde, com a utilização de insumos modernos, como máquinas, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e inseticidas, a fim de aumentar a produção de alimentos, apesar de envenenar os agricultores e a terra com agrotóxicos. A incidência maior de intoxicação ocorreu em agricultores que plantam e colhem tabaco. Os pequenos agricultores, sem poder aquisitivo, abandonaram o campo em busca de emprego na cidade. Essa mão-de-obra não qualificada provocou o inchamento das áreas urbanas, que cresceram sem infraestrutura, com falta de escolas e de leitos em hospitais.

O uso de agrotóxicos extinguiu determinada praga, mas abriu caminho para predomínio de outra praga, tida como nova, portanto necessitado de outro tipo de inseticida para ser exterminada, consumindo o lucro do pequeno agricultor e aumentando o ciclo de intoxicação.

Para participar da revolução verde, o pequeno agricultor contraiu empréstimos bancários para compra de máquinas e de insumos, tornando-se inadimplente, perdendo tudo, inclusive a terra, migrando para a cidade em busca de sobrevivência.

Em 1982 o Rio Grande do Sul, graças à campanha de técnicos e de ecologistas, criou leis de controle ao uso de agrotóxicos.

Na década de 1970, nova revolução no campo com o uso de tecnologia industrial que inviabiliza a produção artesanal do pequeno produtor. Nova migração para os centros urbanos.

Os migrantes tornaram-se excluídos sociais nos núcleos urbanos, perdendo suas tradições, valores e religião. Abandonados e sem inclusão social, encontraram abrigo em religiões, antes combatidas pelo catolicismo.

Na década de 1950, o espiritismo kardecista acolheu os excluídos sociais em asilos, hospitais, albergues e creches, divulgando a doutrina e principalmente as obras de Francisco Cândido Xavier, médium que reformulou o espiritismo nacional.

Na mesma década as religiões pentecostais, com seus ritos emocionais, com a participação dos fiéis que podiam alcançar dons espirituais e assim integrar-se numa comunidade, acolheram novas levas de fiéis que esperavam milagres. Outra atração decisiva era transformar o diabo em culpado pela exclusão do migrante da sociedade urbana, responsável pelas doenças e desemprego.

Na década de 1950, com o estímulo das autoridades e dos políticos, a religião de umbanda tornou-se pública e oficial, com programa de rádio e de televisão, festas nas praias e com monumentos a Iemanjá.

O teólogo brasileiro Hugo Assmann sistematizou, em 1969-1970, a teologia da libertação, doutrina social que adota o marxismo como instrumento científico de análise e de interpretação da sociedade e propõe uma ação baseada na práxis libertadora. Frei Leonardo Boff é um dos principais teóricos divulgadores da doutrina. O papa Bento XVI é contra os adeptos da teologia de libertação, mas aceita a Opus Dei, instituição católica fundada em 1928, pelo sacerdote espanhol José Maria Escrivá de Balaguer (1902-1975), com o fim de difundir a tomada de consciência do chamado universal à santidade e ao trabalho profissional.

O processo de industrialização com a substituição de importações, de 1950-61, provocou desequilíbrios e distorções, acentuando as desigualdades regionais de distribuição de renda, com a concentração de novas indústrias na região Centro-Sul. A industrialização reduziu o investimento na modernização da agricultura. A substituição de importações provocou a estagnação econômica no Brasil, que não conseguiu se expandir. (Baer, p. 67-68).

Nas eleições de 1960, Jânio da Silva Quadros, da UDN, derrotou o general Lott. Elegeu-se graças a sua promessa de varrer a corrupção do Brasil, usando como símbolo da campanha uma vassoura. João Goulart foi reeleito vice-presidente.

Com inflação de 25% ao ano e dívida externa de mais de um bilhão de dólares, muito alta para a época, Jânio tomou medidas de congelamento de salários, controle do crédito, redução de emissão de papel-moeda, conseguindo com o FMI novos empréstimos. Procurou se distanciar dos USA, defendendo o regime de Fidel Castro, apesar de se declarar anticomunista.

Segundo Thomas Skidmore, essa política independente aconteceu num momento infeliz. A Guerra Fria esquentara com o fiasco da invasão da Baía dos Porcos e a "administração Kennedy

fez tudo para não permitir que a fricção diplomática crescente colocasse em perigo as negociações financeiras com o Brasil". (Skidmore, p. 245-46).

Jânio rompeu com os partidos políticos, acusando-os de corrupção. Sem apoio dos partidos e dos militares, resolveu renunciar, esperando apoio do povo, ainda mais que o vice-presidente João Goulart estava na China e os militares, com medo do comunismo, não lhe entregariam o governo. Em 25.8.1961 Jânio enviou um bilhete ao Congresso Nacional:

"Ao Congresso Nacional, nesta data e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República."

Para sua surpresa o Congresso aceitou a renúncia. Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência da República.

Iniciava-se no Rio Grande do Sul a Campanha da Legalidade, liderada pelo governador Leonel de Moura Brizola, apoiado pelo general Machado Lopes, comandante do III Exército. O governador requisitou a Rádio Guaíba e do porão do Palácio Piratini iniciou a Campanha da Legalidade na manhã de 27 de agosto, com discursos inflamados contra a posse Ranieri Mazzili, presidente da Câmara Federal, para que a Constituição fosse cumprida.

O general Odilo Denys colocou os militares em prontidão contra a posse de João Goulart. Durante 12 dias Brizola mobilizou a opinião pública, enquanto os políticos buscavam uma solução conciliatória, mantendo o Brasil no estágio de coexistência pacífica norteadada pela Guerra Fria entre os USA e a URSS.

Novamente buscou-se a conciliação, através da forma parlamentarista, Goulart assumiria a presidência, mas o poder executivo seria exercido pelo primeiro ministro Tancredo Neves.

Finalmente, o parlamentarismo surgiu como solução conciliatória, concedendo ao Parlamento a primazia política no governo, tirando do presidente João Goulart o poder Executivo que seria exercido, teoricamente, pelo primeiro ministro Tancredo Neves.

O presidente João Belchior Marques Goulart estabeleceu o Plano Trienal, onde estavam contidas as Reformas de Base: com mudanças sociais, de estrutura agrária, do processo eleitoral, do sistema de impostos, do controle de remessas de lucros das empresas estrangeiras e a busca de união da burguesia progressista com os trabalhadores.

Goulart não conseguiu realizar as Reformas de Base, por ser um governo fragilizado pela conciliação política. A inflação elevada provocou o aumento da dívida externa, pela desvalorização da moeda nacional.

Em março de 1962, a CIA informava à Casa Branca que Raul Francisco Ryff, secretário de imprensa de João Goulart, era membro do Partido Comunista Brasileiro, e que o governo brasileiro seguiria "uma linha abertamente comunista". (Parker, p. 33).

A desconfiança que o Brasil estava se aproximando da área de influência da URSS, à semelhança de Cuba, aumentou com a orientação política de Leonel Brizola de encampar a Companhia de Energia Elétrica, filial da Bond & Share, comprada por um cruzeiro, e a Companhia Telefônica Riograndense, subsidiária da ITT. O Congresso norte-americano aprovou uma cláusula à Lei de Ajuda Externa, que obrigava o governo norte-americano suspender a assistência a país que expropriasse empresas pertencentes a norte-americanos. (Parker, p. 34-35).

Goulart, em viagem aos Estados Unidos, conseguiu novo empréstimo de 35 milhões de dólares, protelando as negociações da ITT. Devido às negociações que se arrastavam e o alto valor de indenização exigido, Brizola declarou que não encampava e nem comprava a subsidiária da ITT, por estar defasada. Goulart negociou um empréstimo no Banco do Brasil para indenizar a ITT, descontentando Brizola. A crise provocou a queda do ministério brasileiro.

Depois de intensa campanha contra o sistema parlamentarista, realizou-se o plebiscito em 6.1.1963, em que a nação consultada optou pelo presidencialismo.

O governo de Goulart recebia apoio do PTB, do PS, dos dissidentes do PSD, da UNE, do PCB e da CGT. Tinha como oposição a eterna UDN, PSD e os intelectuais que participavam do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Por indefinições de Goulart, sempre em busca da conciliação, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) entrou em divergências internas, um grupo pretendia a independência dos trabalhadores e até combater o presidente da República; outro setor defendia a luta pelas reformas com João Goulart. Instalou-se assim a desconfiança entre os trabalhadores. (Carli, p. 170).

A maioria da juventude brasileira estava embalada no rock'n roll em bailes ao som de Paul Anka, Bill Haley, Elvis Presley, procurando viver intensamente. Era chamada de juventude transviada ou geração Coca-Cola. A juventude expressava seu protesto contra os valores conservadores através da música alucinante para a época e da indumentária de brim desbotado. Os mais intelectualizados adotaram a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre, na qual a condição humana depende da situação histórica, sendo o homem um ser no mundo condenado à liberdade de decidir os rumos de sua vida. A displicência toma conta da maneira de vestir, refletindo o sentimento de angústia, de solidão e de revolta do jovem que pretendia mudar o mundo.

Apenas os partidos e políticos brasileiros continuavam os mesmos, ignorando as mudanças que ocorriam na sociedade brasileira. O populismo urbano e a democracia na América Latina chegaram ao fim na década de 1960, porque não conseguiram efetuar as transformações exigidas principalmente pela população urbana. O aumento dos movimentos de esquerda desencadeou a proliferação de regimes militares com o pretenso objetivo de manter a segurança nacional e garantir as reformas.

Segundo relatório da ONU, no período de 1950 a 1961, “os capitais estrangeiros investidos na América Latina subiram de oito bilhões e 600 milhões de dólares, enquanto as somas que retornaram aos países emprestadores subiram a 13 bilhões”. O prejuízo aumentava com a diminuição dos preços das matérias-primas. Esta situação gerava um nacionalismo econômico que inquietava politicamente toda a América Latina através de movimentos estudantis e de trabalhadores. Os nacionalistas dividiam-se politicamente nos de esquerda que queriam a estatização das riquezas, nos do centro que pretendiam o repúdio às concessões estrangeiras e nos da direita que almejavam o fim do capital estrangeiro.

Os intelectuais brasileiros, das diferentes correntes políticas, aplicavam esquemas teóricos alheios à realidade brasileira, subordinando-se ao pensamento europeu ou norte-americano.

A arte de fazer política, no Brasil, no período de 1945-1964, não permitiu o surgimento dos partidos nacionais, em seu verdadeiro sentido, porque a infidelidade partidária era um instrumento eficaz de barganha com o Poder Executivo, que queria aprovar seus projetos. Os partidos se fragmentaram de acordo com os interesses locais, formando coligações com outros partidos para eleger prefeito ou governador, conflitando com os diferentes setores sociais e ignorando seus programas. Os votos nulos e brancos aumentaram, refletindo o desencanto dos eleitores pelos partidos políticos.

No início da década de 1960 a República brasileira, com 60 milhões de habitantes, estava contaminada com a demagogia política e a Era da Ditadura estava por vir, espreitando nas sombras, à espera do momento para surgir à luz.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é um movimento político diferente dos demais movimentos sociais, pois se manifesta como oposição a João Goulart e repúdio ao comunismo. No Rio de Janeiro, em 13.3.1964, esposas de empresários e de militares saíram em marcha, patrocinadas pelas empresas nacionais e estrangeiras, bem como pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). No dia 19 do mesmo mês a marcha realizou-se em São Paulo e no estado da Guanabara.

Os generais Olímpio Mourão Filho, Ernesto Geisel e Bizarria Mamede conspiravam com os coronéis João Figueiredo e Costa Cavalcanti para a derrubada de João Goulart. O Embaixador Lincoln Gordon indicou à CIA o general Mourão Filho para comandar o levante da tropa. O cabo José Anselmo assumiu o papel de subversivo comunista provocando a rebelião de marinheiro, cabos e sargentos. Naquela época não se sabia que ele agia sob ordens da CIA.

No dia 13.3.1964, no comício da Estação Central, João Goulart abalou os conspiradores com anúncio de encampação de refinarias e do início da reforma agrária.

Ao entrar na sede do Automóvel Clube, em 30 de março, o presidente João Goulart foi recebido por subtenentes e sargentos sublevados, dando início ao último ato de seu governo. Goulart acusou seus adversários de serem subsidiados por forças estrangeiras, prometendo “represálias do povo”. Aclamado por agitadores no auditório, Goulart perdeu o tom conciliatório ao assumir a tática orquestrada pela esquerda radical, abrigada no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), liderada por Oswaldo Pacheco.

Os Estados Unidos não pretendiam perder sua influência política no Brasil e nem permitir que passasse para lideranças identificadas como marxistas, rompendo com o equilíbrio da Guerra Fria.

Na madrugada de 31.3.1964, tropas militares sob o comando de Mourão Filho deslocaram-se de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. A força tarefa norte-americana, denominada de Operação Brother Sam, partiu de base do Porto Rico em direção ao litoral do Brasil, para intervir em caso de resistência ao Golpe. O governo norte-americano disponibilizou 100 toneladas de armas leves e munições, navios petroleiros, esquadrilha de aviões de caça, um navio transporte com 50 helicópteros de combate, um porta-aviões, 6 destróieres, um encouraçado, um navio transporte de tropas e 25 aviões de transporte de material bélico. (Corrêa, p. 39-53).

Como Goulart não conseguiu mobilizar os trabalhadores pelos sindicatos, e sem apoio das Forças Armadas, preferiu ser deposto a resistir no governo. O governador Miguel Arraes foi preso e Leonel de Moura Brizola se exilou. A força tarefa americana retirou-se para o Caribe, sem entrar em águas territoriais brasileiras.

Humberto de Alencar Castelo Branco assume o governo de 15.4.1964 a 15.3.1967, imaginando que logo o Brasil passaria da ditadura para a democracia. Em seu governo, Castelo Branco criou o plano BNH, que terminou falindo, sem resolver o problema de falta de habitação para famílias de baixa renda; estabeleceu o Banco Central República; promulgou nova lei de Imposto de Renda; promoveu o Estatuto da Terra que não conseguiu por em prática; concedeu o voto ao analfabeto e em 27.10.1965, pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), estabeleceu o bipartidarismo.

O governo de Castelo Branco caracterizou-se por ser autoritário, com cassação de direitos políticos. O SNI (Serviço Nacional de Informações) mudou o significado de segurança nacional ao considerar o cidadão brasileiro como inimigo interno. Mas o pior ainda estava por vir.

A revista *Realidade* e a *Cláudia* publicaram artigos sobre educação sexual. Os professores receberam determinação de ministrar, dentro do conteúdo de sua matéria, educação sexual. O uso da pílula trouxe a liberdade sexual da mulher. Enquanto os intelectuais e professores discutiam sobre a nova atitude perante o sexo, não se discutia política, deixando pouco espaço para crítica ao governo.

Artur Costa e Silva, eleito pelo Congresso Nacional, governou de 15.3.1967 a 31.8.1969. Formou-se a Frente Ampla com políticos cassados e líderes sindicais e estudantis, que logo foi suprimida. Em 1968 aumentou a repressão. O governo, com o objetivo de manter as riquezas no fundo do oceano, muda o nosso mar territorial de seis para 12 milhas. Finalmente, em 13.12.1968, Costa e Silva ordena o fechamento do passivo Congresso Nacional e decreta o AI-5.

Por esse instrumento autoritário, o presidente da República podia legislar, decretar recesso das Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, decretar estado de sítio, suspender direitos políticos sem direito de defesa, censurar a imprensa e confiscar bens.

Assessorado por seu ministro do Planejamento, Delfim Netto, o presidente Costa e Silva criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Delfim Netto deu novos rumos à burocracia do governo, orientando-a para a tecnocracia. Era a hora e vez das explicações em “economês”.

Uma junta militar assumiu o governo, quando o Costa Silva sofreu uma trombose cerebral, da qual veio a falecer.

O general Emilio Garrastazu Médici participou da deposição de João Goulart. De 1967 a 1969 chefiou o SNI. O Congresso o elegeu para o período de 30.10.1969 a 15.3.1974. Em seu governo construiu as hidrelétrica de Jupia e de Boa Esperança; a BR 267, estrada que ligou Mato Grosso ao porto de Santos; 87 km da estrada Belém Brasília; a ponte Rio de Janeiro-Niterói; criou a Embratel e o PIS. Tornaram-se públicos escândalos financeiros, principalmente envolvendo empreiteiras na construção da Transamazônica.

Em 1973 o Exército neutralizou as guerrilhas no Araguaia. No mesmo ano iniciou-se a construção da usina hidroelétrica de Itaipu. O PIB cresceu 14% durante o chamado “milagre brasileiro”, que terminou abruptamente com a crise internacional do petróleo.

Devido aos baixos salários e a constante inflação, não era possível o cidadão brasileiro comum sustentar a família. A mulher teve que procurar trabalho para equilibrar o orçamento doméstico. Na década de 1970 duplicou a força feminina de trabalho. Muitas delas passaram a viver com os filhos, sem marido. Constituiu-se assim o novo tipo de família monoparental.

Ernesto Geisel participou do golpe de 1964 e foi nomeado chefe do Gabinete Militar de Castelo Branco. De 1969 a 1973 assumiu a presidência da Petrobrás. O Congresso Nacional elegeu Ernesto Geisel presidente da República para o período de 1974 a 1979.

Em 1974 o Ministro do Planejamento Henrique Simonsen tentou controlar os gastos para diminuir o endividamento externo. No mesmo ano, o MDB contava com 73% dos votos no Congresso. O famigerado AI-5 deixou de vigorar.

Em 1979, Delfim Netto assumiu o Ministério do Planejamento, sem conseguir evitar que o Brasil continuasse afundando no endividamento.

João Batista de Oliveira Figueiredo exerceu a chefia do SNI do Rio de Janeiro de 1964 a 1966. Nomeado chefe do Gabinete Militar de Emílio Médici, de 1969 a 1974, quando assumiu como ministro chefe do SNI. Eleito presidente da República para o quinquênio 1979 a 1985, com a missão de fazer a abertura democrática. Quem fosse contra, seria preso.

Finalmente a Lei de 22.8.1979 concedeu a anistia geral, ampla e irrestrita. Atingiu 100 presos políticos, 150 banidos e 2.000 exilados. Apesar da abertura democrática o PIB caiu 4,3%. A usina nuclear Angra I, que custou 2,5 bilhões de dólares, não funcionava continuamente, recebendo o apelido de vagalume.

Diante do avanço da pornografia em revistas e filmes, senhoras do Lyons, Rotary e políticos do PDS, iniciaram a campanha da moralidade em 1982.

Inicia-se o movimento urbano para as "Diretas, já!" No entanto, apesar da pressão popular, o Congresso Nacional, em sessão de 25.4.1984, rejeitou o projeto, mantendo as eleições indiretas.

O Congresso elegeu como presidente Tancredo Neves, que faleceu em 21.4.1985, sem assumir a presidência. Em 15.3.1985, assumiu o vice-presidente José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, conhecido como José Sarney, pertencente à oligarquia política do Maranhão, já havia assumido a presidência da República. Durante sua gestão, criaram o Plano Cruzado I e o II e Plano Verão, deixando a inflação subir ao patamar de 50% ao ano.

A Guerra Fria terminou simbolicamente com a queda do muro de Berlim, em 9.11.1989. Na realidade foram as rebeliões na Europa Oriental e Central, durante o movimento de libertação denominado de Outono das Nações, que culminou com o esfacelamento do sistema comunista na URSS, dissolvido em 1991. Com o fim da Guerra Fria o comunismo ficou restrito à Coreia do Norte e a Cuba.

De 1945 a 1989, a política brasileira comportou-se dentro da área de influência dos Estados Unidos; caracterizou-se por conter partidos políticos sem identidade social diante da complexidade da sociedade brasileira; diversos planos econômicos não conseguiram conter a inflação; em alguns momentos o Congresso, controlado por oligarquias politiquieiras, deslegitimou o governo, agindo com o fisiologismo.

O governo militar não possuía projeto alternativo de sociedade; seu modelo de ordem pública era baseado na repressão que "congelou" culturalmente o país.

A despolitização do cidadão brasileiro levou ao indiferentismo e os movimentos sociais rurais e urbanos, salvo as greves por melhores salários e condições de trabalho, foram manobras políticas sem integração na sociedade ou nos direitos políticos. Em nenhum momento esses movimentos rurais e urbanos questionaram o fisiologismo dos partidos, o aumento desenfreado da inflação e da dívida interna. Com o fim da Guerra Fria não há mais alinhamento político ou ideológico com qualquer potência. A China comunista aproveitou a ruptura de alinhamento ideológico para instalar o capitalismo selvagem externo, como se fosse um dragão vermelho que devora a economia dos países industrializados e em fase de industrialização.

Referências

ARON, Raymond. **Estudos políticos**. Brasília: UnB, 1985.

BAER, Werner. **O crescimento brasileiro e a experiência do desenvolvimento: 1964-1975**. In ROETT, Riordan (Org.). *O Brasil na década de 70*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CARLI, Gileno. **Visão da crise**. Brasília: UnB, 1980.

CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil: 1945-1964**. S. Paulo: Difel, 1981. (v.2)

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco Correa. **A democracia brasileira no pós-guerra**. In *História do século 20*. S. Paulo: Abril Cultural, 1968. (v.15)